

CILTO JOSÉ ROSEMBACH

O Jornalismo nas Rádios Comunitárias

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2006

CILTO JOSÉ ROSEMBACH

O Jornalismo nas Rádios Comunitárias

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação e Semiótica, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Luiz Aidar Prado, meu orientador, pelo acolhimento, compreensão e contribuições para que este trabalho se concretizasse.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, pela convivência e aprendizagem.

Aos colegas das rádios comunitárias do Brasil que lutam pela democratização da comunicação;

À Equipe da Associação Cantareira, principalmente aos comunicadores populares da Rádio Cantareira FM, que muito contribuíram e inspiraram este trabalho.

A José Severino da Silva e equipe da Rádio Nova Esperança, Vila Esperança, Cubatão/SP, que abriram as portas para que a pesquisa se realizasse.

À Janis, que auxiliou no debate deste trabalho, motivou e colaborou na revisão dos textos e apostou na possibilidade da realização desta pesquisa.

À Juçara, pelo debate sobre a rádio comunitária e por assumir projetos sem medir sacrifícios, possibilitando este período de estudo.

Ao Daniel Francis, que compartilhou a sistematização dos trabalhos, pelo incentivo, investimento e motivação diária.

À minha família, que à distância me apoiou.

A todos que contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente estudo analisa o jornalismo nas rádios comunitárias a partir do paradigma da comunicação popular, alternativa e da contextualização histórica das rádios comunitárias no Brasil.

A programação jornalística de duas rádios comunitárias no Estado de São Paulo é analisada a partir do referencial teórico que elucida a comunicação popular e prioriza os conceitos de jornalismo popular. São analisadas a Rádio Cantareira FM 107,5, de Vila Isabel, distrito de Brasilândia, São Paulo, capital, no ar desde 1995, e a Rádio Nova Esperança FM 87,9, de Vila Esperança, Cubatão/SP, no ar desde 2003.

Nas considerações finais, baseadas em estudos de caso, apresentamos as possibilidades de contribuição do jornalismo comunitário para a democratização da comunicação e a construção da cidadania. São também apontados os limites e os desafios desse paradigma de comunicação.

Palavras-chave: comunicação popular, jornalismo comunitário, rádio comunitária.

ABSTRACT

The present study analyzes journalism in community radios from the paradigm of alternative, grassroots communication. The analysis is done from the historical context of community radios in Brazil.

This work uses the case study as the methodological basis and examines the programming of community journalism in two community radios in the state of São Paulo from a theoretical reference that clarifies grassroots communication and emphasizes the concepts of community journalism.

Two community stations, Radio Cantareira FM 107.5 Vila Isabel, District of Brasília, São Paulo, capital, on the air since 1995 and Radio Nova Esperança FM 87.9, Vila Esperança, Cubatão, São Paulo, on the air since 2003, are analyzed.

In the final considerations, based on the studies done, we present the possibilities of the contribution of community journalism to the democratization of communication, and to the construction of citizenship. It also shows the limits and challenges of this paradigm of communication.

Key words: grassroots communication, community journalism, community radio.

LISTA DE SIGLAS

Abert	–	Associação Brasileira de Rádio e Televisão
Abraço	–	Associação Brasileira das Rádios Comunitárias
AESP	–	Associação das Emissoras do Estado de São Paulo
Amarc	–	Associação Mundial das Rádios Comunitárias
Anatel	–	Agência Nacional de Telecomunicações
Ancarc	–	Associação Nacional Católica das Rádios Comunitárias
BB	–	Banco do Brasil
BBC	–	British Broadcasting Corporation
CD	–	compact disc
CDH	–	Comissão de Direitos Humanos
Celadec	–	Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã
Cenpec	–	Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CMT	–	Companhia Municipal de Trânsito
Comacon	–	Coordenadoria de Assuntos da comunidade Negra
CRIS	–	<i>Communication Rights in the Information Society</i> (Direito à Comunicação na Sociedade da Informação)
CTA	–	Centro de Testagem e Aconselhamento
Dieese	–	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU	–	Diário Oficial da União
DPF	–	Delegacia da Polícia Fazendária
Eneco	–	Associação Nacional de Estudantes de Comunicação Social
EUA	–	Estados Unidos da América
FAE	–	Faculdade de Educação
FDRC	–	Fórum pela Democratização das Rádios Comunitárias
Fenaj	–	Federação Nacional dos Jornalistas
FM	–	frequência modulada
FNDC	–	Fórum Nacional de Democratização da Comunicação
GTI	–	Grupo de Trabalho Interministerial
HIV	–	Human Immunodeficiency Virus
LIDE	–	Lei de Informação Democrática
MC	–	Ministério das Comunicações

MCM	–	Meios de Comunicação de Massa
MD	–	Minidisco
MEB	–	Movimento de Educação de Base
MNRL	–	Movimento Nacional das Rádios Livres
MOVA	–	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MPB	–	Música Popular Brasileira
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONG	–	Organização Não-Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PCC	–	Primeiro Comando da Capital
PMC	–	Prefeitura Municipal de Cubatão
PSDB	–	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PUC	–	Pontifícia Universidade Católica
RBS	–	Rede Brasil Sul
RPM	–	rotações por minuto
RVSF	–	Rádio Vozes Sem Fronteiras
SBT	–	Sistema Brasileiro de Comunicação
Seade	–	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Senac	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Someve	–	Sociedade de Melhoramentos da Vila Esperança
SPU	–	Secretaria do Patrimônio da União
UBS	–	Unidade Básica de Saúde
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
Unesco	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	–	Universidade de São Paulo
Vicom	–	Vicariato das Comunicações

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Comunicação popular alternativa	23
1.1 A comunicação, um direito universal	23
1.2 Caracterização da comunicação popular	28
1.3 Principais características da comunicação popular nos movimentos populares	30
1.4 Os meios de comunicação alternativos e a democratização	33
1.5 Comunicação e cidadania	35
2 A construção da rádio comunitária no Brasil	38
2.1 Instituição do termo “rádio comunitária”	44
2.2 O que é ser comunitário	45
2.3 O movimento de radiodifusão comunitária no Brasil	47
2.4 O direito de existência e de articulação das rádios comunitárias	49
2.5 Código de ética das rádios comunitárias no Brasil	53
2.6 A legislação da rádio comunitária	54
2.7 A lei reconhece a existência das rádios comunitárias	55
2.8 A repressão contra as emissoras comunitárias	56
2.9 Panorama das rádios comunitárias em 2005	63

2.10 Dificuldades e contradições	65
2.11 Lei de São Paulo	68
2.12 Sem concessões para São Paulo	69
2.13 Rádio comunitária e a construção da cidadania	70
 3 Jornalismo nas rádios comunitárias: exemplificação de dois casos	73
3.1 Jornalismo comunitário	73
3.1.1 O papel do jornalista comunitário	77
3.2 Contexto sociogeográfico da Vila Esperança	82
3.2.1 A fundação da Rádio Nova Esperança FM 87,9	86
3.2.2 Grade de programação da Rádio Nova Esperança FM 87,9	87
3.2.3 Conteúdo e estrutura dos programas da Rádio Nova Esperança FM 87,9	88
3.3 Contexto do Distrito de Brasilândia	91
3.3.1 Histórico da Rádio Cantareira FM 107,5	93
3.3.2 Grade de programação da Rádio Cantareira FM 107,5	97
3.3.3 Conteúdo e estrutura dos programas da Rádio Cantareira FM 107,5	98
3.4 Exemplos de atuação das rádios na realidade comunitária local	102
3.5 A comunidade participa da programação na rádio comunitária	103
3.6 A gestão das rádios comunitárias	110
3.7 Descrição dos programas de rádio	112

3.7.1 O foco da notícia e dos fatos	115
3.7.2 A entrevista	116
3.7.3 Agenda temática	120
3.7.4 A conscientização, a mobilização e a transformação social são propostas nos programas?	121
3.8 O jornalismo comunitário favorece a democratização da comunicação	122
4 Considerações finais	124
 Bibliografia	 127
 ANEXO 1 – Programas de rádio analisados – texto transcrito	 135
ANEXO 2 – Parte da legislação sobre comunicação social e radiodifusão	167
ANEXO 3 – Regimento interno da Rádio Cantareira FM 107,5	168
ANEXO 4 – DVD audiovisual do contexto das rádios Cantareira FM e Nova Esperança FM	170
ANEXO 5 – CDs com os três programas de rádio analisados	171

Introdução

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador das novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (Roquette Pinto apud TAVARES, 1997, p. 8)

A comunicação popular é uma proposta desenvolvida pelas organizações populares tendo em vista ser um meio que contribui para a transformação social. Surge da necessidade das classes populares de expressar e reclamar seus direitos, utilizando para isso meios alternativos para comunicar. Como característica primeira, a comunicação popular se define como aquela em que o emissor e o receptor são da mesma classe. Ou seja, existe comunicação popular quando a linguagem é popular e sua mensagem se opõe à comunicação burguesa.

A emergência da comunicação popular dá-se por volta dos anos 1930, mas tem sua acentuação após 1964. Anteriormente aos anos 1960, chamava-se de “imprensa alternativa” aquela que se contrapunha ao modelo capitalista. Possivelmente, a denominação “alternativa” deva-se ao fato de o Movimento Democrático e Popular do Ocidente propor discussões de maneiras alternativas de vida e de experiências comunitárias.

A comunicação popular surge vinculada às práticas sociais dos movimentos coletivos que atuam para a realização da democracia e a utilizam para veicular seus conteúdos em meios de comunicação diferenciados da chamada “grande imprensa”.

Nesse patamar, a “nova” comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas e etc. (PERUZZO, 1999, p. 115)

No contexto de comunicação popular, são implantadas no Brasil, na década de 1970, as rádios livres. Essas se contrapõem aos meios de comunicação de massa, que estavam concentrados nas mãos de poucos grupos, detentores de concessão do Poder Executivo federal. As rádios livres atuavam sem o controle do Estado e se apoiavam:

No direito à “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” – conforme artigo 5º, inciso 9 da Constituição Federal. O fato de as rádios ou TVs livres se estabelecerem à revelia de uma regulamentação específica faz com que elas surjam e desapareçam, conforme interesses individuais ou grupais. Geralmente são emissoras de cunho político-partidário e cultural. (BEOZZO, 2006, p. 71)

A primeira rádio livre de que se tem registro, no Brasil, é a Rádio Paranóica, de Vitória/ES, fundada em outubro de 1970. Em 1976, surge a Rádio Spectro, de Sorocaba/SP. Em 1978, surgiu, em Criciúma/SC, a rádio livre chamada Rádio Globo. Outra experiência pioneira foi a Rádio Reversão, nascida de um projeto cultural na Zona Leste da capital paulista, em 1975, sob a orientação do jornalista Valionel Tomás Pigatte, conhecido como Léo Tomás.

Na década de 1980, surgiram dezenas de rádios livres na capital paulista, dando origem à organização da Cooperativa dos Rádios-Amantes (Rádio Totó, Rádio Ternura, Rádio Xilik, Rádio Trip, Livre Gravidade), que lançaram até um manifesto no qual afirmam que iniciaram uma “reforma agrária no ar”.

A partir de 1980, surgiram no País as primeiras experiências de uso de alto-falantes¹ como mais uma opção de comunicação alternativa. Em 1983, em São Miguel Paulista, cidade de São Paulo, acontecem experiências de rádios populares com alto-falantes. O movimento dessas rádios na Zona Leste realizou em 1985 o primeiro encontro de rádios alto-falantes, com a participação de 30 representantes para discutir as diferenças entre rádio popular e rádio comercial. Desse encontro, concluiu-se que:

A rádio popular ou comunitária fala dos interesses do povo; deve comunicar a vida do povo; mobilizar as comunidades para ações comunitárias; entreter o povo e promover os valores artísticos e culturais do povo. (COGO, 1998, p. 105)

Naquele contexto, os movimentos sociais da Zona Leste lutavam pelo direito de uma comunicação alternativa em que o povo fosse sujeito do processo. Eram representantes de

¹ A rádio alto-falante funcionava com poucos equipamentos: um amplificador, um toca-discos ou aparelho de cassete, um ou dois microfones, alguns discos de vinil ou fitas cassete. A transmissão era emitida por duas ou quatro cornetas alto-falantes, geralmente instaladas em igrejas ou associações. A rádio funcionava algumas horas por dia, a critério da comunidade, principalmente quando havia maior fluxo de pessoas. Sua programação era totalmente voltada para a comunidade, com a sua participação, e gerenciadas por grupos da comunidade.

organizações populares e não-governamentais² que defendiam o direito de comunicação pelo meio rádio comunitária.

Entre 1985 e 1987, segundo COGO (1998, p. 106), cerca de 40 rádios comunitárias operavam na região leste da capital paulista, praticamente todas instaladas em igrejas católicas.

Na década de 1990 intensificou-se, no cenário brasileiro, a discussão sobre a comunicação popular alternativa. Naquele período, ocorreu a proliferação das rádios comunitárias no Brasil, em especial nas periferias dos grandes centros urbanos, porém com utilização do sistema de transmissão eletromagnética (transmissores fabricados de modo artesanal) e não mais com cornetas alto-falantes.

Em fevereiro de 1991 foi realizado o primeiro encontro de representantes das rádios populares (na forma de rádios alto-falantes) a partir das experiências que surgiam em diversos estados, dando-se início ao processo de organização do primeiro encontro nacional das rádios populares, que aconteceu em setembro de 1992, em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Esse encontro possibilitou a articulação nacional do movimento pela comunicação popular comunitária.

Em novembro de 1995 se institucionalizou o termo “rádio comunitária”, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, definidas como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e tem programação plural. Elas encaixam-se no perfil das chamadas rádios de baixa potência. Presume-se que existam atualmente pelo menos 5.500 emissoras desse tipo ao longo do território nacional, mas estimativas mais otimistas falam em 7.000 e até 10.000. (PERUZZO, 1999, p. 252-253)

Essas emissoras de baixa potência ganharam o ar no país, principalmente nos bairros da periferia das grandes metrópoles, porque as organizações perceberam que o custo era relativamente baixo e era possível reunir recursos para construir um meio próprio de comunicação. As equipes de comunicação que atuavam nessas rádios eram preparadas por meio de cursos básicos de comunicação.

² Esses grupos eram compostos principalmente por representantes das Comunidades Eclesiais de Base, Movimento de Alfabetização, Pastorais Sociais e Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

As rádios comunitárias existem para promover o desenvolvimento social, cultural, político e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania. Tais aspectos são desprezados pelas atuais emissoras comerciais, que têm, como único objetivo, o lucro. As emissoras comunitárias, portanto, têm um papel de suma importância na história. (CARTILHA..., 2004, p. 6-7)

O jornalismo popular, comunitário, presente nas rádios comunitárias, trabalha com aquilo que é passageiro, transitório, circunstancial e fragmentário na vida da comunidade. Ele acompanha a evolução histórica da comunidade. Um dos conceitos de jornalismo popular é apresentado no manual de jornalismo produzido pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Celadec):

Frente ao jornalismo dos opressores, a criatividade dos setores populares gera uma alternativa própria: o jornalismo popular. Por setores populares se entende o conjunto de classes e camadas sociais que procuram num determinado momento histórico, mudar progressivamente a sociedade e criar as condições propícias para levar até o fim essa mudança. Nessa perspectiva, o jornalismo popular é uma atividade de maior importância. As informações veiculadas nesses jornais representam os interesses dos oprimidos, colocando sua prática social e também as alternativas de sua luta pela libertação. (CELADEC, 1984, p. 8-9)

Na democracia representativa, a população ainda espera que as questões sociais sejam encaminhadas e solucionadas por seus representantes eleitos. Pensa-se apenas no macrossistema, uma comunicação geral, global, em detrimento da comunicação local. Permanece a dicotomia entre o local e global. Continua o desafio de pensar o local sem perder de vista a dimensão global e pensar o global sem perder de vista o local. As minorias nem sempre são representadas pelos que chegam ao poder político, pois não é fácil eleger um parlamentar que as represente.

Os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos. (SANTOS, 2003, p. 54)

O Brasil é uma sociedade com longa tradição de política autoritária. O sistema neoliberal tem fortalecido três latifúndios estratégicos de poder: o capital financeiro, das terras

e das comunicações. Trata-se de um sistema político caracterizado pela marginalização da população e do clientelismo que manteve um modelo de comunicação autoritário/dominador. Daí a necessidade de aprofundar-se na seguinte direção:

Os processos de libertação e os processos de democratização parecem partilhar um elemento comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Em geral, estes processos implicam a inclusão de temáticas até então ignorado pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação, especialmente no nível local. (SANTOS, 2003, p. 59)

Esse processo de participação democrática requer que as pessoas, grupos, comunidades, organizações tenham assegurados espaços para a chamada voz pública, em que a conversa possibilite a interação e a formulação de novas propostas de ação. Por essa razão, há necessidade de construir-se uma política pública de comunicação popular que possibilite o acesso de toda a população aos meios alternativos de comunicação.

A democracia participativa requer uma comunicação construída com a participação dos cidadãos por meio de projetos que tenham incidência social significativa. A participação das pessoas é condição essencial no processo de democratização dos meios de comunicação. Assim,

A democracia de uma nação fundamenta-se em cidadãos dignos, possuidores de direitos iguais, além de deveres correspondentes. Para que alguém possa ser verdadeiramente cidadão, é fundamental que participe da construção de sua cidade, de seu país, através da apresentação de seu projeto. Essa só pode dar-se através da comunicação, como faziam os antigos gregos. Só recebia o título de cidadão quem *falasse*, apresentando seu projeto. A participação na comunicação é, pois, condição indispensável para a cidadania. (GUARESCHI, 2005, p. 13, grifo do autor)

As rádios comunitárias constituem um desses meios alternativos de comunicação que possibilitam a participação, a manifestação cultural do povo de determinada região. É um espaço de exercício da cidadania. A comunidade fala, participa e contribui no processo.

Os direitos à livre manifestação do pensamento e de informar e ser informado constituem direitos fundamentais, reconhecidos expressamente pela Constituição. Logo, têm

implicação imediata, independentemente da ausência de lei. Desse modo, para se instalar um jornal, não há necessidade de se pedir autorização ao governo federal, estadual ou municipal. Nem pode o governo, mediante lei, inviabilizar o livre exercício desse direito fundamental. No entanto, pode e deve regulamentar seu uso, afim de proteger as pessoas de ataques caluniosos, difamatórios ou injuriosos, que venham a macular suas honras e imagens. O mesmo acontece em relação às rádios comunitárias. Elas devem existir, pois do contrário estar-se-ia anulando um direito fundamental, talvez o mais expressivo depois da vida, que é o direito de livremente trocar idéias e de se comunicar. (SILVEIRA, 2001, p. 25)

A comunicação é uma necessidade vital do ser humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, garante a comunicação como um direito fundamental. Na prática, nem sempre toda a população tem acesso a esse direito. No Brasil os meios de comunicação de massa tornaram-se gigantescos empreendimentos comerciais, políticos e econômicos que facilmente servem de mecanismos ideológicos à sustentação do pensamento único das classes dominantes. Por isso, a comunicação popular parte da necessidade do próprio povo de expressar-se livremente a partir de sua realidade.

Todo ser humano tem direito a liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras. (art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Objetivo e justificativa da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é investigar o jornalismo comunitário construído na programação das rádios comunitárias. Observaremos também se as rádios comunitárias estão em consonância com as características da comunicação popular. Essa análise é feita a partir da contextualização histórica das rádios comunitárias no Brasil.

Escolhi o jornalismo comunitário como tema desta pesquisa porque atuo há mais de 10 anos em rádio comunitária e durante esse período, pude constatar que é um meio de comunicação popular que, além de ter sua programação voltada para os interesses da comunidade local, possibilita a participação efetiva da população por meio de entrevistas, reportagens, cartas, telefone, gravações, debates ou ao vivo no estúdio.

Pesquisar o jornalismo veiculado em rádios comunitárias significa elencar elementos relevantes que caracterizam o serviço de radiodifusão comunitária, assim como trazer à tona o jornalismo praticado nessas rádios.

Esta pesquisa aponta a existência das rádios comunitárias pautadas nos princípios da democracia da comunicação popular. Ao pesquisar a prática jornalística das emissoras é possível identificar elementos de análise para compreender o exercício da cidadania na comunicação da rádio comunitária e questionar se ela favorece a democratização das estruturas sociais e dos meios de comunicação.

Este estudo busca contribuir para compreendermos como o jornalismo efetivado nas emissoras comunitárias pode garantir o direito à expressão, à participação, à diversidade de opinião e ao desenvolvimento de ações de cultura, educação e solidariedade para a liberdade.

Propõe também contribuir com o debate em defesa da luta pela democratização da comunicação e da regulamentação das rádios e TVs comunitárias defendida pelos movimentos de comunicação popular, sendo uma forma de registro e sistematização de práticas de jornalismo comunitário de duas emissoras de rádio comunitária.

Fundamentação teórica e metodologia de pesquisa

Nesta pesquisa, pretende-se observar o jornalismo comunitário na programação de duas rádios comunitárias no estado de São Paulo: a Rádio Cantareira FM 107,5, de Vila Isabel, São Paulo, capital, no ar desde 1995, e a Rádio Nova Esperança FM 87,9, de Vila Esperança, Cubatão/SP, no ar desde 2003.

A escolha dessas emissoras deve-se ao fato de situarem-se em realidades distintas: a Cantareira FM está na periferia da cidade de São Paulo, contextualizada na vida urbana, e a Rádio Nova Esperança FM está localizada no litoral de São Paulo, em uma região de mangue³. A diferença entre os dois locais é grande, daí a diferença no modo de as emissoras fazerem a programação, mesmo estando as duas rádios imbuídas da filosofia da rádio comunitária.

³ A descrição das áreas onde atuam as rádios é feita no Capítulo 4.

Esta pesquisa inscreve-se no âmbito da pesquisa qualitativa, em que se pode, pela compreensão da dialética, observar e analisar as contradições existentes no fenômeno estudado. Nesse sentido a delimitação do problema surge da exploração do contexto e informações que o pesquisador tem com o objeto pesquisado, conforme aponta Chizzotti (2005, p. 81):

[...] pressupõe uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. Pressupõem, também, uma partilha nas experiências e percepções que os sujeitos possuem desses problemas, para descobrir os fenômenos além de suas aparências imediatas.

Partindo dessa compreensão, utilizo como estratégia de investigação o estudo de caso para coletar, organizar, analisar e registrar os dados.

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (CHIZZOTTI, 2005, p. 102)

Observaremos como as características da comunicação popular e do jornalismo comunitário alternativo efetivam-se nas práticas das rádios comunitárias. As principais características das rádios comunitárias a serem analisadas são: a expressão de um contexto de luta, o conteúdo crítico/emancipador, o espaço de expressão democrática, tendo o povo como protagonista e os fatos e temas de interesse da comunidade como foco das construções textuais desse tipo de comunicação.

Para exemplificar como se dá o jornalismo nas rádios comunitárias, são considerados três programas radiofônicos com diferentes características e de temática variada, formalizado um recorte metodológico para a condução dessa pesquisa.

Na Rádio Cantareira FM 107,5, escolhi os programas: “Meu Caro Amigo” e “Espaço das Comunidades”. O programa “Espaço das Comunidades” vai ao ar diariamente, das 18h20 às 19h, e é apresentado por Juçara Terezinha Zottis, com a participação de pessoas da equipe da emissora e da comunidade, por telefone ou em entrevista no estúdio. O programa está

organizado em dois blocos. O primeiro apresenta temas de caráter formativo-reflexivo, que possibilitam a formação de opinião pública. A pauta do programa propõe que, no desenvolvimento do conteúdo, sejam tocadas músicas relacionadas com o tema apresentado. Também são veiculados *spots* institucionais sobre saúde, educação, segurança, meio ambiente, política, cidadania e outros. Há, ainda, vinhetas que ajudam na dinamização do programa e na caracterização da emissora. No segundo bloco são veiculadas notícias, convites, informes das comunidades, das associações, das redes de organizações da região, de fóruns regionais, grupos culturais, de utilidade pública entre outros.

O programa “Meu Caro Amigo”, apresentado por Gilberto Cruz e co-produzido pela sua esposa, Meire Cruz, vai ao ar aos sábados, das 9h às 10h. Ele aborda temas da conjuntura sócio-política, religiosa e econômica, em forma de debate com convidados no estúdio e com a participação do ouvinte pelo telefone. O programa também toca músicas que favorecem a compreensão do tema debatido. A preferência musical é pela Música Popular Brasileira (MPB).

Na Rádio Nova Esperança FM 87,9, de Cubatão, optei pelo programa: “Voz da Comunidade”, apresentado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 9h30, por José Severino da Silva (conhecido pelo apelido “Miúdo”). Esse programa incentiva e divulga trabalhos comunitários como festas, cursos, atividades culturais, mutirões, reuniões, memória histórica, incentiva a participação do povo em organizações, movimentos populares, comunidades eclesiais e informa a população. São assuntos de interesse local, com o objetivo de construir cidadania, denominados *os 12 mandamentos da comunidade envolvendo a cidade*: emprego, educação, transporte coletivo e alternativo, saúde, habitação, desenvolvimento social, cultura, crianças, adolescentes e idosos, segurança, meio ambiente, cidadania, esporte e lazer.

Há participação dos ouvintes moradores da região, por telefone, e também a participação no estúdio, ao vivo, já que a emissora está localizada no meio da favela.

O referencial teórico que dá suporte para as reflexões desse estudo é composto por autores que auxiliam a discussão e a compreensão das temáticas propostas pela comunicação popular e pelo jornalismo comunitário. Também citamos algumas pesquisas de mestrado e doutorado que analisaram diferentes aspectos da comunicação comunitária no Brasil.

Para as reflexões sobre a comunicação popular alternativa e o movimento das rádios comunitárias, os principais autores utilizados para o estudo desses temas são:

A partir das contribuições de Cecília Maria Krohling Perruzo (1999), estabelecem-se os marcos de surgimento da comunicação comunitária e suas características e observa-se historicamente o vínculo entre o movimento popular e o movimento das rádios comunitárias.

Denise Maria Cogo (1998) descreve a trajetória de emissoras comunitárias de alto-falantes na década de 1980 no Brasil e na América Latina e como se dá a recepção dessa comunicação pelos membros da comunidade. Também analisa as relações entre a comunicação popular e a comunicação massiva e propõe a compreensão do universo cultural dos produtores e receptores para a reorientação dos projetos de comunicação comunitária.

Boaventura de Sousa Santos (2003) traz reflexões importantes para compreender como a democracia ainda precisa ser construída, o que permitiu observar que as rádios comunitárias são um dos meios para que ocorra a participação, a tomada de decisão e gestão de situações em nível local.

Os textos organizados por Jose Oscar Beozzo (2006) trazem um panorama da situação atual dos meios de comunicação no país e os meios alternativos para a comunicação ser feita por todas as pessoas.

A legislação e o processo de democratização da comunicação são discutidos tendo contribuições com referência nos seguintes autores:

Armando Coelho Neto (2002) discute e sugere que radiodifusão comunitária é um direito e apresenta o aparato jurídico no qual se baseia: a Constituição Federal e o Pacto Internacional de Comunicação, do qual o Brasil é signatário.

Paulo Fernando Silveira (2001) registra de maneira clara uma discussão sobre a prática da polícia federal e da Anatel diante das rádios comunitárias e aponta as diferenciações do uso da radiodifusão. Indica caminhos constitucionais para a legalização de todas as rádios comunitárias e o efeito democratizante nas comunicações com a expansão das rádios comunitárias.

Para abordagem do jornalismo popular alternativo e jornalismo e cultura são referenciais de discussão os autores:

John D. H. Downing, ao discutir a cultura popular comunidade e democracia, aponta a necessidade de no jornalismo ter-se presente a cultura daquela comunidade e os seus significados, assim como o papel do comunicador no sentido de estar atento para os interesses e necessidades das pessoas.

Pedro Gilberto Gomes (1990) conceitua jornalismo popular, destaca a comunicação popular a partir da participação popular e a qualifica. Realiza reflexão sobre o que determina a natureza do jornalismo popular.

Alguns pesquisadores já tomaram a rádio comunitária como foco de estudo, dentre os quais cito: Cristiano Aguiar Lopes (2005), em dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Raecler Baldresca (2003). Na dissertação de mestrado, defendida na Pontifícia Universidade de São Paulo, sob o título *Da radiodifusão comunitária no contexto do Estado Democrático de Direito Brasileiro*, aborda a questão da constitucionalidade e legalidade das rádios comunitárias; discute também o direito de antena e a importância desse meio para a sociedade.

Amarildo Batista Carnicel (2005) apresenta três experiências que mostram o processo de produção do jornal comunitário como estratégia da educação não-formal.

A presente pesquisa está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, são apresentados elementos sobre o direito universal da comunicação, a caracterização da comunicação popular, assim como o papel dos meios de comunicação alternativos na democratização da comunicação e na construção da cidadania.

No segundo capítulo, é contextualizado o surgimento do rádio e as principais etapas do processo até o advento da rádio comunitária. É apresentado o movimento pelo direito à radiodifusão comunitária, a legislação que rege essa modalidade de comunicação e a repressão a esse meio alternativo.

O terceiro capítulo apresenta as características do jornalismo comunitário, relata brevemente o contexto sociogeográfico e histórico do surgimento das rádios comunitárias em estudo. Exemplifica como as rádios desenvolvem o jornalismo comunitário e quais são as

práticas características dessa proposta de jornalismo e do paradigma da comunicação popular.

As considerações finais apresentam a sistematização desse estudo e apontam para as principais práticas do jornalismo comunitário, indicando as contribuições para a democratização da comunicação, a participação da comunidade e para a melhoria da vida das pessoas. Também são apontados limites e desafios desse paradigma de comunicação.

O presente estudo traz anexo CD com os três programas radiofônicos discutidos e suas transcrições; anexamos também parte da legislação sobre rádio e radiodifusão comunitária no Brasil e um DVD com imagens da realidade social em que as emissoras Cantareira FM e Nova Esperança FM estão localizadas e seus objetivos.

1 Comunicação popular alternativa

Não basta estar no ar. Tem que ser comunitária.
(CARVALHO, 1996 apud PERUZZO, 1999, P. 256)

Neste capítulo, levantaremos elementos básicos necessários para uma comunicação popular alternativa, com a preocupação de democratizar a comunicação. Para situar o processo e desenvolvimento da comunicação comunitária, principalmente no que se refere ao surgimento das diversas emissoras comunitárias, é preciso situá-las na história, contextualizadas com a emergência dos movimentos sociais. Há vários movimentos populares que se organizaram em diferentes perspectivas, dentre os quais a comunicação popular, que teve atuação significativa nos processos de luta desses movimentos. COGO (1998, p. 40) assim descreve a ligação dos movimentos populares e a comunicação popular:

O movimento popular, portanto, não faz comunicação por comunicação, mas a pratica no marco de um processo transformador no qual o componente comunicacional se une ao pedagógico e organizativo. Nesse sentido lembra Mário Kaplún, a comunicação, para o movimento de base, não constitui um fim em si mesmo, mas cumpre um papel fundamental como um instrumento de organização e educação populares.

1.1 A comunicação, um direito universal

Entre os diversos direitos humanos tidos como fundamentais está a comunicação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, em seu art. 19 trata do direito à comunicação e afirma:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteira.

Na prática, porém, nem sempre esse direito está assegurado. O sistema de comunicação adotado no Brasil fere esse direito ao não regulamentar o art. 6º da Constituição Federal de 1988, que rege o formato de comunicação pública. Isso também ocorre quando os governos optaram por um sistema privado, no qual os grandes meios de comunicação se

tornaram empreendimentos comerciais, políticos e econômicos, tanto que um dos negócios mais prósperos no conjunto da economia mundial é a indústria da comunicação. Facilmente esses meios servem de mecanismos ideológicos importantes na sustentação do pensamento único da classe dominante. Dessa forma, com o monopólio, o acesso da população para participar e interferir na comunicação fica prejudicado. Essa questão é tratada por Guareschi (2005, p. 39), que afirma estar o monopólio da mídia estreitamente ligado à problemática da globalização.

Como já dissemos, o sistema neoliberal tem fortalecido três latifúndios estratégicos de poder: a detenção do capital financeiro, a concentração de terras e o monopólio das comunicações. Os proprietários dos meios de comunicação detêm significativos capitais econômicos e políticos com capacidade de anexação e controle ideológico, social e cultural. Dessa forma, influenciam a opinião pública para garantir o resultado a seu favor.

De acordo com levantamentos realizados por diferentes fontes, no Brasil apenas nove grupos empresariais – principalmente familiares – controlam quase tudo o que os demais 180 milhões de habitantes ouvem, vêem e lêem. À medida que um pequeno grupo de poderosos monopoliza a mídia, a apregoada liberdade de expressão e comunicação fica comprometida. A verdadeira democracia é desrespeitada, mesmo porque as concessões da radiodifusão fazem parte da moeda de troca entre as oligarquias políticas e os grupos comerciais da comunicação. (BEOZZO, 2006, p. 58-59)

Assim como o direito à terra, o acesso à educação, à cultura, aos bens públicos e à riqueza produzida, o controle dos meios de comunicação ficou nas mãos de uma pequena elite, que o utiliza como instrumento para manter a hegemonia política, econômica e cultural. Ainda nesse sentido, João Brant (2005) – integrante do Coletivo de Comunicação Intervenções e da Articulação Nacional pelo Direito à Comunicação – afirma que:

No Brasil, a liberdade de expressão é um privilégio desfrutado atualmente por nove famílias, enquanto 180 milhões de pessoas precisam ficar caladas.

Constata-se que no Brasil apenas uma dezena de grupos concentra em seu poder a grande mídia. São famílias que têm uma trajetória política e que muitas vezes se mantêm ao lado dos governantes. Conforme observado por Caldas (2005, p. 10), são nove as famílias detentoras do monopólio dos meios de comunicação eletrônica assim distribuídas:

Em primeiro lugar encontra-se a família Marinho (Rede Globo), que detém 17 concessões de televisão e 20 de rádio. A família Sirosttsky (RBS), fica em segundo lugar com 14 emissoras de TV e 21 de rádio. A família Abravanel (SBT – grupo Silvio Santos), vem em seguida com 9 emissoras de TV. A família Câmara (Grupo Câmara) detém 7 concessões de TV e 13 de rádio. A família Bloch (Grupo Manchete), detinha 5 concessões de TV e 6 de rádio, agora nas mãos da Rede TV. A família Daou (TV Amazonas), é proprietária de 5 canais de TV e 4 de rádio. A família Zahran (Grupo Zahran) conta com 4 canais de TV e 2 de rádio. A família Jereissati (Grupo Verdes Mares), é proprietária de uma emissora de TV e 5 de rádio. O Grupo Condomínio Associados, por sua vez, detém 3 concessões de TV e 9 de rádio.

Partindo dessa realidade, observa-se que a política de comunicação no Brasil foi construída como instrumento de concentração de poder. A prática do monopólio persiste no país desde a monarquia e a velha República, em que não se respeitavam as constituições e se usava do privilégio para amigos e correligionários. Essa prática, que podemos chamar de cultura do compadrio, foi incorporada e persiste até hoje no cenário político-econômico.

A consequência da cultura política de sobrevivência no poder com base no fisiologismo, concessões com critérios de favorecimento político e desrespeito ao direito de todos, também está presente na atual configuração da distribuição de concessão oficial de exploração dos canais de comunicação, conforme aponta Silveira (2001, p. 258-259).

Por outro lado, parte da mídia está diretamente atrelada aos patrocinadores, ou seja, seu apoio é incondicional aos financiadores, que são organizações privadas ou públicas. Isso se torna complexo, pois dificilmente serão veiculadas notícias que possam constranger ou contrariar interesses de quem investe nesses meios.

O Brasil, no que concerne ao campo das comunicações, tem peculiaridades importantes que desafiam toda a ordem internacional. Falamos em desenvolvimento, convergência tecnológica, globalização, modernidade [...], porém, persistem ainda no país características que remontam a um passado político subdesenvolvido, no qual particularismos são definidores das políticas públicas, coronelismo e patrimonialismo persistem como modelos de administração do Estado e barganhas políticas guiam parte importante da atuação estatal. (LOPES, 2005, p. 50)

Ao observar que, ao contrário de outros serviços públicos que não chegam ao conjunto da população brasileira (como água tratada, esgoto, posto de saúde, escola, telefone

etc.), os sinais da televisão são captados por quase todos os brasileiros e considerando a grade de programação e o tempo que as pessoas assistem à televisão¹, pode-se também notar a influência dela sobre a vida das pessoas.

Uma sociedade que não controla seus meios de comunicação de massa, acaba por perder o controle sobre sua própria cultura, garantia de sua identidade e soberania. (GUARESCHI, 2005, p. 83)

Os veículos de comunicação de massa (emissoras de rádio e TV) estão concentrados em poder de poucas empresas situadas, em geral, em São Paulo e Rio de Janeiro, onde são produzidos os principais jornais, novelas e demais programas de entretenimento. Essa prática comunicacional pode ser apontada como um massacre às culturas regionais e locais, uma vez que estas são influenciadas pela programação massiva imposta pelos grandes meios e transmitida em rede nacional, além de não terem espaço para sua manifestação nesses meios.

Ao invés de oferecer um serviço público que atenda às demandas gerais da sociedade – em termos de informação, divulgação cultural e elevação do nível de consciência das pessoas –, o sistema dominante de comunicação freqüentemente acaba prestando um desserviço. Ele se apóia em padrões de consumo competitivo e nos valores que levam à alienação, exploração e desagregação social, o que legitima e sustenta o modelo econômico vigente. (BEOZZO, 2006, p. 58-59)

Essa mídia massificadora cria uma nova relação desigual na sociedade. Desigualdade notória entre emissores e receptores; entre quem produz conteúdo de comunicação e quem apenas recebe; entre pólos ativos poderosos e regiões passivas no processo de comunicação social. Assim como está, o sistema de comunicação tem uma configuração totalitária, na medida em que suprime o diálogo, impõe padrões de uns sobre os outros e trata as pessoas como meros consumidores, não como cidadãos plenos de direitos.

Nesse sistema de comunicação vertical, muitas vezes há um discurso intolerante, seletivo e mercadológico que estimula o consumo irresponsável. Consumo não só de produtos, mas também adesão a princípios e práticas de competição, individualismo e exclusão. Há propagandas ensinando como vestir, o que comer, o que beber, como se comportar, que marca consumir, como ilustra o exemplo abaixo:

¹ Segundo pesquisa do IBGE realizada em 2005, em média, os brasileiros assistem cerca de cinco horas de televisão por dia.

Depois que Gerson, meio-de-campo da seleção campeã de 1970, virou garoto propaganda dos cigarros Vila Rica, foi promulgada a lei que leva seu nome. No comercial de tevê, dizia: “Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Por isso fumo Vila Rica”. E a lei de Gerson instalou-se nos corações e mentes dos brasileiros. (*ISTO É*, n. 1578, 29 dez. 1999)

A legislação brasileira que regulamenta a programação das emissoras de rádio e televisão determina que se tenha, no mínimo, 5% de informação noticiosa e, no máximo, 25% de publicidade comercial. Pode-se notar que a própria legislação permite e incentiva a taxaço mínima de notícias e a alta permissividade de propaganda, ou seja, que haja uso deliberado dos meios de comunicação para o *marketing* em detrimento de outra programação, além de deixar em aberto, sem diretrizes, os 70% restantes da programação.

Por exemplo, a legislação não prevê que as emissoras incluam em sua programação serviços de utilidade pública, valorização da cultura, apoio à educação, saúde, lazer etc. Isso faz com que não se tenha controle público sobre a programação veiculada atualmente nos grandes meios.

Com vista a ter clareza do papel dos meios de comunicação na sociedade e do direito humano à comunicação, há uma reflexão registrada no Boletim do Intervozes² que afirma o seguinte:

Assumir a comunicação como um direito humano significa reconhecer o direito de todos de ter voz. É o direito de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvido, de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação. É exigir do Estado seu papel na promoção da pluralidade, da diversidade e da luta constante pela superação das desigualdades. (*Boletim Intervozes*, jan. 2005)

Em suma, não basta ter garantido na legislação o direito à livre expressão. É também necessário garantir que se tenha efetivado o direito ao acesso à comunicação, o que significa democratizar os meios, fomentando uma comunicação alternativa capaz de se contrapor ao monopólio da grande mídia e às leis de mercado.

Uma das possibilidades para democratizar a comunicação está sendo construída processualmente no país e caracteriza-se como “comunicação popular”.

² Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma associação civil que atua para transformar a comunicação em um bem público. Fonte: www.intervozes.org.br.

1.2 Caracterização da comunicação popular

Quando se trata da comunicação popular, lidamos diretamente com diferentes conotações atribuídas a ela no cotidiano. São três correntes distintas assim organizadas por Peruzzo (1998):

1. Popular-folclórica: refere-se ao conjunto das expressões culturais genuínas do povo, como as manifestações folclóricas, festas, danças, ritos, crenças, costumes, objetos etc.

2. Popular-massiva: engloba toda a indústria cultural e subdivide-se em três linhas de análise:

a) apropriação da linguagem, religiosidade e outras características populares pelos meios de comunicação;

b) influência e aceitação por parte da população, de programas chamados de popularescos, como novelas, *Domingão do Faustão*, *Cidade Alerta* e outros que seguem a mesma linha de produção;

c) utilização dos problemas dos bairros/comunidades, entendendo-se que a abertura de espaço para reclamações e reivindicações constitui-se num espaço de utilidade pública.

Nesse sentido, o “popular-massivo” é entendido, sobretudo, como incorporação da cultura popular pelos meios de comunicação de massa, assim como a aceitação de determinados programas por uma grande parcela da população.

3. Popular-alternativa: essa linha da comunicação popular situa-se no contexto das organizações e movimentos sociais e traz a ligação entre comunicação e cultura. Há duas linhas de concepção dessa comunicação popular:

a) a primeira linha surgiu no início dos anos 1980 e conceitua a comunicação popular como libertadora, revolucionária, com conteúdos críticos e capaz de conduzir à transformação social;

b) a segunda linha de pensamento nasceu nos anos 1990, com uma postura mais dialética e flexível. Concebe a comunicação popular como capaz de propor e realizar modificações na cultura e contribuir com a democratização dos meios, com possibilidade de incorporar em sua prática novos espaços de comunicação, como internet e redes virtuais, entre outros.

Uma distinção merece ser feita quanto ao que se chama de comunicação popular e comunicação alternativa, conforme explicitado por Peruzzo (1998). No Brasil, a imprensa alternativa, também chamada “imprensa nanica” surgiu na época da ditadura militar (1964-1985). Foi classificada dessa maneira por causa de seu conteúdo (crítico ao regime vigente) e de seu formato (jornais tablóides, boletins e revistas populares). Sua venda era feita em bancas ou de mão em mão. Esses meios tratavam de temas culturais, políticos e de interesse específico dos trabalhadores. São exemplos típicos dessa época os seguintes veículos impressos: *Opinião*, *Movimento*, *Pasquim*, *Coojournal*, *Versus*, *Extra*, *Brasil Mulher*, entre outros.

Ainda durante a ditadura militar, na contracorrente da comunicação de massa, reapareceu com força e com novas propostas a chamada imprensa popular de oposição (*ABCD Jornal*, *Jornal da Vila* e outros), diferente do modelo de jornalismo popular existente antes do golpe de 1964. Nessa nova conjuntura, firmou-se também a imprensa partidária (*Jornal dos Trabalhadores*, *Classe Operária*, *Voz da Unidade* e outros), a imprensa sindical (*Tribuna Metalúrgica*, *Folha Bancária*, *Sindquim*, *Unidade* etc.) e a imprensa dos movimentos sociais (centenas de publicações locais, regionais e nacionais). Também nesse cenário, não se pode esquecer da imprensa eclesial produzida pelas igrejas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais.

A imprensa popular foi caracterizada dessa maneira em razão das condições quase artesanais em que era produzida por grupos populares. Depois, assim a denominaram com base no conteúdo que ela veiculava: um conteúdo de interesse das classes subalternas com perfil crítico-libertador. A propósito, alguns estudiosos defendem a idéia de que o que torna determinado meio de comunicação um instrumento popular é sua forma coletiva de produção e sua postura anticapitalista. Por outro lado, continua o desafio de inclusão dos excluídos da produção capitalista.

[...] os periféricos miseráveis que o capitalismo continua produzindo em grau cada vez maior e a massa de consumidores vorazes, que tudo fazem menos se conformarem a uma individualidade social, não constituem forças produtivas diretas do capital, precisamente porque foram excluídos praticamente do universo do trabalho moderno. (GIANOTTI apud SODRÉ 2002, p. 251).

1.3 Principais características da comunicação popular nos movimentos populares

Como características da comunicação popular ligada aos movimentos sociais, populares e organizações não-governamentais estão alguns elementos comuns que a fundamentam. PERUZZO (1999, p. 124-127) sistematiza essas principais características da seguinte forma:

a) *Expressão de um contexto de luta*: apresenta-se como forma de corresponder às necessidades de expressão e organização dos movimentos da sociedade civil. Está ligada ao processo de conscientização/organização/ação, principalmente entre os setores populares da América Latina. A luta é em defesa da vida e contra a degradação da existência humana.

b) *Conteúdo crítico-emancipador*: traz implícito na sua prática a crítica à realidade e a busca por uma sociedade mais justa. Seu conteúdo traz de denúncias das condições de vida do povo, oposição às estruturas do poder que geram desigualdades, estímulo à participação e à organização e reivindicações para acesso aos bens de consumo coletivos.

c) *Espaço de expressão democrática*: A comunicação democrática acontece quando está vinculada aos interesses dos segmentos da população subalterna, tanto na metodologia quanto no conteúdo. Isso significa abertura de canais para que os diversos segmentos sociais possam expor suas idéias, realizações e reivindicações, transmitir informações a partir das bases e participar nos conflitos das classes sociais na manifestação de seus interesses.

d) *O povo como protagonista*: o protagonista principal é o povo e/ou as organizações sociais e pessoas ligadas a seus movimentos. Isso implica em quebrar a lógica da dominação, uma vez que as decisões e o conteúdo são definidos pelos participantes.

e) *Instrumento das classes subalternas*: a comunicação popular é entendida como a das classes subalternas e realizada no contexto de luta de classes. Nesse sentido, ela se torna oposição à comunicação massiva das classes dominantes.

Na luta pela conquista de seus objetivos, geralmente os movimentos sociais populares procuram utilizar meios mais simples, de baixo custo e acessíveis ao público. Entre eles, estão: o teatro, o boletim, o jornal, o mural, o panfleto, o vídeo, o *slide*, a fotografia, o alto-falante, as faixas, os cartazes, as músicas, os programas de rádio etc.

A comunicação dos movimentos populares costuma enfrentar muitas dificuldades e limitações. Entre elas, a falta de recursos financeiros. Muitas vezes somam-se a isso

deficiências de capacitação técnica, resultando em problemas de programação, de formato e de linguagem. O fator econômico é fundamental para viabilizar a comunicação popular e garantir o exercício do direito de comunicação social. Muitos jornais populares – entre os quais a *Cantareira*, em São Paulo, e o *Brasil de Fato* – lutam para sobreviver, já que não há investimento público e não contam com o apoio de grandes empresas privadas, que têm como objetivo apenas o retorno financeiro. Normalmente, a sustentação desse tipo de jornal é feita pelos assinantes, por promoções, doações, projetos etc. O mesmo ocorre com revistas alternativas como a *Ocas*, *Sem Terra*, *Caros amigos*, *Tempo e Presença* e tantas outras.

Enfim, é pertinente perceber que nem toda comunicação dita popular é ao mesmo tempo alternativa, nem toda comunicação alternativa é necessariamente popular. Num sentido bem amplo, o que dá o caráter popular à comunicação é o fato de ela ser produzida pelo povo e ser acessível a ele. Já o que garante um caráter alternativo a um meio ou tipo de comunicação é, basicamente, sua proposta, ou seja, sua postura ideológica anticapitalista.

Nem sempre o que é alternativo na proposta é também, simultaneamente, popular no que diz respeito ao acesso desses meios pelo povo. Portanto, não basta que a comunicação seja popular, precisa ser também alternativa e “alternativa”, no sentido de ajudar a alterar/transformar a realidade.

Também há a chamada mídia local. Peruzzo (2002) aprofunda essa questão e fornece algumas características do que seja a mídia local. Ela mostra que o local é um espaço determinado, embora não circunscrito, em que o indivíduo está inserido, vive o seu dia-a-dia, com a sua família ou pessoas de suas relações. Assim a autora descreve o local:

A valorização do local na sociedade contemporânea é processada pelo conjunto da sociedade e surge no auge do processo de globalização. Particularmente, até os grandes meios de comunicação de massa, que historicamente sempre deram mais atenção às comunidades de longa distância e aos temas de interesse nacional ou internacional, passa a regionalizar parte dos seus conteúdos. Por que ocorre esse novo interesse pelo local? Justamente pela percepção de que as pessoas também se interessam pelo que está mais próximo ou pelo que mais diretamente afeta as suas vidas e não apenas pelos grandes temas da política, da economia e assim por diante. Elas curtem as benesses trazidas pela globalização, mas não vivem só do global, que em última instância é uma abstração. Elas buscam suas raízes e demonstram interesse em valorizar as “coisas” da comunidade, o patrimônio histórico cultural local e querem saber dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor. (PERUZZO, 2002, p. 54-55).

O ser humano gosta das maravilhas do mundo, dos grandes acontecimentos, das descobertas, das notícias extraordinárias. Mas nem sempre consegue acompanhar uma discussão ou decisão política que acontece na Organização das Nações Unidas (ONU), nos Estados Unidos ou na Europa. Ele está preocupado com a vida dos seus familiares, com o vizinho, com as notícias do bairro ou do entorno.

Algumas características que distinguem a mídia local da mídia comunitária são apresentadas por Peruzzo (2002, p. 60). Para a autora a mídia local:

- a) tem o objetivo de dar a conhecer assuntos de foco local que em geral não têm espaço na grande mídia.
- b) é encarada como uma unidade de negócio comercial, portanto tem interesses mercadológicos, vende espaço de anúncios comerciais e pretende ser rentável, cujos excedentes pertencem a seus proprietários individuais/organizacionais.
- c) é suscetível a corresponder a interesses políticos e econômicos de empresas, lideranças, grupos partidários etc.
- d) explora o local enquanto nicho de mercado, ou seja, os temas e as problemáticas específicas da localidade interessam enquanto estratégia para se conseguir aumentar a credibilidade e a audiência, e consequentemente obter retorno financeiro.
- e) tem interesse em contribuir para ampliação da cidadania desde que as estratégias adotadas para tanto ajudem na consecução dos interesses empresariais.
- f) os espaços abertos à participação dos cidadãos estão sujeitos ao controle dos dirigentes e técnicos.
- g) a produção do “*que fazer*” comunicacional está sob a responsabilidade direta dos especialistas contratados.
- h) os conteúdos tendem a ser, majoritariamente, parte daqueles tratados pela grande mídia, mas com enfoque local ou regional, como por exemplo: CPI numa Câmara Municipal, informes sobre clima-tempo, programas de cunho social bem sucedidos na região.
- j) a mídia local tanto pode ser local em seu sentido estrito, de pertencente e atuante num dado território, como pode ser exterior a ele e apenas lhe oferecer espaços (programas de rádio ou de televisão) cadernos especiais (jornal impresso) para tratamento de questões locais.
- l) há casos em que algumas emissoras comerciais de TV e de rádio produzem programas de cunho bastante comunitário, tanto no formato (participação popular) como nos conteúdos (problemas sociais, noticiários locais etc.), que à primeira vista podem ser vistos como sendo tipicamente de uma emissora comunitária.

A mídia local coloca-se muito próxima da comunicação comunitária, instalando-se uma linha tênue entre as duas. Inúmeras vezes, dá-se a apropriação da linguagem popular. Na maioria dos casos, a mídia local, diferentemente da mídia comunitária, tem agido como retransmissora da grande mídia, quando não faz parte da rede de comunicação comercial.

As características da mídia local apontadas por Peruzzo (2002) mostram que a intenção das grandes redes de comunicação, ao agir localmente, é explorar a publicidade existente nessas áreas, sem ter um compromisso com a história, a cultura e as lutas do povo da região.

Há um tipo de “colonização” da comunicação por parte da mídia comercial. Do ponto de vista ideológico, muitas vezes se coloca em defesa da classe dominante que detêm o poder político e econômico na região, ao passo que a mídia comunitária está a serviço do povo do bairro ou dos bairros que ela consegue atingir.

1.4 Os meios de comunicação alternativos e a democratização

A democratização da comunicação é fundamental para a construção de uma sociedade efetivamente democrática. A participação da sociedade civil organizada de maneira efetiva é indispensável na formulação de um sistema pautado nos direitos e deveres dos cidadãos.

Os processos de libertação e os processos de democratização parecem partilhar um elemento comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Em geral, estes processos implicam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação, especialmente em nível local. (SANTOS, 2003, p. 59)

Vale destacar a importância da participação de representantes e membros dos vários setores, grupos organizados, sejam eles de entidades de classe, religiosos, associações, comissões de Direitos Humanos, entre outros, que criam espaços legítimos para a promoção de debates e encaminhamentos de questões relacionadas à democratização da comunicação.

As associações de moradores dos bairros populares, os sindicatos de trabalhadores e os movimentos sociais sabem que o avanço de suas lutas depende, em boa parte, de uma estrutura própria de comunicação. Isso pode ser feito por meio de assessoria de imprensa, da conquista de espaços na mídia comercial, por meio de veículos impressos próprios (boletins, jornais, folhetos, revistas etc.) e utilizando outras mídias, como páginas e boletins eletrônicos na internet, rádios comunitárias, apresentação de audiovisuais, documentários, entre outros. É nesse contexto que:

A comunicação se transforma em um fenômeno social precisamente quando seus participantes reconhecem ou constroem, em sua compreensão da comunicação daqueles com os quais se comunicam, quando sua teoria da comunicação obriga recursivamente as teorias da comunicação dos outros, e quando os comunicadores participantes podem, então, ver-se a si mesmos através dos olhos dos outros. (KLAUS apud SODRÉ, 2002, p. 246)

As mídias alternativas nas mãos dos movimentos populares e das organizações não-governamentais podem se constituir em recursos políticos estratégicos para a promoção da vida, dos direitos e da justiça. Além de ser entendida como direito humano e instrumento de intervenção social, a comunicação precisa ser vista como prática efetiva na construção de uma nova sociedade.

É essencial pensar o direito à comunicação integrado com a luta pelo direito à terra, ao trabalho, à educação, à moradia, à saúde, à segurança e outros. A comunicação é essencial na vida humana e no fortalecimento das pessoas e dos grupos sociais. Sem comunicação não existe democracia, e a própria cidadania se torna mera falácia. Portanto, o direito à comunicação efetiva-se como liberdade ampla de expressão, acesso à informação, formação para a leitura crítica das mídias de massa e democratização dos meios.

Há uma enorme diversidade de meios e linguagens de comunicação popular alternativa no Brasil, produzidos e/ou utilizados pelos movimentos sociais populares. Entretanto, cabe ressaltar mais uma vez sua importância no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por outro lado, esses movimentos, ONGs, entidades, grupos e comunidades de base não podem ignorar o recurso das novas tecnologias na potencialização de suas organizações e lutas. Nesse sentido, vale destacar a atualidade de meios eletrônicos, com ênfase para a informática, a internet.

1.5. Comunicação e cidadania

A luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil inscreve-se no exercício da cidadania. Nesse sentido, compreendem-se cidadania como a participação e interação ativa do indivíduo na sociedade e nos acontecimentos que têm relação direta com sua existência, conforme proposto por Martins (2000, p. 41):

[...] o primeiro pressuposto da cidadania é garantir mecanismos de participação para que os homens possam expressar-se e, assim, projetar mecanismos e relações coerentes com seu modo de ser histórico no mundo, dando a cada um dos indivíduos a igual possibilidade de participação na definição dos rumos de seu próprio destino.

Na chamada “Sociedade da Informação”, o acesso aos meios de comunicação e, por consequência, à informação constitui-se em elemento *sine qua non* para o exercício pleno da cidadania. Essa participação, para ser efetiva, deve se dar do ponto de vista de cidadania ativa³, ou seja, o cidadão como agente produtor e participante dos mecanismos de comunicação, e não apenas consumidor passivo de notícias – leitor, ouvinte, telespectador, consumidor –, mero receptáculo de informações veiculadas sob o ponto de vista e conforme os interesses de quem as produz.

A nosso ver, tal concepção vem sendo renovada ao incluir a dimensão do direito à comunicação enquanto acesso ao poder de comunicar. As liberdades de informação e expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, nem apenas ao direito de expressar-se por “quais quer meios” – o que soa vago –, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. (PERUZZO, 2004, p. 57)

Entretanto, observamos que o desenvolvimento do pleno exercício da cidadania e, por consequência, a consolidação de um Estado democrático no Brasil ainda esbarra na negação do direito à informação. Muito embora esse seja um direito garantido na Constituição de 1988 (arts. 5º e 220), na mesma Carta Constitucional na qual é possível evocar o direito à

³ Cidadania ativa: distingue-se da passiva – aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela – e institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. (BENEVIDES apud PONTUAL, 1996, p. 22).

plena liberdade de expressão, há a determinação (arts. 21, 48 e 49) de competência exclusiva do Poder Executivo de outorgar e renovar concessões de emissoras de rádio e televisão, após apreciação do Congresso Nacional.

Embora represente um pequeno avanço, já que anteriormente esta prerrogativa era exclusiva do Presidente da República, a falta de mecanismos de participação mais efetiva da sociedade abriu espaço para a consolidação do monopólio das comunicações nas mãos de quem detém o poder político e econômico, uma vez que, no Congresso Nacional, além de muitos deputados e senadores serem concessionários de veículos de comunicação de massa (e se utilizarem desses veículos para conseguir a eleição), há o forte *lobby* das empresas para manter o controle do setor.

É importante ressaltar que a Constituição de 1988 foi promulgada na mesma época em que o então Ministro das Comunicações do Governo José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, liberou milhares de autorizações para serviços de rádio e televisão a parlamentares que apoiaram a prorrogação do mandato do então Presidente para cinco anos, conforme assinala Caldas (1995, p. 125):

[...] é justamente no governo Sarney que se dá o maior derrame de concessões já verificado na área. Ao mesmo tempo em que os constituintes debatiam mudanças no capítulo da Comunicação Social, que poderiam modificar o acesso aos MCM (Meios de Comunicação de Massa), operava-se no Congresso Nacional a troca de votos pela prorrogação do mandato do Presidente José Sarney, de quatro para cinco anos, por uma estação de rádio ou de televisão. A moeda, de grande valor político, modificou a história recente do país. Após a Constituição de 1988, ao contrário do que se imaginava, os proprietários das concessões expandiram ainda mais seus impérios e novos apadrinhados passaram a usufruir do controle e do poder da mídia.

Depois de um longo período de ditadura, quando a liberdade de comunicação e o acesso à informação eram praticamente inexistentes, a sociedade brasileira, após ampla mobilização para ter participação ativa na Constituinte, viu frustrada sua esperança de construir uma nova política de comunicações, o que era essencial para se iniciar um novo período na história brasileira e realmente consolidar o processo de democratização da comunicação.

Assim, é oportuno afirmar que o processo de democratização e de efetivação da cidadania no Brasil é um processo em construção. Para além da superação das desigualdades

sociais, do acesso a educação, à saúde, ao trabalho digno, à cultura e ao lazer. Não é possível construir uma sociedade livre se todos os setores da sociedade não tiverem voz. Nesse ponto destacamos a manifestação de Sampaio (1994, p. 82) que diz:

O sistema político não poderá gerar decisões que representem à vontade da maioria, enquanto a população não for adequadamente informada a respeito do que está em jogo na disputa política. É isto que acontece hoje: o sistema de comunicações de massa, monopolizado por um reduzidíssimo grupo de pessoas, intimamente ligadas a grupos econômicos e interesses particulares, apresenta as questões políticas do modo que lhes convém, faz e desfaz imagens de homens públicos; e cria emoções prejudiciais a julgamentos objetivos e racionais. Os preceitos constitucionais que impedem o monopólio ou o oligopólio de televisões, rádios e jornais, precisam ser regulamentados adequadamente, a fim de possibilitar que todos os segmentos da sociedade e todas as correntes de pensamento tenham de fato o direito de informar e serem informados.

Diante desse quadro de exclusão começou a se organizar no Brasil o movimento pela democratização dos meios de comunicação. O surgimento de centenas de rádios alternativas intensificou a organização da sociedade em defesa de uma comunicação de interesse público. Nesse processo, destaca-se o surgimento das rádios comunitárias. Devido à popularidade desse meio de comunicação, por ter baixo custo de instalação, a sua inserção nas comunidades (é difícil um lar brasileiro onde não haja pelo menos um radinho de pilha), começaram a surgir as emissoras de baixa potência, como uma alternativa aos meios de comunicação de massa.

Esse processo tornou-se um fenômeno social de tal proporção que levou o Estado brasileiro a reconhecer sua existência e tentar regulamentar essa nova modalidade de comunicação, conforme descrito no próximo capítulo.

2 A construção da rádio comunitária no Brasil

Uma imprensa comunitária só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzida pela e para a comunidade. (GOMES, 1990, p. 60)

As primeiras experiências com rádio no Brasil foram realizadas no interior do Estado de São Paulo pelo padre Roberto Landell de Moura, em 1892.

[...] utilizando uma válvula amplificadora, de sua invenção e fabricação, com três eletrodos, transmitiu e recebeu a palavra humana através do espaço! A experiência foi por ele repetida dois anos depois, em 1894 (ainda antes do aparecimento de Marconi), na capital de São Paulo. A nova e sensacional demonstração foi feita no alto da Avenida Paulista para o Alto de Santana, numa distância aproximada de oito quilômetros em linha reta. (TAVARES, 1997, p. 22)

O rádio exerceu um papel político importante ao veicular a ideologia do governo durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) e, a partir da década de 1960, foi importante meio para o Movimento de Educação de Base (MEB)¹, que investiu na educação a distância, alfabetizando milhares de jovens e adultos nos mais distantes locais utilizando-se da veiculação de programas de alfabetização nas rádios, principalmente no Nordeste do País. Eram organizados os grupos de alunos que ouviam o programa no rádio e, com o auxílio de um educador, estudavam com base no que ouviam.

Somente na década de 1980, porém, é que as primeiras rádios comunitárias começaram a atuar na comunicação popular. Ainda clandestinas e ilegais, elas tinham o firme propósito de praticar a efetiva democratização da comunicação social e defender a livre expressão dos cidadãos.

A partir da década de 1970 foram realizadas as primeiras experiências de rádios de baixa potência, consideradas embrião do que hoje são as rádios comunitárias. Em 1970, em Vitória/ES, foi instalada a Rádio Paranóica; em 1976, passa a funcionar a Rádio Spectro, de Sorocaba/SP e, dois anos depois, a Rádio Globo de Criciúma/SC. Conforme aponta Lopes

¹ Para mais informações, cf. Wanderley (1984).

(2005), essas experiências eram isoladas no país e em épocas diferentes e não configuraram um movimento organizado.

Ainda no final da década de 1970, em Belo Horizonte/MG, tem origem uma experiência que mais tarde se tornaria a principal referência de rádio comunitária no Brasil. Nessa época, na Vila Nossa Senhora de Fátima, começam as primeiras transmissões do que viria a ser a Rádio Favela. Essa emissora entrou definitivamente no ar em 1981. Devido à repressão, a rádio não tinha sede fixa, ficava mudando de barraco em barraco dentro da comunidade, envolvendo um número cada vez maior de pessoas em sua organização, o que foi fator fundamental para sua consolidação.

Apesar das dificuldades, essa rádio resistiu e permanece no ar até hoje. Em 1996, obteve alvará de funcionamento concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte. A programação veiculada pela Rádio Favela recebeu diversos prêmios e, em 1997 e 1998, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) pelo seu trabalho no combate às drogas.²

O movimento de radiodifusão alternativa surgiu no Brasil na década de 1980. Ele nasceu da efervescência política e cultural da época, causada pela transição de um longo período de regime militar para um período de abertura democrática. Esse movimento também é consequência da luta de diversos setores da sociedade pela democratização dos meios de comunicação.

Muito embora fosse uma abertura restrita, havia clima de esperança de que a comunicação alternativa pudesse garantir seu espaço de comunicação. Foi nesse clima que, em 1982, na cidade de Sorocaba, interior do Estado de São Paulo, um grupo de jovens e estudantes iniciou transmissões mesmo sem autorização legal. Isso foi inspirado na experiência da Rádio Caroline, uma experiência de rádio nos anos 1960 na Inglaterra. Para escapar da legislação da Grã-Bretanha, que garantia monopólio de transmissão de rádio e televisão à BBC, um grupo de jovens instalou a rádio Caroline num navio, próximo à costa inglesa, mas em águas internacionais, de onde transmitiam livres do alcance da legislação daquele país. Daí a inspiração para nomear a experiência brasileira de “Verão de 1982 da Liverpool Brasileira”, que entrou para a história como o marco inicial da luta pela democratização dos meios de comunicação.

² Para mais informações, cf. www.radiofavelafm.com.br.

Fruto dessas experiências pioneiras, na metade da década de 1980 esse movimento chega à universidade e começa a se consolidar. Assim, em 1985, surgiu a Rádio Xilique, coordenada por professores e estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na mesma época surgiram algumas rádios em universidades que se tornariam referência para as rádios livres.

O termo “rádio livre” era utilizado para designar emissoras que entravam no ar sem autorização do governo. Atualmente, o termo é utilizado para identificar emissoras localizadas em universidades. Foi o caso da Rádio 11, na USP, e da Rádio Muda, na Unicamp. Também nessa época começou-se a falar em luta contra o monopólio e iniciou-se a politização do debate sobre a comunicação no Brasil.

O tema ganha força entre os militantes da radiodifusão livre e, nos dias 26 e 27 de maio de 1989, é realizado o 1º Encontro Nacional de Rádios Livres, na USP, do qual participaram os professores José Carlos Rocha, Luis Fernando Santoro e José Marques de Melo, entre outros, e no qual é criado o Movimento Nacional de Rádios Livres (MNRL). Nos anos seguintes realizaram-se os 2º e 3º Encontro Nacional das Rádios Livres, organizados pelo MNRL. Em 1991, no 3º Encontro, na cidade de Macaé (RJ), deu-se o avanço para a formulação de uma proposta institucional.

As deliberações do movimento das rádios livres aparecem em um artigo do Projeto de Lei da Informação Democrática (LIDE) apresentado pelo deputado federal Zaire Rezende, elaborado pelo professor José Carlos Rocha, após ouvir lideranças das rádios; o projeto passa a tramitar a partir de 1992 no Congresso Nacional e visa substituir a Lei de Imprensa de 1967.

Inspiradas nas rádios livres, no início da década de 1990, surgiram algumas emissoras, como a Rádio Paulicéia, em Piracicaba/SP, a Rádio Reversão, em São Paulo (SP) e a Rádio Novos Rumos, em Queimados/RJ. Essas emissoras não tinham concessão nem permissão para o funcionamento, apenas regras técnicas para protegê-las do grande capital. Mesmo reprimidas pela polícia, essas rádios foram as grandes pioneiras do movimento, pois levaram o conhecimento da universidade para as comunidades, levantando nessas localidades o debate sobre a necessidade da democracia na comunicação.

Pode parecer contraditório, mas o fechamento dessas rádios pelo governo fortaleceu o crescimento e a organização da radiodifusão comunitária. Foi a partir da repressão nessa

época que teve início um movimento chamado de “cobra de vidro”: para cada rádio fechada, outras eram abertas. Resultado desse processo é que ao final do ano de 1991 havia mais de 400 rádios comunitárias em operação no País (COELHO NETO, 2002, p. 56).

Outro acontecimento importante neste período que pode ser considerado um marco para alavancar o movimento de radiodifusão comunitária foi o fechamento da Rádio Reversão pela polícia federal em 1991, quando Valionel Pigatti foi processado. A defesa dos advogados contra o fechamento foi baseada no art. 5ª da Constituição (que garante a livre manifestação do pensamento). A rádio foi absolvida pela justiça e voltou a operar. Foi a primeira sinalização de que poderia haver jurisprudência para garantir o funcionamento das rádios comunitárias.

Em 1991, o Fórum Democracia na Comunicação promoveu o I e o II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias, sob a bandeira de luta pela legalização das rádios, que resultou em importantes ações. A partir do acúmulo político gerado pelo Fórum Democracia na Comunicação e pelas experiências das rádios livres, teve início à organização do movimento de radiodifusão comunitária. Começaram a ser realizados encontros, congressos e assembléias de fundação de entidades de emissoras comunitárias. Também naquela época foram realizados cursos e palestras sobre como montar e operar rádios comunitárias, direcionados a lideranças de movimentos populares.

Também é importante destacar a organização dos movimentos sociais para atuar na Assembléia Constituinte, visando conquistar avanços democráticos na legislação sobre comunicação, inclusive com a proposta de criação do Conselho de Comunicação Social, o que só viria ocorrer em 2002. Essa organização foi fundamental para o acúmulo de conteúdo em relação à discussão sobre uma nova política de comunicação.

Outros espaços de debates e mobilizações foram abertos, passando a aglutinar a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e vários movimentos sociais que estavam debatendo os mesmos temas e atuando em segmentos da comunicação alternativa, entre eles a Federação Nacional Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão, a Associação Nacional de Entidades de Artistas e Técnicos de Diversões, a Federação Brasileira de Teatro e, posteriormente, a Executiva Nacional dos Estudantes em Comunicação Social (Enecos) e a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço).

Também começou a ganhar corpo o processo de legitimação das emissoras comunitárias dentro da luta política pela democratização da comunicação. Empunham-se algumas frases de ordem, tais como: “rádio comunitária é a reforma agrária no ar”; “outra comunicação é necessária para outro Brasil ser possível”; “todo meio de comunicação deve ter função pública”; “não derrubamos aviões, derrubamos tubarões”; “piratas são eles”; “não basta estar no ar, tem que ser comunitária” entre outras.

Quando se conta a história do rádio no Brasil, geralmente são ignoradas as rádios *comunitárias* e as chamadas rádios *piratas* e *livres*. Por outro lado, há quem trate as rádios comunitárias como se fossem piratas, livres ou clandestinas. Vejamos as diferenças entre elas:

a) Rádio pirata: o termo surgiu no início da década de 1960, na Inglaterra, para identificar irradiações em FM cuja estação estava em um navio na costa britânica, porém fora do controle das autoridades, conforme citado neste estudo.

No Brasil, a expressão *pirata* foi utilizada como sinônimo de estação de rádio irregular. Na década de 1990, no Rio de Janeiro, houve alguns casos de emissões clandestinas vistas como sinônimo de emissões piratas, já que algumas iniciativas político-partidárias procuravam emitir sem permitir a identificação. O mesmo aconteceu em São Paulo. Assim, o adjetivo *pirata* passou a ser usado pelos proprietários das grandes emissoras e pela ‘indústria de produção cultural’ de modo pejorativo, adquirindo o sentido de “ilegal” em termos de reprodução musical, cinema, rádio, vídeo etc.

b) Rádio clandestina: as emissoras clandestinas se caracterizam por emitirem sua programação em países onde há Estado de Exceção. Em lugares em que os direitos e as garantias individuais não são respeitados ou onde subsiste um regime ditatorial civil ou militar e também quando não há liberdade de expressão de imprensa. Na Nicarágua, por exemplo, surgiu a *Rádio Venceremos*, de onde os sandinistas emitiam suas opiniões e orientações com o objetivo de derrubar a ditadura de Anastácio Somoza. Ao conquistarem o poder, os sandinistas passaram a ser criticados por outra emissora clandestina, organizada por seus inimigos políticos e militares. (PERUZZO, 1999, p. 259)

É comum a utilização de rádios clandestinas em situações de guerra. Na segunda guerra mundial havia emissoras dos ingleses que emitiam em alemão e dos alemães que emitiam em inglês. Essas emissoras eram clandestinas e tinham objetivo estritamente político,

fazendo parte dos instrumentos de guerra. O grupo de Fidel Castro criou uma emissora clandestina que irradiou em Cuba até a tomada do poder em 1959.

No Brasil, a ditadura militar caçou as emissoras de rádio clandestinas. O Decreto 236 de 1967, criado para controlar essa prática, acabou servindo para punir os responsáveis pelos projetos de comunicação de baixa potência. A lei é aplicada por alguns juízes até hoje.

c) Rádio livre: as rádios livres são as emissoras que não têm concessão nem permissão para funcionamento, apenas regras técnicas para protegê-las do interesse comercial do grande capital, já que não têm fins comerciais. Elas já tiveram uma atuação forte em território francês, depois na Itália e Alemanha. Na década de 1960, nos EUA, diante da proliferação de emissoras livres, o governo norte-americano acabou aprovando a reserva de uma parte do *dial* para esse tipo de manifestação. Como atuam livremente sem a fiscalização e controle do Estado, quem acaba controlando essas emissoras é a própria população, que pode solicitar seu fechamento.

As rádios livres surgiram no Brasil antes das rádios comunitárias. A primeira experiência foi da *Rádio Paranóica*, de Vitória/ES, criada em outubro de 1970 e fechada em fevereiro de 1971. Depois surgiu a *Rádio Spectro*, de Sorocaba/SP, em 1976. Essa cidade chegou a ter mais de 40 emissoras desse tipo na década de 1980. Também em 1976 apareceu a *Rádio Globo*, de Criciúma/SC. Em São Paulo, em 1985, dezenas de rádios livres que estavam em operação chegaram a criar uma cooperativa específica. Um trecho do manifesto da Cooperativa dos Rádio-Amantes dizia:

Nós iniciamos um movimento de reforma agrária no ar. O rádio é uma conquista técnica da humanidade e não pode ficar nas mãos de proprietários-concessionários. (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 16)

As rádios ou TVs livres se apóiam no direito à “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” – conforme art. 5º, inciso 9, da Constituição Federal.

d) Rádio comunitária: Com as rádios livres começa, no Brasil, a história das rádios comunitárias. Existem muitas experiências de rádios livres/comunitárias, como a *Rádio Novos Rumos*, criada em 1990 no Rio de Janeiro, instalada inicialmente no quintal da casa de um dos

idealizadores do projeto. Essa rádio foi fechada, mais de uma vez, por órgãos fiscalizadores do governo, mas era colocada novamente no ar. Outra experiência nesse sentido foi a Rádio *Reversão*, de São Paulo, surgida a partir de um projeto cultural, em 1975, com a orientação de Leo Tomás.

A *Reversão* teve significativa importância na história de luta pela democratização da comunicação, sobretudo por ter sido pioneira em ganhar uma liminar na Justiça, permitindo o seu funcionamento. A partir disso, foram instaladas muitas outras rádios comunitárias. (BEOZZO, 2006, p. 71)

2.1 Instituição do termo “Rádio comunitária”

Em 1995, no 1º Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, foi institucionalizado o termo “rádio comunitária” e assim foram definidas aquelas emissoras que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Essas emissoras operam com baixa potência e têm como finalidade absoluta servir à comunidade, contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento local.

As rádios comunitárias têm relevante função social. Os pequenos projetos de comunicação, quando localizados e integrados à realidade de suas comunidades, são capazes de produzir programação com qualidade, garantir audiência e dar respostas a diversas necessidades da população.

A Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc)³ considera que a emissora comunitária atende às suas finalidades quando:

Promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança sua primeira proposta; quando informa e ajuda a resolver os problemas da vida cotidiana; debate, em seus programas, todas as idéias e respeita todas as opiniões; estimula a diversidade cultural e não prioriza a propaganda comercial; a mulher protagoniza a comunicação e não é uma simples voz decorativa ou um reclame publicitário; não tolera nenhuma ditadura, nem sequer a musical, imposta pelas gravadoras; a palavra é permitida a todos, sem discriminação.

³ Retirado de: www.brasil.amarc.org. Acesso em: 23 abr. 2006.

O Ministério das Comunicações brasileiro descreve, em sua página na internet⁴, como concebe as rádios comunitárias:

é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. [...] Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

No mesmo *site* também estão expostos os objetivos quanto ao conteúdo da programação, que inclui:

Divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população.

Ainda adverte que é proibido uma rádio comunitária utilizar simultaneamente a programação de qualquer outra emissora, a não ser quando houver expressa determinação do Governo Federal. Não se pode, em hipótese alguma, inserir propaganda comercial, a não ser sob a forma de apoio cultural. Somente as fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na comunidade, legalmente constituídas e registradas, podem operar rádios comunitárias; além disso, o governo estabelece a neutralidade quanto a vínculos políticos/religiosos.

2.2 O que é ser comunitário

É importante destacar essa questão porque muitas emissoras de rádio que se declaram comunitárias ou livres nem sempre o são. É o caso de emissoras de igrejas que veiculam conteúdo religioso na maior parte ou totalidade da programação, que se autodenominam rádios comunitárias e na verdade são emissoras confessionais.

As rádios comunitárias têm características básicas que as norteiam desde a constituição até as ações para mantê-las em funcionamento, perpassando pela função social

⁴ Disponível em: www.mc.gov.br/rc. Acesso em: 23 abr. 2006.

que exercem na comunidade na qual estão inseridas, conforme sistematizado e registrado por Peruzzo (1999, p. 257):

a) Sem fins lucrativos: a rádio comunitária busca apoios culturais e doações e organiza eventos para obter recursos financeiros, canalizando-os para a manutenção ou reinvestimento, não para lucro particular.

b) Programação comunitária: desenvolve a programação a partir da realidade local, tratando de seus problemas, suas comemorações, suas necessidades, seus interesses e sua cultura.

c) Gestão coletiva: a gestão se dá com a participação direta da comunidade, por meio de órgãos deliberativos como conselhos e assembléias, formados por membros dos diversos movimentos e organizações da comunidade.

d) Interatividade: favorece a participação popular e de suas entidades representativas na produção e na transmissão de programas próprios, concretizando ampla interatividade, pelos meios disponíveis, como participação ao vivo, por carta, telefone, e-mail, nas reuniões e encontros das equipes da rádio, entre outros.

e) Valorização cultural: incentiva a produção e a transmissão de programas que valorizem as manifestações da cultura local.

f) Compromisso com a cidadania: compromete-se com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não apenas em algumas atividades específicas. A rádio comunitária popular coloca o ouvinte cada vez mais em contato com a sua realidade, para compreendê-la e transformá-la.

g) Democratização da comunicação: democratiza o poder de comunicar, proporcionando às pessoas da própria comunidade participação direta na emissora, de modo que possam apropriar-se das técnicas para produzir programas e falar no ar, operar os equipamentos e transmitir. Também investe na formação dos comunicadores populares para as discussões mais amplas sobre: democratização da comunicação em nível nacional, conjuntura política e socioeconômica local, regional e nacional e possibilidades de atuar na melhoria das condições de vida da comunidade na qual está inserida.

2.3 O movimento de radiodifusão comunitária no Brasil

É importante ressaltar que esse processo não foi resultado da ação de partidos políticos, mas de movimentos sociais já existentes e de pessoas e organizações que surgiram especificamente para atuar com comunicação popular e rádio comunitária. O movimento de rádios comunitárias nasceu, cresceu e se consolidou a partir da necessidade da sociedade de buscar meios de comunicação para expressar sua realidade, sua cultura, sem filtros dos meios de comunicação comerciais. Assim, as rádios comunitárias foram se legitimando nas comunidades nas quais estavam inseridas, conforme observa Lopes (2005, p. 10):

[...] as rádios livres que entraram em funcionamento no Brasil eram, em sua maioria, operadas em baixa potência e tinham alcance bem restrito. Assim, a identificação entre estes veículos de comunicação e os pequenos públicos atendidos foi inevitável – e como essas rádios atendiam normalmente comunidades bem delimitadas, fez-se, naturalmente, um poderoso vínculo entre rádios livres e essas comunidades, que se tornaram seu público cativo. Desse modo, rapidamente rádio livre e rádio comunitária passaram a se confundir – e o segundo termo se tornou preponderante, tendo em vista que representavam essa ligação entre rádios e comunidades de maneira muito mais eficaz.

A conjuntura política e econômica da época também contribuiu para o crescimento do número de rádios comunitárias. A partir da década de 1990, com a abertura da economia e os consideráveis avanços tecnológicos na área de comunicação, houve um barateamento significativo dos equipamentos de radiodifusão. Isso criou um ambiente propício para o surgimento de rádios comunitárias. Assim, naquele momento, o movimento de radiodifusão comunitária percebeu que havia jurisprudência, demanda e condições técnicas de se criar rádios comunitárias.

Com o crescimento do movimento e o aparecimento de rádios comunitárias em todo o país, surgiu a necessidade de criar uma organização capaz de representá-las. Muitas emissoras estavam entrando no ar, reproduzindo a mesma programação das emissoras comerciais ou vinculadas às igrejas, o que era um problema para o movimento, pois esse fato distorcia a proposta alternativa das emissoras comunitárias.

Assim, em 1996, representantes de emissoras comunitárias de radiodifusão que se articulavam ou tinham referência no Fórum Democracia na Comunicação reuniram-se em um

congresso no município de Praia Grande/SP e fundaram a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

A Abraço tem por objetivo avançar na implementação de outro modelo de rede de comunicação no país, alternativo ao sistema centralizado vigente, em que todos os municípios brasileiros tornaram-se apenas retransmissores da mídia de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, tornando-se meros repetidores do formato, linguagem, estética, conteúdos, conceitos e preconceitos da mídia estadunidense e européia, um dos principais instrumentos de produção e reprodução da desinformação, da alienação e da desigualdade social no Brasil. A Abraço situa-se no campo dos movimentos populares, sendo seus associados comprometidos com os interesses e lutas desses setores sociais, marcadamente contra toda e qualquer forma de exclusão. Também é contra o preconceito e a discriminação em função de raça, gênero, religião, cultura, opção sexual e condição social ou econômica.

As associações e fundações ligadas à Abraço empenham-se na luta pela democratização e pelo controle público dos meios de comunicação. Por isso rejeita, em seu quadro associativo, a propriedade individual das emissoras de rádio e televisão comunitárias, as quais devem ter necessariamente caráter social e gestão pública. Essas emissoras devem pertencer a entidades de caráter cultural educativo e social sem fins lucrativos, sendo controladas por conselhos comunitários de comunicação. Desde a criação da Abraço, estima-se que mais de 30 mil emissoras de baixa potência⁵ foram colocadas no ar em todo o país, das quais permanecem no ar cerca de 20 mil.

Com a organização da Abraço, houve maior intercâmbio entre as emissoras comunitárias e surgiu um novo elemento: a possibilidade de formação de rede entre as rádios comunitárias para transmissão de eventos ligados às lutas populares. Assim, a Abraço, a Faculdade de Educação (FAE) da UFMG e a Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra (Comacon) da Prefeitura de Belo Horizonte, estruturam a Rede Abraço de Rádios, e realizam vários programas e coberturas de atividades políticas e culturais envolvendo a Rádio FAE/UFMG e as emissoras comunitárias de Minas Gerais, conforme relata Castro:

Para articulação, concepção e implementação nacional da Rede Abraço de Rádios, aliam-se, em 2004, o Fórum Nacional pela Democracia na Comunicação, TV Comunitária de Belo Horizonte, Ongnet Brasil, Instituto Paulo Freire, Rádio Maré Manguinhos,

⁵ Disponível em: www.abraconet.org.br. Acesso em: 2 ago. 2005.

Laboratório de Áudio da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo/USP, Agência Central de Notícias e Grupo Expressão Sarcástica. Como resultado, foram criados e qualificados núcleos de produção radiofônica em rede em algumas cidades do Rio Grande do Sul, Florianópolis – SC, São Paulo – SP, Campinas – SP, Rio de Janeiro – RJ, Brasília – DF, Teresina – PI, as quais realizaram várias programações pontuais e coberturas de eventos no ano de 2004. (CASTRO, 2005, p. 18)

Em 1998, outro fato marcou a história do movimento de radiodifusão comunitária. No dia 21 de março teve início a Rádio Vozes Sem Fronteiras (RVSF). Durante 24 horas, uma rede mundial de rádios, em vários idiomas e com mais de 600 emissoras espalhadas nos cinco continentes, veiculou a programação dedicada ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. A partir de 1999, a Rádio Favela, de Belo Horizonte, e, desde 2003, a Rede Abraço de Rádios passaram a representar o Brasil nessa rede.

2.4 O direito de existência e de articulação das rádios comunitárias

Um dos caminhos importantes para que a sociedade se aproprie do direito à comunicação é o fortalecimento das iniciativas comunitárias. Os meios comunitários recuperam a palavra dos excluídos e dão voz aos que são calados pelos monopólios privados e estatais. Com isso, rompe-se a lógica segundo a qual quem pode falar é quem tem dinheiro, poder político ou algum tipo de conhecimento socialmente reconhecido. Na verdade, como cidadãos, todos têm o direito de falar e de serem ouvidos.

Em geral, as rádios comunitárias são coordenadas por pessoas ou grupos preocupados não apenas com a democratização da comunicação, mas também com a politização e a luta dos chamados excluídos. A legislação das rádios comunitárias diz que essas emissoras devem ser plurais e democráticas, abrindo espaço para todas as pessoas, segmentos, partidos, religiões e igrejas. Porém, não podem fazer proselitismo político e/ou religioso. Um dos argumentos para a existência das rádios comunitárias está na liberdade de expressão humana, conforme afirma o juiz Fernando Silveira (2001, p. 39-40):

a liberdade de comunicação é a mais preciosa das liberdades. Por ela o homem manifesta e exterioriza sua inteligência – seu dom exclusivo-, pelo qual persegue a sua felicidade individual e, simultaneamente, desenvolve sua missão civilizadora e cultural na terra. De nada valeria a liberdade física, se o indivíduo não pudesse se comunicar com seus

semelhantes. Em sua essência, à liberdade de comunicação incorpora-se o direito à informação, em sua dimensão dúplici, isto é, o direito de informar e de ser informado, ou de, simplesmente, realizar a troca de idéias, ainda que fúteis ou, aparente, mesmo sem propósito útil algum, justifica sua garantia perante o Estado, como direito fundamental do indivíduo. Logicamente, inerentes ao direito da livre manifestação da palavra encontram-se as liberdades de reunião e de associação.

A importância das rádios comunitárias no enfrentamento do pensamento único que impera nos meios comerciais é assunto mundialmente discutido. O uruguaio Gustavo Gómez, diretor do Programa de Legislação e Direito à Comunicação da Amarc, considera que a luta pela radiodifusão insere-se em um movimento mais amplo que defende que a comunicação deve estar a serviço exclusivo do interesse público. É uma luta estratégica contra o neoliberalismo – também caracterizado por alguns como *turbo-capitalismo* – e a favor de que, em qualquer lugar do mundo e em qualquer tempo, todos devem ter o direito de se comunicar publicamente.

O acesso à livre expressão é condição básica para efetivar os direitos dos excluídos e a dignidade dos povos e das pessoas. O contexto atual torna necessária a união mundial de todos os que acreditam que a comunicação comunitária é um direito a ser respeitado e promovido. A globalização financeira está impondo aos países – especialmente aos mais pobres – normas e regras que os impedem de formular suas políticas locais de desenvolvimento.

Para isso, é preciso que as concessões dos serviços públicos de radiodifusão assegurem ampla liberdade para todos os grupos, segmentos e classes sociais – sem qualquer tipo de restrição, discriminação ou exclusão. Trata-se de encarar essa realidade, colocar em debate e garantir de fato e de direito a comunicação pelo meio rádio comunitária.

O direito à comunicação não se limita ao acesso à informação. Prolonga-se também para a possibilidade de participação direta na concessão e no uso dos meios. A sociedade civil organizada, os movimentos sociais populares, os sindicatos e as ONGs podem valer-se de diversos mecanismos legais e legítimos para enfrentar os latifúndios da comunicação em vista da democratização dos meios. Alguns desses meios são apresentados por Beozzo (2006, p. 65-66):

a) Direito de antena: consiste no direito de ocupação de espaços na programação das emissoras de televisão e rádio comerciais, tanto com o objetivo de divulgar assuntos de interesse dos movimentos populares e das ONGs, como para participar de debates públicos.

b) Direito de resposta coletivo: é semelhante ao recurso utilizado por candidatos a cargos executivos ou legislativos durante uma campanha eleitoral, quando são ofendidos por outros candidatos. Quem for acusado ou difamado tem o direito concedido pela Justiça Eleitoral de se defender no mesmo espaço em que foi atacado. Esse expediente pode ser usado de modo coletiva, por meio do Ministério Público, por qualquer grupo de pessoas ou segmento social quando atingidos em seus princípios éticos, morais, raciais ou religiosos.

Os arts. 220 e 221 da Constituição brasileira declaram que compete à lei federal definir os meios que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem os valores éticos e sociais. Também cabe à lei federal dispor sobre os recursos do cidadão contra a veiculação de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

c) Direito de indenização por danos morais: quando algum programa televisivo, radiofônico ou matéria impressa ofender e violentar de alguma forma as pessoas, as organizações sociais, juntamente com o Ministério Público, podem pedir uma indenização por danos morais coletivos. Essa indenização poderia, por exemplo, ser revertida para um fundo público controlado pela sociedade civil e destinado a programas e projetos sociais ou culturais.

d) Direito de alternância de concessão: a sociedade civil tem o direito de participar, por meio do Congresso Nacional, do processo de concessão e renovação de concessão de canais de rádio e televisão. Para tanto, é fundamental conhecer os critérios legais que norteiam essas tramitações. Conforme o § 5º do art. 223 da Constituição Federal, o prazo da concessão ou permissão será de *10 anos* para as emissoras de rádio e de *15 anos* para as de televisão. No entanto, a renovação de concessão quase sempre acaba sendo automática.

O art. 223 da Constituição Federal ainda declara que cabe ao “Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado,

público e estatal”. O chamado *sistema privado* é a mídia comercial, o que representa atualmente cerca de 90% dos meios existentes. O *sistema público* é praticamente inexpressivo, dado que há poucas concessões para entidades sem fins lucrativos, para movimentos populares e organizações não-governamentais. Já o *sistema estatal* é constituído basicamente pelas TVs educativas e culturais e outras poucas emissoras utilizadas para divulgar matérias do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

e) Direito de cancelamento de concessão ou suspensão de programa: quando algum meio de comunicação lesar a idoneidade moral ou ética das pessoas, o programa pode, por via judicial, ser tirado do ar ou mesmo pode ser cassado o direito de concessão da emissora.

f) Direito de construir uma política positiva para a comunicação alternativa: pleitear a revisão das leis que criminalizam as rádios comunitárias. As mídias alternativas, comunitárias e independentes foram reprimidas e/ou ignoradas pelos últimos governos federais, inclusive pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A sociedade civil organizada tem poder para apresentar projeto popular ao Congresso Nacional a fim de forçar o processo de autorização de funcionamento das rádios e TVs comunitárias e de estabelecer uma política que as defenda e estimule.

g) Direito de criação de redes e agências alternativas: diante dos monopólios e oligopólios da comunicação, é preciso estabelecer limites sobre o número de veículos de cada empresa. É importante, também, criar redes de comunicação específicas para os veículos alternativos e sem fins lucrativos.

h) Direito à luta pela democratização de todos os recursos da comunicação: fazer campanhas contra o abuso da liberdade de programação e de publicidade, a exemplo da *campanha contra a baixaria na televisão*.⁶ Envolver as universidades no processo de discussão sobre políticas de comunicação social. Capacitar a sociedade, por meio dos múltiplos espaços educativos e nos mais diversos níveis, para a leitura crítica dos conteúdos

⁶ A campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão nos programas de televisão. A Campanha consiste no acompanhamento permanente da programação da televisão para indicar os programas que – de maneira sistemática – desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania. Disponível em: www.eticanatv.org.br. Acesso em: 21 maio 2006.

da mídia de massa. Potencializar uma política pública que garanta a apropriação social das tecnologias de informação e comunicação por meio da chamada *inclusão digital*.

No Brasil, as rádios comunitárias têm hoje uma expressividade e um desempenho que as levam a configurar-se num movimento nacional, com presença marcante nas redes informatizadas de comunicação. Entre essas redes estão a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a Associação Nacional das Rádios Católicas, a Associação Mundial de Comunicação Comunitária, o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias, entre outras.

2.5 Código de ética das rádios comunitárias no Brasil

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) elaborou um Código de Ética⁷ para orientar a utilização de rádios e televisões comunitárias. É importante conhecê-lo porque sem ética não existe radiodifusão democrática e comunicação verdadeiramente construtiva.

Segundo a Abraço, as emissoras de radiodifusão comunitária têm os seguintes compromissos:

- a) não realizar nem possibilitar qualquer tipo de proselitismo, seja político-partidário, religioso ou de qualquer espécie;
- b) buscar refletir a pluralidade de opiniões que envolvem os fatos divulgados, resguardando os direitos individuais e coletivos;
- c) apoiar e difundir a produção cultural das comunidades em que estão inscritas;
- d) respeito mútuo, o que, entre outras coisas, significa observar a compatibilização de frequências e potências e priorizar o diálogo e a negociação;
- e) buscar o aprimoramento técnico e o desenvolvimento de uma linguagem adequada à comunidade;

⁷ Boletim da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). Maio, 2002.

f) manter uma grade de programação variada, em que estejam garantidos o debate das idéias e o acesso das entidades, movimentos e pessoas da comunidade para apresentarem reivindicações, sugestões, denúncias de violações de direitos e posicionamentos. A busca de apoios culturais e publicidade pelas entidades e emissoras de radiodifusão comunitária deve garantir, na medida do possível, o acesso de empresas de pequeno porte da comunidade, que têm dificuldade de acesso aos grandes meios de comunicação de massa;

g) desenvolver, com as organizações e pessoas que as constituem, mecanismos para a sua manutenção, buscando sua autonomia financeira e sem estabelecer vínculo de dependência;

h) defesa dos direitos da cidadania, divulgando as garantias constitucionais e legais, como o Código de Defesa do Consumidor, a Consolidação das Leis do Trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente etc., inclusive pela realização de campanhas denunciando suas violações;

i) contribuir decididamente com os projetos de educação da comunidade, inclusive realizando campanhas educativas e de esclarecimentos, sempre norteadas pela valorização da vida;

j) manter seus equipamentos em funcionamento adequado, de maneira a não prejudicar outras emissoras ou serviço de telecomunicações.

2.6 A legislação da rádio comunitária

A Lei 9.612/98 e o Decreto 2.615/98, que criou e regulamentou o serviço de radiodifusão comunitária, são apontados pelo movimento que organiza essas emissoras mais como um instrumento para restringir o serviço do que para regulamentá-lo.

Embora a lei apresente em seu conteúdo alguns avanços importantes no que se refere à definição do que devem ser as rádios comunitárias – como devem ser estruturadas e que tipos de programação devem veicular – ela praticamente inviabiliza o serviço nas exigências técnicas e burocráticas exigidas para a concessão da outorga.

Outro problema é que o Estado reprime as emissoras comunitárias não outorgadas com base em uma legislação datada do período da ditadura militar (o Decreto 236/67), criada

com o claro objetivo de restringir a liberdade de expressão. Lamentavelmente, as pessoas que operam essas emissoras comunitárias sem a autorização do Ministério das Comunicações são reprimidas com violência pelas polícias, principalmente a federal, o que comprova que o Brasil ainda está longe de ter uma comunicação democrática. Muitas associações entraram com o pedido de regulamentação para atuar com tranquilidade e continuam aguardando desde 1988 uma resposta do Ministério das Comunicações.

Em diversas regiões do Brasil, inclusive em São Paulo a Anatel ainda não disponibilizou canal para as rádios comunitárias. Por isso, algumas vezes as emissoras comunitárias emitem com frequência próxima à de uma emissora comercial.

2.7 A lei reconhece a existência das Rádios Comunitárias

A promulgação da Lei 9.612, em 19 de fevereiro de 1998, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, é resultado de vários anos de debate, conferências, audiências públicas e mobilizações. Foi um marco importante para a legitimação da radiodifusão comunitária no país.

Entretanto, a Lei 9.612 traz alguns avanços para a consolidação das rádios comunitárias, mas também traz em seu teor artigos excessivamente restritivos, agravados pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998, que “Regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária”.

Um desses limites é de irradiação, quando coloca a questão da baixa potência; isso quer dizer que o transmissor é de fato limitado, com alcance restrito, dependendo do relevo, alcançando apenas um quilômetro e meio de raio; além disso, a antena também não pode estar acima de 30 metros de altura.

No caso de emissoras de rádio, outro problema é vencer a burocracia da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Ministério das Comunicações para a obtenção da concessão e da licença para o funcionamento. Relatório da Associação Mundial de Rádios Comunitárias mostra que, de 1998 (ano que foi aprovada a Lei 9.612) até janeiro de 2005, foram licenciadas no Brasil 2.199 rádios comunitárias. Em contrapartida, só nos anos de 2002 e 2003 foram *fechadas* pela Anatel e pela Polícia Federal 7.612 emissoras. Nos meses de janeiro a março de 2004 foram fechadas mais 862 rádios comunitárias.

Não bastasse isso, sobrou muito pouco do *dial* para as rádios comunitárias. Pela lei, esse tipo de emissora só pode operar nas frequências 87,5, 87,7, e 87,9; uma faixa bastante restrita e que sequer consta em alguns aparelhos receptores.

2.8 A repressão contra as emissoras comunitárias

Desde seu surgimento, o movimento de radiodifusão comunitária sofreu com a repressão, seja por parte do Estado, seja pelos meios de comunicação comerciais. Os relatos obtidos com operadores de rádios comunitárias sobre as ações da Anatel retratam como vêm acontecendo as ações de fechamento dessas rádios. Existem denúncias de invasão em domicílio, muitas vezes sem o devido mandado de busca e apreensão, ameaças com armas de fogo, apreensões de equipamento, agressões físicas e prisões ilegais.

No dia 19 de agosto de 2005, uma dessas ações acabou em tragédia. Nessa data, no município de Teresina/PI, agentes da Anatel, acompanhados por agentes da Polícia Federal chegaram à Rádio Utopia FM, com o objetivo de fechar a emissora. Eles estavam armados com metralhadoras e causaram pânico na recepcionista da rádio e no locutor, que não esboçaram qualquer resistência. No decorrer do dia, a recepcionista, Maria da Conceição Oliveira, apresentou quadro de profunda depressão, devido ao constrangimento e às ameaças que recebeu durante a ação, vindo a falecer à noite, de parada cardíaca⁸.

Um caso emblemático foi noticiado no *site* da Associação das Emissoras do Estado de São Paulo (Aesp) em 17 de junho de 2005. A notícia louva uma ação cinematográfica da Anatel e da Polícia Federal em uma operação de fechamento de rádios comunitárias, conforme trecho reproduzido a seguir:

Agentes da Anatel. Policiais com roupa camuflada. Homens fazendo rapel a partir de um helicóptero. Caminhada em mata fechada. Explosão controlada no alto de um morro. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a Anatel não participou de nenhum filme. Estes foram alguns dos lances da fiscalização realizada pelo Escritório Regional da Anatel em São Paulo (ER-1), na semana passada, na Serra da Cantareira. Como resultado do esforço, quatro emissoras não outorgadas tiveram seu funcionamento interrompido. (Disponível em: www.aesp.org.br. Acesso em: 17 jun. 2005)

⁸ Conforme relato em ofício do gabinete da deputada estadual Flora Izabel (PT/PI) destinado ao Ministério da Justiça.

Ainda no *site* da Aesp é noticiada a presença do diretor do Escritório Regional da Anatel no Estado de São Paulo (ER-1), Everaldo Gomes Ferreira, em um encontro regional da entidade em Campinas/SP. A mesma reportagem informa que Ferreira esteve no encontro para relatar à Aesp as ações de fechamento de rádios comunitárias no município de Indaiatuba/SP. O texto da reportagem apresenta Ferreira como grande parceiro dos radiodifusores. Se de fato existiu uma parceria entre a Aesp e o representante da Anatel, essa relação está em desacordo com o que prevê o art. 37 da Constituição:

A administração pública direta e indireta de quaisquer poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade [...]. (BRASIL, 1988, p. 38)

Analisando esses fatos, pode observar que prevalece no aparato estatal uma estrutura voltada para reprimir o movimento de radiodifusão comunitária e uma ação das emissoras comerciais visando desacreditar e criminalizar esse veículo perante a sociedade. Uma reportagem publicada em um jornal do estado de Minas Gerais exemplifica como a grande mídia comercial tem tratado a mídia alternativa:

Federais fecham oito rádios. Oito emissoras de rádio e uma estação repetidora de serviço de comunicação clandestinas foram fechadas ontem por agentes da Polícia Federal e tiveram seus equipamentos, avaliados em R\$ 100 mil, apreendidos. As emissoras, conhecidas como “rádios piratas”, funcionavam na Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente em bairros entre os municípios de Belo Horizonte e Vespasiano. Nenhuma pessoa foi presa pelos federais, mas oito homens identificados como responsáveis pelas centrais serão ouvidos em inquéritos instaurados ontem. Se forem julgados, podem ser condenados a até um ano de prisão.

O delegado Adão Inácio da Silva, da Delegacia de Polícia Fazendária, do DPF de Belo Horizonte, que preside os oito inquéritos instaurados, disse ontem que os responsáveis pelas rádios clandestinas devem ser ouvidos em cartório a partir de hoje. Em Minas, esta foi a terceira operação da Polícia Federal para o fechamento e apreensão de equipamentos de emissoras clandestinas. Desde o ano passado, nada menos do que 70 “rádios piratas” foram fechadas.

Apesar disso, técnicos da Anatel presentes no DPF asseguraram que só na região metropolitana devem existir cerca de 200 emissoras clandestinas funcionando. O cerco da Polícia Federal vai continuar e muitas dessas rádios poderão ser visitadas nos próximos meses.

Na operação de ontem, os agentes federais fecharam as emissoras denominadas Rádio 102,9, FM; Rádio Atlanta, de Vespasiano; Rádio 96,1, em Venda Nova; Rádio Luz do Mundo; Rádio Vida Nova FM; Rádio Solidariedade; Rádio BD FM e Rádio 92,3, FM, todas em Vespasiano. Os policiais fecharam também uma estação repetidora de serviços de comunicação multimídia, que operava através da Internet.

Os responsáveis pelas "rádios piratas" serão ouvidos em inquéritos sobre os mecanismos de funcionamento das emissoras, que estariam explorando serviços comerciais. O delegado Adão Inácio lembrou que o serviço de radiodifusão só pode funcionar desde que legalizado, e que as emissoras clandestinas prejudicam os sinais das rádios legalizadas e até o serviço de comunicação aérea, entre aeronaves e aeroporto. (*Jornal Hoje em Dia*, Belo Horizonte, MG. Disponível em: www.uniac.org.br. Acesso em: 23 mar. 2006)

Há casos recentes que servem para demonstrar essa situação. Não faz muito tempo, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) veiculou na mídia uma campanha afirmando que as rádios comunitárias derrubam aviões e interferem na comunicação de ambulâncias, do corpo de bombeiros e outros serviços essenciais, estimulando a população a denunciar à polícia a existência desses veículos de comunicação. Essa campanha ainda pode ser lida no *site* da instituição, conforme reproduzido abaixo:

Denuncie a radiodifusão ilegal. Muitas emissoras de rádio que se dizem “comunitárias” ou “livres” são na verdade ilegais. Ilegais, porque ocupam as ondas do rádio sem autorização do poder concedente – o governo federal –, sem pagar impostos e sem condições técnicas adequadas. Por transmitirem na frequência que bem entendem, essas emissoras interferem não apenas no sinal das rádios e televisões comerciais, mas também em serviços essenciais, como a comunicação aeronáutica e a comunicação entre viaturas da polícia, ambulâncias e corpo de bombeiros. O espectro de radiofrequências é um bem público escasso, que deve ser ocupado de forma organizada de acordo com a determinação do governo. O órgão responsável por fiscalizar o uso do espectro e punir as emissões ilegais é a ANATEL, a Agência Nacional de Telecomunicações. Mesmo presente em todos os estados do Brasil, e tendo equipes especializadas e equipamentos modernos de monitoração à sua disposição, a dificuldade da Agência para identificar e punir essas emissoras é muito grande. A ABERT quer ajudar a Anatel nessa tarefa. Para isso, pedimos a sua colaboração no enfrentamento desse problema. Denuncie toda e qualquer interferência causada por emissoras irregulares. Não permita que rádios ilegais impeçam você de ouvir sua rádio favorita! Encaminhe sua denúncia à ABERT, com todos os detalhes que possam ajudar a identificar essas emissoras ilegais, que nós a enviaremos à Anatel. Inclua o nome da emissora, a frequência, o horário de transmissão, e o telefone, pois muitas divulgam no ar seus telefones para contato. Para denunciar, envie um e-mail à ABERT através do link abaixo. Quanto mais completa for a

informação fornecida, mais fácil será para a Anatel localizar e punir as rádios ilegais, que proliferam por todo o país.” (Disponível em: www.abert.org.br. Acesso em: 1 out. 2005)

Também a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (AESP) veicula em seu *site* um comunicado, no qual iguala as rádios comunitárias sem autorização do Ministério das Comunicações às rádios piratas e as acusa de interferência na comunicação de aeronaves, ambulâncias, polícia, entre outros.

Infelizmente no Estado de São Paulo a proliferação de Rádios Piratas está causando uma série de transtornos à radiodifusão legal. Embora eles tenham se autodenominado Rádio Comunitária, só se enquadrarão nessa categoria depois de atender às exigências legais. No Brasil todas as emissoras que não possuem licença de funcionamento do Ministério das Comunicações são piratas e são essas mesmas emissoras que, ocupando ilegalmente frequências aleatórias, sem obedecer a regulamentação do Ministério das Comunicações, interferem na comunicação entre a torre de controle e os aviões, colocando em risco cerca de 60 mil pessoas por dia que se utilizam de vôos no Aeroporto de Cumbica. Temos que combater o Rádio Pirata, pois ele se constitui num grande risco a comunidade. São elas que interferem na comunicação entre o hospital e a ambulância, colocando em risco vidas humanas no momento em que elas mais necessitam de socorro. Interferem também, na comunicação dos carros de polícia e de bombeiros. (Disponível em: www.aesp.org.br/denuncie.asp. Acesso em: 6 ago. 2006)

A questão da interferência da transmissão da rádio comunitária em outras frequências com distintos usos, é muito citada. Porém, há informações técnicas que mostram que a possibilidade de interferência é reduzida. O juiz Paulo Fernando Silveira apresenta a seguinte análise técnica sobre essa questão ao emitir um parecer extra-oficialmente, sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei 145/2001, aprovado pela câmara municipal da cidade de São Paulo, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária⁹.

Dois fundamentos desmentem esse tolo argumento, lançado, ao acaso, sem respaldo técnico: 1. As rádios comunitárias operam com pequena potência e curto alcance (De 50 a 150 Watts, alcançando, em regra, até 30 quilômetros). Logo, se há risco para a navegação aérea, ela virá, certamente, das rádios comerciais, que operam com potência enorme de até 30.000 Watts. 2. A radiodifusão se dá em frequência diferenciada da usada na aviação e nas torres de controle dos aeroportos.

⁹ Disponível em: www.obore.com/download/constitucionalidade14013.pdf. Acesso em: 6 ago. 2006.

Em outra oportunidade, já escrevi sobre a matéria, na dicção seguinte: “A possibilidade de interferência das rádios comunitárias nas comunicações aeronáuticas, civis e militares, ou seja, no denominado Serviço Móvel Aeronáutico – SMA, que envolvem aeronaves e órgãos de controle de tráfego aéreo, minimiza-se, máxime comparativamente com as rádios comerciais, de alta potência, se se considerar que o serviço de radiodifusão em frequência modulada (FM) opera na faixa de frequência distinta, no que toca à faixa de frequência em megaciclos ou megahertz (MHz).

Assim, enquanto as rádios FM, comunitárias ou comerciais, operam na faixa de frequência que vai de 88,000 a 108,000, os serviços de comunicação aeronáuticas, como o Instrument Landing System – ILS, o VHS Omnidirection Radio Range – VOR, a Torre de Controle – TWR, o Controle de Aproximação – APP, o Controle de Solo – SMC, o Centro de Controle de Área – ACC, o Automatic Terminal Information Service – ATIS, o serviço de Informação Meteorológica para Aeronave em Voo – VOLMET e o Controle Operacional de Empresas Privadas – EPTA, funcionam na faixa de frequência a partir de 108,000 até 132,000 MHz.

Finalmente, para por fim a esse argumento, para mim sem fundamento, a Portaria n. 133, de 26.04.95, do Comando da Aeronáutica garante a compatibilidade de uso das faixas de frequências de 88 a 108MHz e de 108 a 137MHz por parte, respectivamente, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada e dos Serviços de Radionavegação Aeronáutica e Móvel Aeronáutico. Essa portaria tem por objetivo estabelecer os critérios de proteção que devam ser assegurados nas respectivas áreas de cobertura, de modo a prevenir a ocorrência entre os Serviços.

Além do mais, a União conta com um serviço especial, chamado de Grupo Especial de Inspeção em Voo – GEIV, que está incumbido de verificar, regularmente, a condição de funcionamento dos sistemas de auxílio à navegação aérea. Mediante essa regular inspeção, a possibilidade de ocorrência de acidentes é minimizada, eis que o GEIV retira de operação todo e qualquer sistema de comunicação e radionavegação que esteja abaixo de determinados padrões de segurança. O retorno à operação é, também, condicionado a uma nova inspeção, para certificação de que o problema foi sanado.

Como as rádios comunitárias – longe de serem piratas ou clandestinas – operam abertamente, com estatutos registrados em cartório, onde consta o nome dos responsáveis pelas fundações, que as mantêm, em endereço publicamente conhecido e 13 anunciado para efeito de captação de apoios culturais, nada há a recear. Qualquer imprevisto – ainda que quase impossível de acontecer – será imediatamente sanado.

Portanto, Como foi visto acima, os aeroportos estão protegidos de interferência basicamente porque seus serviços (Torre de Controle – TWR, Controle de Solo – SMC, Centro de Controle de Área – ACC, Automatic Terminal Information Service – ATIS, Informação Meteorológica para Aeronave em Voo – VOLMET e o Controle Operacional de Empresas Privadas – EPTA) funcionam em faixa de frequência, em megahertz (MHz)

distinta (de 108 a 137MHz) dos em que operam as rádios comerciais, educativas e comunitárias (de 88 a 108 MHz).

Outro demonstrativo técnico da transmissão e funcionamento das frequências das emissoras de FM contribui para entender as rádios comunitárias operam no mesmo sistema que as demais rádios FM, sejam elas comerciais ou comunitárias regulamentadas. A análise abaixo relata esse funcionamento:

Acima da faixa de FM, funciona o Serviço Móvel Aeronáutico, SMA, que é de uso exclusivo do sistema aeronáutico. O SMA vai de 108 a 132 MHz. As aeronaves utilizam uma faixa acima de 108 Mhz. Portanto, uma rádio que opere na sua faixa de FM, isto é de 88 a 108 Mhz, a princípio, não tem como interferir nos serviços da Aeronáutica. Na verdade, não é interessante para nenhuma rádio mandar um sinal que está fora da faixa de captação popular.

Existe, porém, a possibilidade de um sinal de rádio FM ser captado acima de 108, por uma aeronave. É quando ocorrem “espúrios” ou “harmônicos”. Harmônicos são clones de um sinal de rádio. Um exemplo fictício: se a rádio opera em 104 MHz, ela também pode ser ouvida em 106 Mhz e 107 MHz – é como se surgissem clones das rádios no dial. Todo transmissor vem com um filtro de harmônicos mas pelo menos três deles escapam. Os três, geralmente, são sinais fracos, que não causam problemas aos outros. Não causam problemas porque 1) geralmente se estabelece uma distância entre a faixa oficial de transmissão e as outras emissoras; 2) os sinais harmônicos são fracos; 3) os receptores têm filtros para harmônicos.

Se um equipamento está desajustado, além de gerar harmônicos, gera espúrios. Os espúrios são os clones incontroláveis do sinal oficial. Então, ao invés de três harmônicos, a emissora gera uma dezena, sendo escutada em todo dial. Isto é mais difícil de ocorrer porque a própria fábrica que vende equipamentos de transmissão, em baixa ou alta potência, inclui os filtros necessários.

A primeira faixa do Sistema Aeronáutico vai de 108 a 111,975 MHz – que corresponde ao serviço batizado como “Instrument Landing System” (ILS). O ILS é utilizado para comunicação entre a torre de controle e a aeronave, mas somente na descida e quando não há visibilidade. O que o piloto deve fazer quando, ao entrar em contato com a torre usando o ILS, perceber uma rádio interferindo na audição? Ora, o ILS previu problemas deste tipo e disponibiliza nesta faixa uma centena de canais contingenciais. Se houver interferências num canal, basta o piloto mudar para um dos outros 99 disponíveis. Ou seja, em virtude da enorme quantidade de canais disponíveis, a possibilidade de um piloto ficar sem comunicação com a torre neste instante é bastante remota.

Existe ainda a possibilidade de interferências sobre o sistema de radionavegação das aeronaves. Sinais de orientação emitidos via rádio para as aeronaves podem ser misturados com os de uma emissora de rádio. Esta possibilidade também é remota porque os sistemas

instalados nas torres de controle e também os que estão nas aeronaves vêm preparados para interferências deste tipo. Não há como conceber um sistema que requer extrema segurança e seja sensível a interferência de uma rádio de 25 watts. (Disponível em: www.midiaindependente.org. Acesso em: 6 ago. 2006).

O coronel da Aeronáutica Ricardo Nogueira, chefe do Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo, acaba com o mito de que rádio comunitária derruba avião, conforme a reportagem veiculada no *site* da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos):

O problema existe, mas não chega nem perto do “terrorismo” feito contra as emissoras sem concessão, nem justifica o fechamento de todas elas. “Este tema tem um grande apelo, mas se a Anatel está fechando as rádios é por uma questão de regulamentação”, afirma.

O coronel explica que a faixa de comunicação da Aeronáutica sofre três tipos de interferência. A primeira é a “industrial”, provocada por máquinas de grandes indústrias, mas que normalmente não geram problemas porque a maioria dos equipamentos de vôo possui proteção. A segunda, e mais difícil de combater, é a interferência “criminososa”, feita propositadamente por pessoas que fingem ser os comandantes do avião, por exemplo.

O terceiro tipo é provocado por problemas nos equipamentos de transmissores das rádios, sejam elas piratas comunitárias ou comerciais. Ela acontece quando a programação de uma emissora “invade” a faixa da Aeronáutica, atrapalhando a comunicação entre o piloto e a torre ou o funcionamento dos equipamentos de bordo, que recebem informações durante o vôo. Isso pode atrapalhar um pouso, afastar o avião de sua rota e até provocar um acidente.

Segundo Nogueira, a emissora que transmitir sua programação por meio de aparelhos de baixa qualidade ou defeituosa tem maiores chances de provocar a “invasão”. “Mas por ser um problema de ajuste técnico, uma rádio com todos os equipamentos corretos também pode interferir”, acrescenta. Ele conta que até a Rádio Globo FM do Rio de Janeiro já “invadiu” a faixa da Aeronáutica há alguns anos.

Durante todo o ano de 1999, os serviços de proteção ao vôo da área registraram apenas 38 casos desse tipo de interferência no estado de São Paulo, praticamente o mesmo número de rádios que a Anatel fecha por mês. “Qualquer interferência, seja de uma rádio comunitária ou comercial, eu comunico para a Anatel”, diz Nogueira. (Disponível em: www.enecos.org.br/docs/radcom_matériaimprensa.doc. Acesso em: 4 ago. 2006)

A repressão às rádios comunitárias continua bem acentuada, principalmente na capital paulista. A Anatel e a Polícia Federal realizaram a “operação sintonia” nos últimos dias de julho até início do mês de agosto de 2006 e já cumpriram 40 mandatos de busca e apreensão, em que foram fechadas 30 rádios, entre piratas e comunitárias. Porém, conforme

reportagem no jornal *Diário de São Paulo*, o delegado da Polícia Federal Marcelo Previtali não faz a distinção entre piratas e comunitárias e denomina todas “clandestinas”.

“A rádio clandestina, como ela trabalha com um transmissor não homologado pela Anatel, pode colocar em risco as aeronaves civis em relação á comunicação do avião com a torre. Então tem de conscientizar essas pessoas de que mesmo sendo uma rádio comunitária, ela esta colocando em risco a vida de pessoas.” (*Diário de São Paulo*. 3 ago. 2006. Caderno São Paulo, p. A3)

A “operação sintonia” feita pela Polícia Federal foi considerada uma das maiores deste ano, realizada pela Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal de São Paulo. Ao todo, participaram 100 policiais federais e 20 agentes de fiscalização da Anatel.

2.9 Panorama das rádios comunitárias em 2005

Levantamento realizado pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), com base no Sistema de Controle e de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), indica que mais de 15 mil entidades aguardam aprovação como rádios comunitárias. Desse total, 85% (13.100 pedidos) estão na fila de espera. Outras 540 funcionam com licença provisória. Apenas 1.378 emissoras, menos de 10% do total, operam com licença definitiva.

Segundo dados da Abraço, em 2005, até o mês de agosto, mais de 1.200 emissoras de rádios foram fechadas, na média de quase 200 por mês. Ainda de acordo com a entidade, o aumento da repressão deve-se às denúncias de proprietários de rádios comerciais. Para a Abraço, o fechamento dessas rádios:

nada mais é do que abuso de poder, pois há anos essas rádios populares aguardam o andamento de seus pedidos de outorga por parte do Ministério das Comunicações. (Disponível em: www.abraconet.org.br. Acesso em: 28 ago. 2005)

Esses números mostram que, na gestão do governo federal eleito em 2002, não houve mudanças em relação às ações de fechamento de rádios comunitárias. Ao contrário, segundo dados da Abraço, houve um aumento de 40% de emissoras comunitárias fechadas em relação ao mesmo período do governo anterior. Em agosto de 2005, foi criado um Grupo de Trabalho

Interministerial (GTI) pelo Decreto Presidencial de 26 de novembro de 2004 com a finalidade de:

analisar a situação da radiodifusão comunitária no país e propor medidas para disseminação das rádios comunitárias, visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema.

O grupo apresentou um relatório ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e à Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef. O jornal *Brasil de Fato*, na edição n. 133, de setembro de 2005, traz em uma reportagem as conclusões do relatório:

As diversas entidades representativas do movimento em defesa das rádios comunitárias foram chamadas a opinar e puderam acompanhar uma parte das discussões. Estranhamente, também participaram e acompanharam de perto o processo entidades que representam o latifúndio da comunicação – caso da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) e da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (ABRATEL).

A reportagem do jornal *Brasil de Fato* destaca ainda alguns pontos que apresentarão dificuldades para as rádios comunitárias, tais como:

a sugestão de manter as frequências disponíveis para estas emissoras de 87,5 a 87,9 MHz (canal 200), sendo que a maioria dos aparelhos receptores de FM só sintonizam o dial a partir da frequência 88 MHz, indo até 108 MHz; o relatório é omissivo com relação ao rádio digital, tecnologia que deve no mínimo multiplicar por 10 o número de canais de rádio; mantém o alcance restrito, 25 watts em áreas urbanas e 1000 watts para área rural.

Nesse item pode se considerar que há um pequeno avanço em relação à legislação vigente, que estabelece 25 watts para todo o país, possibilitando vantagem para a área rural. Porém, para as áreas urbanas, a potência de 25 watts alcança apenas um bairro, isso porque há muitos pontos de comunicação. Em uma metrópole como São Paulo, por exemplo, não compensa manter uma emissora no ar para atingir apenas alguns quarteirões.

Entre os avanços contidos no relatório citado pela reportagem do jornal *Brasil de Fato*, está a proposta de um anteprojeto de lei que prevê a permissão para a publicidade, a formação de redes, o alcance definido em função da comunidade atendida, o acesso às

comunidades indígenas e a proteção do Estado contra interferências de outros serviços. Neste ponto, se aprovado, será atendida uma das principais reclamações do movimento de radiodifusão comunitária em relação à Lei 9612/98. Outra grande reivindicação do movimento que pode ser atendida, de acordo com esse anteprojeto, é a anistia para aproximadamente 10 mil pessoas que estão respondendo a processo administrativo e criminal por operar emissoras sem autorização do governo.

Assim, pode-se concluir que, da mesma maneira que houve disputa política na construção da Lei 9612/98, essa mesma disputa entre movimento de radiodifusão comunitária e proprietários, representantes das emissoras comerciais, está refletida nas propostas do GTI criado no governo Lula.

Diante desse emaranhado de leis e da incapacidade de o Governo Federal ao menos responder aos pedidos de concessão, surge no movimento de radiodifusão comunitária a necessidade de buscar alternativas a essa legislação para as rádios comunitárias poderem funcionar livres das constantes ameaças de repressão. É nesse contexto que surgiram as propostas de legislações municipais, para que esse assunto pudesse ser resolvido no âmbito local, o que diminuiria os entraves burocráticos. São Paulo e vários municípios do País têm uma legislação municipal, porém mantém-se o entrave de que a lei federal é superior à lei municipal e rege sobre o todo.

2.10 Dificuldades e contradições

No decorrer da história das rádios comunitárias, muitos desafios, conflitos e contradições estão implícitos no processo. O serviço de radiodifusão comunitária enfrenta o desrespeito do direito à comunicação, o não-cumprimento da Constituição Federal, além de dificuldades de ordem financeira, falta de capacitação das lideranças e, em muitos casos, usurpação dessa proposta de comunicação comunitária para fins pessoais, político-partidários, o que não configura um projeto de rádio comunitária.

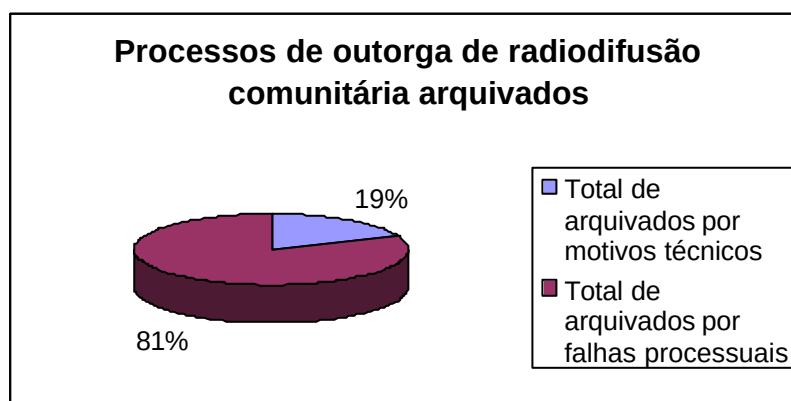
É preciso ressaltar que o direito à comunicação, previsto no art. 5º da Constituição brasileira, é negado de maneira institucionalizada, uma vez que o Ministério das Comunicações não garante que essa modalidade de comunicação possa ser desenvolvida de maneira regulamentada na totalidade dos municípios brasileiros e, acima de tudo, que os órgãos fiscalizadores como a Anatel cumpram esse direito. Ainda nesse caso é com a

anuência desse Ministério que um dos órgãos repressivos do Estado, a Polícia Federal, é convocada para a apreensão de rádios comunitárias em todo o país.

Observa-se claramente que há desinteresse do Ministério das Comunicações em relação às rádios comunitárias, uma vez que não operacionaliza os pedidos de concessão para o funcionamento dessas rádios, conforme denúncia de várias organizações civis, contida no *Relatório Sobre a Situação dos Processos de Pedido e Outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária: Um Ponto de Vista da Sociedade Civil Sobre o Conflito Pelo Direito à Comunicação no período de 06/08/1998 – 07/04/2006*¹⁰. O relatório aponta que:

Segundo informações do Ministério das Comunicações de 07 de abril de 2006, entre os anos de 1998 a 2006, 17.280 Associações, responderam à publicação da lei 9612/98 demonstrando interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo país; deste total 2.439 rádios foram outorgadas representando 14,11% e 7.112 processos foram arquivados, ou seja, 41,15% dos pleitos da sociedade civil foram excluídos no primeiro momento.

Tabela 1: Demonstrativo dos pedidos de autorização de rádios comunitárias arquivados¹¹



¹⁰ Produzido pelo Grupo de Trabalho junto ao Ministério Público Federal com representantes das seguintes entidades: Abraço/SP – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – SP, Coletivo 8 de Dezembro de Comunicação e Cultura, Grupo Tortura Nunca Mais – SP, Gabinete do deputado estadual Simão Pedro Chiovetti, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Radiodifusão Comunitária, Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

¹¹ Fonte: Relatório Sobre a Situação dos Processos de Pedido e Outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária: Um Ponto de Vista da Sociedade Civil Sobre o Conflito Pelo Direito à Comunicação no período de 06/08/1998 – 07/04/2006.

O documento também aponta que o argumento utilizado pelo Ministério das Comunicações para o indeferimento de muitos processos não corresponde à realidade das rádios comunitárias. Na análise de Cristiano Lopes Aguiar, contida no relatório, o procedimento para conseguir a habilitação para funcionamento legal de uma rádio comunitária é

[...] mais trabalhoso e complicado do que o processo de habilitação necessário nas licitações de radiodifusão comercial, por esta razão o percentual de arquivamento de processos de radiodifusão comercial por não cumprimento de exigências burocráticas é inferior a 10% do total de processos arquivados, no caso da radiodifusão comunitária é superior a 80%. Ou seja, enquanto na radiodifusão comercial, a principal causa para se negar uma concessão é técnica, na radiodifusão comunitária, as questões burocráticas são as preponderantes para o arquivamento.

Ocorre também a criminalização das pessoas que atuam em rádios comunitárias, a partir da ação de fechamento das rádios pela Anatel e pela Polícia Federal. Os comunicadores comunitários são tratados como criminosos e há a instauração de processos criminais contra esses comunicadores. O relatório acima citado apresenta o número de pessoas condenadas a partir de 1998, ano em que entrou em vigor a lei que autoriza o funcionamento das rádios comunitárias no país:

De 1998 a 2002 mais de 10.142 pessoas foram indiciadas por prática de comunicação comunitária, sendo que 3.623 foram condenadas; para tanto, usa-se legislação herdada do período da ditadura militar. Em todo o território nacional, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mais de 2.000 rádios comunitárias em média foram fechadas por ano, e no atual governo este número subiu em 35%, na média por ano, proporcionando um verdadeiro atentado aos direitos dos cidadãos e à economia popular.

Nesse contexto, algumas correlações podem ser feitas, uma vez que, nos últimos anos, a direção do Ministério das Comunicações esteve sob orientação de pessoas procedentes ou ligadas à grande mídia comercial, por exemplo, o atual ministro Hélio Costa, que, como de conhecimento público, foi jornalista e apresentador da maior rede de televisão do país.

É sabido também que os grandes meios de comunicação manifestam-se publicamente contra as rádios comunitárias, por exemplo, veiculando vinhetas que incriminam a prática da comunicação pelas rádios comunitárias, como registrado anteriormente por este estudo.

Entretanto, não são somente essas as dificuldades das rádios comunitárias. Passaremos, agora, a relatar outras, inclusive aquelas relativas às próprias rádios. Uma delas, enfrentada pelo movimento de radiodifusão comunitária no Brasil, está no aproveitamento desse modelo de comunicação para benefícios particulares individuais ou de grupos afins. Podem ser apontados, tanto nos centros urbanos como nas áreas rurais, grupos e pessoas que montam emissoras com a denominação de “comunitária” para finalidades político-partidárias, que divulgam e defendem determinado candidato, porém essa prática não é de uma emissora comunitária pautada pelos princípios da comunicação comunitária. Essa prática de má-fé e oportunismo confunde e atrapalha a população, que acaba por ter desconfiança em relação a projetos de rádio comunitária. Essas práticas também contribuem para aumentar o espectro da desconfiança do governo em relação às rádios comunitárias, em prejuízo para quem deseja de fato praticar comunicação comunitária.

Há também grupos ou organizações que montam emissoras com a denominação de comunitária, mas não garantem as características, os princípios, a linguagem e a filosofia comunitária. Repetem a estrutura de programação da grande imprensa comercial, sem nenhum critério. Usa-se esse meio para a obtenção de lucro, com a veiculação de anúncios publicitários, vendendo-se espaço na grade da programação para quem quer que seja. Veiculam um jornalismo “maquiado”, a serviço do sistema vigente no país. Nessas emissoras, o interesse coletivo da comunidade não é o foco da notícia.

Observa-se ainda que há uma lacuna na formação dos membros e lideranças, tanto nas rádios comunitárias como em outros meios de comunicação popular. Falta qualificação para garantir a comunicação básica, em muitas rádios, devido a pouca escolaridade e ao baixo nível de informação para a reflexão filosófica e política necessárias na comunicação comunitária, alternativa e popular.

2.11 Lei de São Paulo

Diante da morosidade da lei federal para regulamentar as rádios comunitárias, grupos, entidades e associações valeram-se de prerrogativas da legitimação municipal. Após seis anos de luta, o Projeto de Lei 145/2001, que dispõe sobre a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de São Paulo, apresentado pelos então vereadores Ricardo Montoro (PSDB) e Carlos Neder (PT), foi aprovado. A nova lei garante existência

legal às rádios comunitárias e instrumentaliza o poder local no apoio à existência das pequenas emissoras, podendo “agilizar” as outorgas.

O prefeito José Serra sancionou, no dia 23 de junho de 2005, a Lei 14.013, que faz de São Paulo a primeira grande cidade brasileira a ter o direito de autorizar o funcionamento de rádios comunitárias. Formalmente, o prazo é de 90 dias para o Executivo municipal definir a regulamentação do funcionamento e a operacionalização.

A lei aprovada em São Paulo descentraliza da esfera federal para a municipal as decisões sobre a exploração dos serviços de radiodifusão comunitária. Isso não significa substituir a legislação federal de 1998, mas instrumentalizar o poder local no apoio à existência dessas pequenas emissoras, reduzindo o tempo de análise dos processos para concessão das outorgas. A Anatel, porém, ganhou a ação na justiça e colocou a lei na inconstitucionalidade.

Silveira (2001) lança mão dos princípios do federalismo para comprovar a constitucionalidade da nova lei. Esses princípios asseguram força política autônoma aos estados e municípios para decidirem sobre questões regionais e locais.

O princípio vale mais que a norma, que a regra. Toda vez que estiver em conflito, uma regra falando uma coisa, outra regra falando outra, temos que observar o princípio. E o princípio diz o seguinte: Em todo assunto nacional, ou envolvendo mais de um estado, a competência é da União. Por exemplo, comércio interestadual, bancos. Mas tudo que é assunto regional é do estado membro. Todo assunto local, que não envolve interesse nacional, nem estadual é do Município, está muito claro. É só uma questão de leitura correta da Constituição Federal. A Constituição diz que todo direito fundamental é auto-exercitável, não depende de lei. O governo, para interferir nesses direitos fundamentais, é quem tem que justificar que tem um motivo justo para atuar no interesse da comunidade. (Disponível em: www.piratininga.org.br. Acesso em: 24 abr. 2006)

2.12 Sem concessões para São Paulo

Dados recentes do Ministério das Comunicações – Relatório de Atividades 2004/2005 – apontam a existência de 2.345 emissoras comunitárias legalizadas no país. Entretanto, nenhuma delas em São Paulo, que tem ficado fora do mapa das autorizações de outorga junto com outros 144 municípios do Estado.

Documento emitido pelo mesmo Ministério, em julho de 2005, reconhece 286 entidades da Capital com documentação apresentada em Brasília e ainda sem parecer técnico. Muitas aguardam resposta há mais de três anos. Outras tantas, menos pacientes, colocam a rádio em funcionamento, correndo o risco de “visitas” da Anatel e da Polícia Federal.

Embora a Anatel tenha designado, desde abril de 2004, o canal 198 para as rádios comunitárias da cidade de São Paulo (frequência 87.5 a 87.7), o Ministério das Comunicações ainda não fez o chamamento para que as Associações e Fundações interessadas formalizem seus pedidos de concessão. Falta vontade política para realizar esse chamamento, porque há pressão muito forte das emissoras comerciais sobre o Ministério das Comunicações e a Anatel para que não se delibere um canal para São Paulo.

A expectativa era de que a lei municipal reverteresse esse quadro, tornando mais ágil a análise dos processos, que se restringirão à área do município. Mas com a declaração da inconstitucionalidade da lei municipal, as organizações que desejam desenvolver comunicação via rádio comunitária retornam à estaca zero no processo.

Outro ponto a favor da lei local é a facilidade na fiscalização dos processos de outorgas. Sabe-se que a pressão dos políticos, em Brasília, acaba por favorecê-los na fila de espera das concessões. Com a descentralização dos processos, potencializa-se o controle social e o conhecimento de quem são, realmente, os beneficiários das concessões.

É importante destacar os instrumentos que, pela legislação federal, regulam os serviços de radiodifusão de baixa potência: Lei da Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998); Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998; Portaria 191, de 6 de agosto de 1998, que aprova a Norma Complementar 02/98; Portaria 83, de 19 de julho de 1999, que dá nova redação à Norma Complementar 02/98 e Medida Provisória 2143, de 2 de maio de 2001. Esta última permite às emissoras, mediante uma licença provisória, liminar, entrar em funcionamento imediatamente após a autorização do Ministério das Comunicações, antes mesmo de sua aprovação final pelo Congresso Nacional.

2.13 Rádio comunitária e a construção da cidadania

Ao tratarmos de rádio comunitária, em específico, e de comunicação alternativa, a primeira preocupação deve ser com a *comunicação*, ou seja, com seu conteúdo, seu objetivo,

seu público e sua efetividade. Os meios físicos, embora sejam necessários, não podem ser vistos como item mais importante.

Várias organizações sociais, grupos culturais e cidadãos comuns confundem os *meios* com *comunicação*. Investem em equipamentos, mas não em um projeto de comunicação e na qualificação das pessoas. Pensar demais nos meios e de menos no projeto, no método e nas metas é semelhante a ter um veículo bonito, mas sem combustível e sem motorista: não leva a lugar algum. Em última análise, é preciso compreender que a comunicação não é *meio*, mas *processo*. Os meios de comunicação desempenham funções importantes na sociedade. Um fato a ser veiculado numa emissora de rádio torna-se rapidamente de domínio público. O rádio foi e continua sendo um dos principais meios de difusão de informações, além de ser o mais rápido e barato.

Verificam-se, todavia, aspectos positivos na comunicação popular, tais como a contribuição no processo de construção de uma cidadania ativa, a apropriação de meios e técnicas de comunicação pelo povo e a veiculação de conteúdos críticos. Também a possibilidade de denunciar e fazer reivindicações de interesse da comunidade, a autonomia política, a valorização da cultura e da identidade popular; a aproximação e o diálogo entre emissor e receptor, o resgate e a preservação da história e da cultura do local.

É necessário cuidado para não se deixar envolver apenas pela tecnologia e acabar por não garantir a cidadania, ou seja, construindo uma comunicação de qualidade, com bom conteúdo, atendendo aos interesses e necessidades da comunidade que a emissora atinge.

Outro desafio no contexto da comunicação cidadã é garantir a participação da comunidade de diversas formas. Quer seja emitindo opinião por telefone, carta ou internet ou indo ao estúdio falar ao microfone.

Saber-se que há grupos, pessoas e organizações que instalam uma emissora de rádio para fins políticos locais, confessionais ou na tentativa de obter lucro e a denominam comunitária, porém não seguem as características das rádios comunitárias, logo não são reconhecidas pelo movimento de radiodifusão comunitária.

A população pode saber as intenções da emissora, verificar quem a instalou, perceber pela programação qual o conteúdo e quais os objetivos e, se não forem condizentes com a proposta da comunicação popular, alternativa e comunitária, a população certamente não se

sentirá parte do processo e não dará credibilidade a essa emissora. Essas emissoras atrapalham o movimento pela regulamentação das emissoras comunitárias e atraem a desconfiança do Ministério das Comunicações.

3 Jornalismo nas rádios comunitárias: exemplificação de dois casos

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características do jornalismo comunitário, relatar brevemente os contextos, apresentar a estrutura e a organização de duas rádios: a Rádio Cantareira FM, localizada na periferia da capital paulista e a Rádio Esperança FM, situada na região litorânea de São Paulo, exemplificando como é efetivada concretamente, nesses exemplos-casos, a construção do jornalismo comunitário desenvolvido nos programas dessas emissoras.

Para análise, foram escolhidos três programas radiofônicos, dois da rádio Cantareira (“Espaço das Comunidades” e “Meu Caro Amigo”) e um da Rádio Nova Esperança (“A Voz da Comunidade”). Essa escolha se fez na medida da necessidade de um recorte metodológico e também porque são programas que apresentam características de jornalismo comunitário.

3.1 Jornalismo comunitário

O jornalismo é a ordenação da novidade, rotinização do inesperado. (DINES apud MEDITSCH, 2001, p. 102)

Chama-se jornalismo comunitário aquele que retrata os fatos que ocorrem dentro de uma comunidade (bairro, vila, vilarejo, distrito, conselho, município, favela etc.) e que sejam de interesse para seus moradores. Também se define como jornalismo praticado por membros de uma comunidade que não são necessariamente jornalistas de formação, mas comunicadores das comunidades – por exemplo, jornais e programas de rádio produzidos por moradores de uma favela.

Está claro que o conceito de jornalismo popular aqui utilizado não pode ser confundido com o que vulgarmente muitos entendem como jornalismo consumido em larga escala por setores das classes populares e com uma temática voltada essencialmente para o noticiário sensacionalista de crimes, esportes ou sexo. (LINS DA SILVA apud GOMES, 1990., p. 57)

O jornalismo comunitário caracteriza-se por apresentar temas relacionados às necessidades de grupos constituintes da cidade ou da comunidade. Nesse tipo de jornalismo é desenvolvido um trabalho para a comunidade.

Frente ao jornalismo dos opressores, a criatividade dos setores populares gera uma alternativa própria: o jornalismo popular. Por setores populares se entende o conjunto de classes e camadas sociais que procuram num determinado momento histórico, mudar progressivamente a sociedade e criar as condições propícias para levar até o fim essa mudança. Nessa perspectiva, o jornalismo popular é uma atividade de maior importância. As informações veiculadas nesses jornais representam os interesses dos oprimidos, colocando sua prática social e também as alternativas de sua luta pela libertação. (MARTINS apud GOMES, 1990, p. 65)

Além de seu foco ser a prestação de serviço, também apresenta textos geralmente mais opinativos do que os da grande mídia e das matérias jornalísticas canônicas. Por causa da proximidade entre jornalistas e leitores, é mais clara a identificação de interesses, opiniões e posicionamentos.

As matérias e os artigos de um veículo comunitário geralmente trazem informações, sobre os problemas que atingem a comunidade ou então notícias sobre atividades culturais, festas, eventos, promoções. Além disso, a redação costuma usar linguagem mais informal e coloquial, principalmente quando o público possui baixo nível de instrução.

Há plena participação na comunicação quando ambos os interlocutores têm a mesma oportunidade de gerar suas próprias mensagens [...] Um sistema de comunicação pode ser considerado participativo se prevê mecanismos e canais que permitem aos grupos de base determinar com independência os conteúdos temáticos do programa e emitir [...] mensagens autônomas, surgidas deles mesmos e não escolhidas pelos promotores [...]; se torna possível que os setores populares falem daquilo que eles próprios querem falar. (KAPLÚN apud GOMES, 1990, p. 29)

No jornalismo comunitário, é fundamental o trabalho de capacitação dos moradores que atuam nos meios de comunicação popular alternativos/comunitários em técnicas de jornalismo (redação, edição, diagramação e locução, no caso da rádio comunitária), para que eles mesmos possam elaborar e produzir suas publicações sem depender de ajuda externa. Esse trabalho é comumente realizado por ONGs e entidades de apoio às comunidades.

Diante da precariedade das condições de vida em comunidades mais pobres, os temas mais comuns nessas áreas são os problemas sociais e de infraestrutura, como lixo,

saneamento, água, luz, telefonia, trânsito, saúde, educação, violência, obras, desabamento de prédios e deslizamentos de terra, entre outros.

É comum a imprensa comunitária concentrar-se na prestação de serviços de utilidade pública ao leitor ou ouvinte, como aqueles ligados a vagas de trabalho, emprego, acesso a serviços do Estado, incentivo à cidadania e à participação nas decisões da comunidade etc. Nesse sentido, a comunicação é produzida pela comunidade, para a comunidade.

Cabe ao jornalismo comunitário identificar as chamadas “necessidades” da comunidade e explorá-las em pautas que informem os moradores sobre as causas e possíveis encaminhamentos de soluções para esses problemas com a participação da população. Além de identificar a realidade local, é preciso apresentar uma visão geral da sociedade, tendo em vista a transformação social.

Além dessas, as pautas do jornalismo comunitário incluem a cobertura de eventos (festas, comemorações, nascimentos, falecimentos), de atos da política local (eleições para síndico, associação de moradores, conselhos de saúde etc.), as instituições que geram produtos e fatos (associações de moradores, associações comerciais, prefeituras e secretarias), as políticas públicas para o bairro e o dia-a-dia da vizinhança. As notícias do dia-a-dia dos bairros chegam aos grandes meios de comunicação quando ocorrem catástrofes ou autoridades passam pela região. Também não há interesse por parte dos grandes meios de comunicação de investir em comunicação popular comunitária e, principalmente, alternativa.

[...] não é possível a um grande jornal, que é uma empresa com finalidade de lucro, tratar dos problemas de cada pequena comunidade, de cada bairro, de cada cidade. Por isso é que tem que existir a imprensa comunitária, a mais importante alternativa, no momento atual do Brasil, à imprensa monopolizadora. (CALLADO apud GOMES, 1990, p. 64)

As fontes para o jornalismo estão na própria comunidade (lideranças, associações de moradores, representações de serviços públicos, grupos organizados, escolas, moradores etc.). Conforme a temática, as fontes estão em esferas mais amplas (prefeituras, secretarias municipais, órgãos locais de serviços públicos, especialistas, pesquisadores, cientistas, ambientalistas etc.).

O jornalismo comunitário tem como característica informar e ser educativo. É importante saber qual é a responsabilidade de quem informa no desenvolvimento cultural e educacional do jornalismo comunitário. Nesse processo, a mídia desenvolve um papel fundamental de informar, ajudando a comunidade a saber, conhecer, pensar e agir. A comunicação comunitária desenvolve um trabalho voltado à educação, ligado aos problemas da comunidade e às lutas dos seus em defesa de uma sociedade justa.

[...] Barber enfatiza que o “colóquio democrático forte” requer escutar tanto quanto falar, uma postura efetiva tanto quanto cognitiva, e que seu vínculo com as interações o retira do reino da especulação e o traz para a prática do mundo real. Escutar é uma arte que envolve reciprocidade e cuja prática, por si, aumenta a igualdade [...] [O colóquio] pode estabelecer comunidade, manter direitos, buscar consenso e resolver conflitos. (DOWNING, 2002, p. 86)

[...] o jornal comunitário é muito mais do que um órgão de informação: é um instrumento de mobilização. É ele que vai estabelecer a verdadeira comunicação entre os membros da comunidade, o debate de seus problemas e a participação de todos na solução a ser dada. Uma imprensa comunitária forte é o melhor caminho para a democratização da sociedade. (CALLADO; DUQUE ESTRADA, 1985, p. 8)

Nesse contexto, o trabalho de uma emissora comunitária, que pratica o jornalismo comunitário, observa em suma os seguintes elementos:

- a) o foco está nos fatos que ocorrem dentro de uma comunidade;
- b) é praticado por membros de uma comunidade;
- c) a redação e a linguagem são acessíveis ao público;
- d) há capacitação dos moradores em técnicas de jornalismo;
- f) é ligado à conscientização e mobilização na luta pela transformação da estrutura econômica e social do país, além de entretenimento;
- g) é democrático; possibilita o debate entre os membros da comunidade e a participação de todos.

CARNICEL (2005, p. 38) ao abordar as características da comunicação comunitária, faz uma reflexão sobre o jornalismo comunitário e acrescenta a importância de comunicar os aspectos positivos da comunidade, de valorizar situações e circunstâncias que elevam a auto-estima.

Dessa forma, o conteúdo editorial não se restringiria a textos de reivindicação, de orientação, de prestação de serviço e de assuntos relacionados à utilidade pública. É preciso enaltecer os fatos positivos, as realizações da comunidade e valorizar pessoas por seus atos e talentos. É permitir que anônimos estejam na vitrine e passem a ser reconhecidos pela comunidade.

O equilíbrio, dentro de uma reportagem, é vital para o leitor ou ouvinte. O jornalista precisa ver os fatos com distanciamento. Porém é impossível deixar de lado as emoções, a cultura e a bagagem pessoal do jornalista. A imparcialidade é impossível de ser obtida devido aos fatores mencionados.

3.1.1 O papel do jornalista comunitário

Um modo de identificar-se com a comunidade é buscar permanente interação com ela, valorizar a cultura e as tradições locais. O jornalismo comunitário precisa estudar a formação histórica e social da população com a qual interage. Inteirar-se dos costumes que caracterizam a cultura popular (religiosidade, arte, vida familiar, formas de sociabilidade, educação) e aprender a respeitar e valorizar essa cultura, reconhecendo nela um processo dinâmico e vivo; esse é um bom começo para quem se inicia no jornalismo comunitário.

Implica que cada um tenha a oportunidade de criar suas próprias imagens acerca de si mesmo e do ambiente; que cada um seja capaz de recodificar a própria identidade de acordo com os signos e códigos que escolha, rompendo assim a aceitação tradicional dos signos e códigos impostos por fontes externas; que cada um se torne o contador de sua própria história [...]; e que cada um reconstrua o retrato pessoal que tem da própria comunidade e da própria cultura; que explore as possibilidades infinitas do próprio corpo, do próprio rosto, para criar expressões faciais (uma nova codificação do rosto) e linguagens não verbais (uma nova codificação do corpo) até então desconhecidas; que cada um retire a própria linguagem do seu esconderijo habitual e a traga para fora, para a esfera pública, observando como ela funciona, de que maneira anula as outras linguagens ou é anulada por elas. (MOUFFE; MCCLURE apud DOWNING, 2002, p. 89)

Para captar a cultura do povo, o jornalista será um observador privilegiado e um estudioso da sociologia, aprendendo que os regionalismos integram em sua multiplicidade de variantes das culturas do povo brasileiro. Nas linhas finais de sua última obra, *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*, o escritor Darcy Ribeiro traça um perfil que todo jornalista necessita conhecer e sobre o qual deve refletir para bem cumprir o seu ofício de comunicador:

[...] apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam a mesma língua, sem dialetos. Não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado. Estamos abertos é para o futuro. (RIBEIRO, 1995, p. 454)

Alguns jornalistas se põem deslumbrados com outras culturas, não sabendo valorizar a cultura de origem ou as culturas a que pertence, olhando apenas para fora do seu habitat; não possuem formação e sensibilidade para valorizar as diferentes culturas, emitindo juízo de valor sem contextualizar as culturas e alimentando uma posição de rechaço à cultura local e nacional, classificando as outras como “superiores”. Nesse contexto, Darcy Ribeiro proclama:

Nações há no Mundo Novo – Estados Unidos, Canadá, Austrália – que são meros transplantes da Europa para amplos espaços além-mar. Não apresentam novidade alguma neste mundo. São excedentes que não cabiam mais no Velho Mundo e aqui vieram repetir a Europa, reconstituindo suas paisagens natais para viverem com mais folga e liberdade, sentindo-se em casa. É certo que às vezes se fazem criativos, reinventando a república e a eleição grega. Raramente. São, a rigor, o oposto de nós. (RIBEIRO, 1995, p. 454)

A vocação latina do povo brasileiro, a integração continental da América do Sul, cada vez mais discutida em nossos dias, a partir do Mercosul, retomado na administração de Luis Inácio Lula da Silva, é vislumbrada pelo sociólogo:

Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América anglo-saxônica, para fundarmos, tal como ocorre na Comunidade Européia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar. Hoje, somos 500 milhões, amanhã seremos 1 bilhão. Vale dizer, um contingente humano com magnitude suficiente para encarnar a latinidade em face dos blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura. (RIBEIRO, 1995, p. 454)

Darcy Ribeiro deixou um legado de otimismo que muitas vezes falta ao jornalista, educador, comunicador popular:

Estamos nos construindo para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra. (RIBEIRO, 1995, p. 455)

Para o autor, o jornalista vê na comunidade um pouco de cada uma das matizes que conformam a cultura brasileira. Na cobertura diária, nas reuniões com o povo, nas festas populares, nas tradições locais, o comunicador entrará em contato com o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, indígena, caipira, os *Brasis* sulinos de que fala o mesmo autor.

A cultura popular pode ser instrumento tanto de conservação como de transformação social. Nesse sentido, o jornalista comunitário pode contribuir para a formação da cidadania, para que as pessoas tenham informação e condições para optar e assumir lutas de resistência e a construção de uma sociedade igualitária.

É importante que essa opção político-cultural do jornalista não se feche em grupos, porque isso significaria oprimir ainda mais o povo pela desinformação ou sectarismo político-partidário; pelo contrário, ela deve buscar abraçar as causas populares e usar a força do meio comunitário para pressionar os que têm poder de decisão para forçar a solução dos problemas que afligem a comunidade em seu dia-a-dia.

A comunicação popular não tem valor em si mesma, mas enquanto se integre num processo de luta com uma perspectiva de nova sociedade. (GOMES, 1990, p. 44)

Na comunidade, o jornalista ou comunicador popular é freqüentemente convidado a integrar órgãos colegiados, associações, grupos de debate, a ser jurado de eventos culturais etc. Isso ocorre porque a comunidade reconhece nele a capacidade de liderar e de influenciar. Dotado de princípios éticos, o comunicador comunitário pode aproveitar esse contato direto para estar sempre aprendendo com a comunidade, de modo a poder servi-la cada vez melhor,

sem jamais impor os seus processos, mas sempre discutir, democraticamente, o melhor caminho em cada situação.

[...] quando nos comunicamos, estamos tentando estabelecer uma “comunidade” com alguém. Ou seja, tratamos de compartilhar uma informação, uma idéia, uma atitude. A essência da comunicação consiste na sintonização entre o que recebe e o que envia uma determinada mensagem. (GIMÉNEZ apud GOMES, 1990, p. 21)

De quem lidera a comunidade também se espera um pouco de esperança, de estímulo, alguém que sabe não apenas criticar, mas também propor soluções. Que, a exemplo do educador Paulo Freire (1975), saiba denunciar como artimanha do capitalismo neoliberal a estratégia de dizer que as utopias morreram, que a pobreza é um determinismo histórico, que os pobres devem conformar-se com a vida que levam etc.

O formador de opinião, ao enfrentar essa barreira, que, segundo Paulo Freire, é imposta pela ideologia das classes dominantes, motivará a esperança do povo para um mundo melhor, possibilitando que ele seja sujeito da história, e não mero objeto. Se há exclusão social, a culpa não é dos excluídos, mas do modelo perverso de sociedade. Por isso, a cidadania é um processo em permanente construção, é um direito a ser exercido por todos, sem qualquer tipo de exclusão.

Tanto Freire quanto Bakhtin oferecem apoio à mídia radical alternativa, incrustada em meio às tensões e pressões do dia-a-dia, não sectária e engajada, na sua melhor expressão, com as audiências mais ativas, que produzem, bem como recebem, o conteúdo da mídia. (DOWNING, 2002, p. 85)

Quando se atua em veículos comunitários, não se pode dispensar o confronto e a diversidade de opiniões para possibilitar ao ouvinte ou leitor uma informação completa e bem interpretada. Agir sem essa preocupação é recorrer às facilidades de um jornalismo superficial, rápido e sem apuração, alegando a velha desculpa da falta de tempo.

Não se deve permitir o domínio de grupos de poder, mas perseguir boas fontes, mediante acurado trabalho de pesquisa ou apuração, por meio de entrevistas, consultas a publicações, documentos, bibliotecas, arquivos etc. As normas éticas de apuração são as mesmas, assim, todos devem respeito ao art. 7º do Código de Ética do Jornalista Brasileiro.

Todos necessitam seguir padrões de ética, ninguém está dispensado de ser ético e de abdicar da verdade.

É ingenuidade supor que a cultura ou a comunicação são coisas tão inerentemente democráticas, ainda que sua construção seja, com certeza, mais emergente do que prescientemente organizada. Na comunicação e na cultura, os processos e diferenciais de poder estão por toda parte. (DOWNING, 2002, p. 42)

Há iniciativas e lutas em vários setores na América Latina contra o sistema globalizado da comunicação, economia, política e cultura. É o caso do Movimento dos Sem-Terra (MST), que enfrenta o latifúndio histórico, pelo direito à terra e à produção de milhares de agricultores sem terra. Na área da educação, temos vários ensaios e projetos pelo Brasil. Tem havido anualmente o Fórum Social Mundial, que propaga que um “outro mundo possível”, e assim por diante.

A comunicação participativa, alternativa, popular constitui o terceiro âmbito estratégico. Embora dito de muitas maneiras e com alcances muito diversos, desde os utópicos até os fechados a possibilidades de intervenção imediata, um propósito fundamental parece definir o alternativo em matéria de comunicação na América Latina: transformar o processo, a forma dominante e normal da comunicação social, para que sejam as classes e os grupos dominados os que tomem a palavra. (BARBERO, 2004, p. 119)

O despertar da cidadania nas comunidades propicia que elas percebam a força da sua organização. Essa organização será tanto mais possível quanto maior for o empenho ético dos que fazem o veículo comunitário em se comprometer com essa tarefa social. O sociólogo Betinho (Herbert de Souza), em vídeo popular gravado em maio de 1996, com o título “Cultura Organizacional”, para o Programa de Formação de Instrutores do Banco do Brasil, lembra aos formadores de opinião que eles precisam valorizar a cidadania como:

A expressão de ação, de quem não espera acontecer, exercendo papel criativo e livre na construção de uma nova sociedade [...] não é o Estado que salva a sociedade, é o cidadão que impõe uma política ao Estado democrático onde apessoa mais importante não é o Presidente da República, é o Cidadão.” (VIANA, Vídeo Cultura Organizacional. Rio de Janeiro, 1996)

Lembra o sociólogo que o cidadão constrói a democracia representativa quando delega poderes ao Estado, pelo voto, para que o Estado possa gerir os recursos sociais a serviço da comunidade. Não é o fato de a comunidade ser um universo fisicamente menor do que o dos grandes centros urbanos que dispensará o jornalista ou comunicador comunitário de uma boa pauta e de uma boa agenda com nome, endereço e telefone de seus contatos. Sugere que os comunicadores ou jornalistas estejam bem informados e sejam pessoas integradas e bem relacionadas.

O jornalismo comunitário, como é atualmente conhecido, foi intensamente impulsionado pelo advento das novas tecnologias de comunicação (como internet, telefonia móvel e computadores portáteis), que tornaram mais acessível a produção de conteúdo para as mídias (por exemplo, usando a editoração eletrônica para confeccionar jornais em casa e o correio eletrônico para distribuí-los). Além disso, nas últimas décadas do século XX houve um forte aumento dos trabalhos de organizações não-governamentais no treinamento e incentivo à formação de mídias em comunidades carentes.

3.2 Contexto sociogeográfico da Vila Esperança

A Rádio Esperança FM 87,9 situa-se na Vila Esperança, em Cubatão, Estado de São Paulo. Cubatão está localizada na área da Baixada Santista, denominada, atualmente, Costa da Mata Atlântica, a 57 km de distância da capital de São Paulo e a 16 km de Santos. Limita-se com os municípios de Santos, São Vicente, Santo André e São Bernardo do Campo.

A história de Cubatão tem seu início a partir da doação de sesmarias pelo donatário Martim Afonso de Souza em benefício de Rui Pinto, no ano de 1533, e de Antonio Rodrigues de Almeida, em 1556, e da concessão de terras, ao sul do rio Cubatão, a colonos comuns e aos Jesuítas. No século XVII, com o início do funcionamento do Porto Geral de Cubatão, desenvolveu-se um povoado que passou a ser conhecido pelo nome de Cubatão. Em 12 de fevereiro de 1867, foi inaugurada a estrada de ferro São Paulo Railway¹.

Pode-se considerar o início da industrialização de Cubatão em 1918, com a instalação da Companhia Santista de Papel, conhecida como Fabril. Em torno das indústrias surgiram pequenas vilas, conhecidas como vilas operárias, que eram geralmente formadas por imigrantes vindos de Minas Gerais e Nordeste brasileiro. Em 1925, iniciou-se a construção da

¹ Fontes: <http://www.rfsa.com.br> e Boletim Informativo da PMC, 2002.

Light, que foi a primeira hidroelétrica de Cubatão, conhecida hoje como Usina Henry Borden (COUTO, 2003, p. 44). Em 1939, começaram as obras da Via Anchieta na Serra do Mar e foram concluídas em 1947. Nesse período, nas margens das estradas e das encostas, surgiram muitos acampamentos e ocupações ilegais que deram origem aos bairros. Em 1949, Cubatão, que até então era distrito de Santos, foi elevado à categoria de município. Em 1950, teve início a construção do oleoduto Santos/São Paulo. Ainda em 1950 teve início a refinaria Presidente Arthur Bernardes.

O processo de industrialização trouxe como consequência a criação de grandes favelas que se instalaram nos mangues e nas marginais das ferrovias no início da década de 1960. O processo de industrialização e a internacionalização da indústria e do capital nacional trouxeram graves consequências para a população trabalhadora, que, aos poucos, foi pressionada a buscar espaço em bairros e mangues mais distantes.

Nesse contexto, surgiu a Vila Esperança, em meados da década de 1970. O nome da Vila foi inspirado em um bichinho, semelhante ao gafanhoto, recorda José Severino da Silva, conhecido por *Seu Miúdo*, que é liderança local:

O nome Vila Esperança é porque quando eu vim pra cá tinha muito daquele grilinho esperança [...] Daqui pra lá era só mato, tinha essa estradinha que ia beirando a linha férrea e isso aqui era pedrisco, então todo mundo vinha de bicicleta aqui e os grilo iam passando dum lado pra outro; aí chamava esperança porque ele é verdinho. O grilo verde é esperança. (José Severino da Silva)

O bairro Vila Esperança está situado paralelamente à rodovia Padre Manoel da Nóbrega, entre os trilhos de Ferroban – Ferrovia Bandeirante S/A e o mangue do Rio Paranhos, entre a Rodovia dos Imigrantes e a Via Anchieta, e estende-se desde o bairro de Vila Natal até a divisa do Município de Cubatão com São Vicente, abrangendo um terreno de 316.176,54 m², localizado sobre manguezais.

Parte desse terreno está aterrado, devido, inicialmente, à construção de um ramal ferroviário, de propriedade da Ferrobán, e, posteriormente, à ocupação pelos próprios moradores, que tiveram de aterrar a região para ocupá-la.

Foto: Juçara T. Zottis



Vista parcial da Vila Esperança, Cubatão/SP.

Em 1992 foi criada a Sociedade de Melhoramentos da Vila Esperança, Someve. Inicia-se uma nova fase na vila. A população começou a se organizar em torno da associação, que passou, aos poucos, a ter voz e respeitabilidade diante das autoridades e equipamentos públicos. As decisões são tomadas em assembléias. Ofícios são enviados à Prefeitura, com reivindicações a partir das urgências e necessidades da população, como recorda José Severino:

Os moradores da Vila Esperança constituíram o seu espaço. Aos poucos transformaram uma região inabitada em uma área habitacional, considerada a mais populosa de Cubatão. Além da Vila Esperança, com os sucessivos aterramentos, surgiram mais dois núcleos

urbanos dentro da vila: o Sítio Novo e Ilha Bela. O Sítio Novo começou a ser formado em 1991, e Ilha Bela no final de 1995. (José Severino da Silva)

Atualmente, a Vila Esperança possui, segundo levantamento feito pela associação, cerca de 15 mil habitantes. Hoje a vila conta com: açougue, bar, banca de jornal, ponto final de ônibus, bazar, casas de material de construção, farmácia, feira aos domingos, locadora de filmes, mercados, oficinas de automóveis e bicicletas, padarias, pastelaria, salão de beleza e tapeçaria.

O sistema de esgoto foi construído pelos moradores da própria vila, e atualmente, 44% da população possuem sistema de esgoto. A coleta de lixo agora é realizada diariamente. Quanto ao desemprego, há 13,47% de desempregados na Vila Esperança, seguida pelo bairro Vila dos Pescadores, com 10,44%. A taxa de analfabetismo na vila é de 26,12%, e no município é de 20,68%. A densidade populacional é de 11,80% dos moradores do município, seguido pelo bairro Vila Nova com 11,52% (SEADE, 2004).

As associações nesses bairros tiveram importante papel de mediadoras nas lutas que reivindicavam junto ao poder público pelos direitos básicos da população.

Atualmente a vila possui uma escola de ensino fundamental, uma de educação infantil e uma creche. A Associação, de uma ou outra forma, mediu benefícios aos moradores. Lembramos alguns projetos: Projeto BB Educator, desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil; e Projeto Complemento Escolar, uma parceria com a empresa privada Terracom, responsável pela coleta do lixo na Baixada Santista. Trata-se de um complemento no estudo a língua inglesa para os alunos entre doze e dezessete anos. Há também o Projeto Nosso Pão, em parceria com a prefeitura de Cubatão e empresas privadas Ultragás e Bunge; o Programa Mamãe eu Quero, de complementação alimentar, que oferece um kit alimentação básico doado pela prefeitura municipal; o Projeto ABC da Informática, idealizado por Agnaldo José Parreira de Oliveira, assistente de negócios do Banco do Brasil; o Projeto Fábrica da Comunidade Perto de Você, uma parceria com a prefeitura e a empresa Locaminas, que doou eletrodomésticos e utensílios de cozinha. Ainda há o Projeto Agente Jovem do Governo Estadual, instalado por intermédio dos Ministérios da Ação social; e o Programa Saúde da Família do Governo Federal. (José Severino da Silva)

3.2.1. A fundação da Rádio Nova Esperança FM 87,9

A Rádio Nova Esperança FM 87,9, fundada em 15 de novembro de 2003, fica na avenida principal Vila Esperança, Cubatão/SP, e pertence à Associação Rádio Comunitária Nova Esperança. Seu diretor presidente é José Severino da Silva.

Foto: Juçara T. Zottis



Estúdio da Rádio Nova Esperança FM 87,9.
José Severino da Silva (Miúdo) no programa “A Voz da Comunidade”.

A emissora definiu sua linha editorial pautada em 12 mandamentos que envolvem a comunidade. A programação da emissora é pautada a partir desses “mandamentos”, que nada mais são do que temas ligados às necessidades da vida da comunidade, a saber: *emprego, saúde, educação, transporte coletivo e alternativo, esporte e lazer, habitação, desenvolvimento social, cultura, crianças, adolescentes e idosos, segurança, meio ambiente, cidadania*. Grande parte de sua programação é gravada, para favorecer a participação de profissionais voluntários da saúde, do direito e lideranças que não têm tempo para participar

do programa ao vivo, no estúdio. Os temas ou assuntos a serem abordados na emissora devem de alguma forma estar ligados aos 12 mandamentos eleitos como linha editorial da emissora.

3.2.2. Grade de programação da Rádio Nova Esperança FM 87,9

De segunda a sexta-feira

Horário	Locutor/operador de áudio	Programa
das 06h00 às 08h00	Equipe de voluntários do AA	Alcoólicos Anônimos (AA)
das 08h00 às 08h30	Programa temático gravado ²	
das 08h30 às 09h30	Jose Severino (Miúdo)	A Voz da Comunidade
das 09h30 às 10h30	Jovens da comunidade e crianças	A Voz da Criança
das 10h30 às 12h00	José Luis Barbosa	A Voz da Esperança
das 12h00 às 14h00	Operador de áudio ao vivo ³	Variedade musical
das 12h30 às 13h00	Programa temático gravado	
das 14h00 às 16h00	Operador de áudio ao vivo	Variedade musical, mensagens de auto-estima, apoios culturais
das 14h30 às 15h00 e das 15h30 às 16h00	Programa temático gravado	
das 16h00 às 18h00	Aguinaldo Araújo	A Voz da Cidadania
das 17h00 às 17h30	Programa temático gravado	
das 18h00 às 20h00	Operador de áudio ao vivo	Musical, vinhetas, apoios culturais
das 18h30 às 19h30	Programa temático gravado	
das 20h00 às 22h00	Geraldo Silva	Musical – Brega/Forró
das 21h00 às 21h30	Programa temático gravado	
das 22h00 às 23h00	Maria José Pereira Semprebom	Salada Musical – Cantinho do amor
das 23h00 às 23h30	Programa temático gravado	

Sábado

Horário	Locutor	Programa
---------	---------	----------

² O programa temático é gravado por agentes qualificados em cada assunto e tem duração média de 30 minutos. Aborda temas relacionados aos 12 mandamentos da Rádio Esperança e é veiculado durante a programação diária.

³ Voluntários que operam a emissora, colocam no ar os programas gravados e fazem técnica para os programas ao vivo quando necessário. São responsáveis pela seleção da variedade musical. Atendem ao telefone e as pessoas que vão até o estúdio da rádio.

das 08h00 às 10h00	Wandir BR	Evangélico
das 10h00 às 12h00	Operador de áudio ao vivo	Variedade Musical
das 11h00 às 11h30	Programa temático gravado	
das 12h00 às 14h00	Equipe de crianças – Cristiano	Rádio Criança
das 14h00 às 17h00	Operador de áudio ao vivo	Variedade Musical, apoios culturais, Recados da comunidade.
das 17h00 às 19h00	Jose Severino da Silva (Miúdo)	Fala Povo – Programa de entrevista com ouvintes
das 19h00 às 20h00	Programa temático gravado	
das 20h00 às 24h00	Geraldo e Maria José Pereira	Salada Musical

Domingo

Horário	Locutor	Programa
das 07h00 às 09h00	Equipe do A.A	AA – Alcoolismo
das 08h00 às 10h00	Wandir BR	Programa religioso
das 10h00 às 12h00	Jovens do bairro	Manhã jovem
das 12h00 às 14h00	Equipe de Crianças e Cristiano	Rádio Criança
das 14h00 às 17h00	Chimére	Musical Brega
das 17h00 às 20h00	JB	Forró/Country
das 22h00 às 24h00	Geraldo e Maria José Pereira	Salada Musical

3.2.3 Conteúdo e estrutura dos programas da Rádio Nova Esperança FM 87,9

Programa e horário	Descrição do programa
Alcoólicos Anônimos (AA) das 06h00 às 08h00 de segunda a domingo	O programa é apresentado por uma equipe do AA, que se reveza para a apresentação dos programas. O programa aborda temas ligados ao alcoolismo e à dependência e formas de auto-ajuda.

Programa temático gravado Veiculado diariamente durante os diversos programas da emissora.	O programa temático é gravado por agentes qualificados em cada assunto e tem duração média de 30 minutos. Aborda temas relacionados aos 12 mandamentos da Rádio Esperança e são veiculados durante a programação diária.
A Voz da Comunidade das 08h30 às 09h30 de segunda a sexta	O programa é apresentado por Jose Severino (Miúdo). Trata-se de um programa que tem uma linha editorial definida que segue “os doze mandamentos da comunidade, envolvendo a cidade”: emprego, saúde, transporte coletivo e alternativo, esporte e lazer, habitação, desenvolvimento social, cultura, crianças, adolescentes e idosos, segurança, meio ambiente e cidadania. Esse programa incentiva e divulga trabalhos comunitários como: festas, cursos, atividades culturais, mutirões, reuniões, memória histórica, incentiva a participação do povo em campanhas, movimentos populares e informa a população. É um programa de entrevistas com os profissionais de saúde, educação, direito, funcionários públicos etc.
A voz da Criança das 09h30 às 10h30 de segunda a domingo	O programa é apresentado por jovens da comunidade, que participam de projetos desenvolvidos pela Associação Melhoramentos. O programa envolve as crianças e adolescentes, que falam das atividades do seu dia-a-dia e o que aprendem nos projetos de que participam.
A Voz da Esperança das 10h30 às 12h00 de segunda a sexta	O programa é apresentado por José Luis Barbosa (músico), membro da Igreja Batista. A programação tem mensagens evangélicas e música gospel.
Variedade musical Veiculado em diversos horários da programação	O programa é apresentado pelos operadores de áudio. É composto por uma seleção de músicas de diversos gêneros, além de veicular os recados da comunidade, apoios culturais e vinhetas.
A Voz da Cidadania das 16h00 às 18h00 de segunda a sexta	O programa é apresentado por Aguinaldo Araújo. Apresenta uma pauta diversificada. Aborda o trânsito, o tempo, o atendimento à saúde e os direitos dos cidadãos. Em geral, é um programa de prestação de serviço.

Musical Brega/Forró das 20h00 às 22h00 de segunda a sexta	O programa é apresentado por Geraldo Silva, que toca forró, faz entrevistas com os moradores e atende a pedidos de ouvintes.
Salada Musical – Cantinho do Amor das 22h00 às 23h00 de segunda a domingo	Apresentado por Maria José Pereira, o programa tem característica romântica, em que se lêem cartas dos ouvintes. Conta histórias de amor. Tem até o “currículo do amor” (divulgar o perfil das pessoas que procuram um parceiro(a)). Toca músicas românticas.
Evangélico das 08h00 às 10h00 sábados e domingos	Apresentado por Wandir BR, o programa traz reflexões e mensagens religiosas e orações para os ouvintes e necessitados. Toca música evangélica. Atende ouvintes pelo telefone.
Fala Povo das 17h00 às 19h00 sábados	O programa é apresentado por Jose Severino da Silva (Miúdo), que realiza entrevista com ouvintes sobre acontecimentos da semana, solicita opinião sobre determinados temas e passa recados e programação das atividades para os moradores.
Manhã jovem das 10h00 às 12h00 domingos	O programa é apresentado por jovens que participam dos projetos da Sociedade de Melhoramentos. Entrevistam jovens, que falam sobre drogas, sexualidade, amor, gravidez na adolescência, namoro etc. Atendem ouvintes por telefone. Tem participação de jovens no estúdio. Toca músicas diversas.
Musical Brega das 14h00 às 17h00 domingos	O programa é apresentado por Chimére (nome artístico). É voltado para o público adulto. Toca músicas brega, atende aos pedidos de oferecimento de música, conta a história dos artistas bregas. Também veicula os recados da comunidade, principalmente a programação artística e cultural da região.
Forró/Country 17h00 às 20h00 Domingo	É apresentado por JB (nome artístico) e voltado para o público adulto. Forró e música sertaneja – Country. Atende aos pedidos de oferecimento de música. Também faz entrevistas com artistas populares da região, transmite os recados da comunidade e veicula apoios culturais.

3.3 Contexto do Distrito de Brasilândia

A Rádio Cantareira FM pertence à Associação Cantareira, que atua nos bairros no distrito de Brasilândia, na região noroeste da cidade de São Paulo. A Brasilândia foi loteada em 1947, originando-se de um antigo sítio pertencente a Basílio Simões e vendido à Empresa Brasilândia de Terrenos e Construções.

Foto: Juçara T. Zottis



Vista Parcial da Vila Terezinha, Jardim Damasceno e Jardim Carumbé, no Distrito de Brasilândia, São Paulo, capital.

Os primeiros moradores do loteamento vieram das moradias populares e cortiços existentes no centro da cidade, demolidos para dar lugar às avenidas São João, Duque de Caxias e Ipiranga, durante gestão do prefeito Prestes Maia. Também vieram para a Brasilândia, na década de 1950, imigrantes portugueses e italianos que chegaram a São Paulo, além de interioranos do estado de São Paulo (de Jaú, Pederneiras e Bariri). Esse distrito da Brasilândia constituiu-se como região dormitório, ou seja, as pessoas moram nesse local, mas trabalham no centro da cidade e em municípios vizinhos.

A partir da década de 1960 surgiram os bairros adjacentes, como vila Santa Teresinha, os Jardins Carumbé, Damasceno e Vista Alegre, entre outros. Todos eram bairros que surgiram com a ocupação de famílias que não tinham outros locais para morar. Os moradores precisaram se organizar em muitas lutas, pois não havia água, luz, asfalto, escola ou transporte coletivo; as melhorias que existem atualmente foram fruto da ação e da pressão dos moradores diante dos órgãos do poder público.

Atualmente, o distrito conta com 246.929 habitantes⁴ e está nos pés da Serra da Cantareira, a maior floresta urbana do planeta, onde está situado o sistema Cantareira, que abastece mais de 53% da água potável da cidade de São Paulo. O entorno da Serra e os rios estão com pouca vegetação em suas margens e os córregos estão assoreados e recebem grande parte do esgoto dos bairros sem urbanização.

A população local é constituída principalmente por migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil. O nível de escolaridade é baixo: 28,05% dos homens e 29,55% das mulheres analfabetos ou estudaram até três anos⁵. A renda média mensal dos chefes de família é de R\$ 666,00, sendo 58% da população de baixa renda⁶. A taxa de desemprego no distrito chega à quase 55% da população maior de 16 anos.

No que tange à violência na Região Metropolitana de São Paulo, mais da metade das mortes na faixa etária de 15 a 19 anos se dão por causas externas (violência, acidentes, tráfico de drogas). No distrito da Brasilândia, o número de homicídios por 100 mil habitantes é de 84,04⁷.

Nesse distrito, são poucos os espaços de lazer, como quadras de esportes, praças, parques e centros culturais públicos e 80% da população afirmam ter de buscar opções de lazer fora do distrito⁸. O distrito da Brasilândia ocupa o 21º lugar em termos de qualidade de vida, sendo o 9º pior distrito em desenvolvimento humano e 6º pior em inclusão social⁹.

⁴ Fonte: www2.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spfo/dados. Acesso em: 21 maio 2006.

⁵ Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Projeto Brasilândia: levantamento socioeconômico, São Paulo, 2000.

⁶ *Época*, n. 208, maio de 2002.

⁷ *Época*, n. 208, maio de 2002. p. 55.

⁸ Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Projeto Brasilândia: levantamento Sócio-econômico, São Paulo, 2000.

⁹ Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo. São Paulo, 1996.

3.3.1 Histórico da Rádio Cantareira FM 107,5

O início das atividades da Rádio Cantareira é relatado por uma de suas co-fundadoras, Juçara Terezinha Zottis:

A rádio comunitária Cantareira FM nasceu da necessidade de comunicação no contexto popular da periferia. Este projeto teve início em 1995, no Jardim Vista Alegre, região noroeste da cidade de São Paulo. O processo que desencadeou a instalação da rádio durou alguns meses, porque houve consultas às comunidades, as quais se manifestaram favoráveis à idéia de construir uma rádio comunitária, mesmo sem ter noção da possibilidade real de se instalar uma emissora na periferia. Diante do parecer favorável das comunidades, grupos culturais, associações comunitárias e lideranças organizou-se uma comissão com representantes destes seguimentos das comunidades, dos grupos culturais, das pastorais e dos movimentos sociais para a viabilização do projeto de comunicação alternativa. Uma das primeiras ações da comissão foi pesquisar projetos de rádios comunitárias para obter noções básicas sobre a filosofia da rádio comunitária, a grade de programação e os equipamentos necessários para a sua instalação. Levando em consideração a realidade sócio-cultural da região noroeste – uma das mais pobres e com maior índice de violência da cidade – a comissão elaborou o primeiro projeto de rádio comunitária da região. Com uma marca crítica e visando promover à dignidade e a cidadania, neste contexto, a rádio foi ao ar no dia oito de setembro de 1995, às 18h24 min. (Juçara Terezinha Zottis)¹⁰

Após alguns meses de funcionamento da Rádio Cantareira, em 6 de fevereiro de 1996, foi fundada a Associação Cantareira, que passou a ser responsável pela rádio. A associação não se limita a atuar apenas com a rádio, tendo por missão desenvolver projetos alternativos nas áreas de comunicação e educação popular, educação ambiental capacitação de jovens, mobilização e participação social.

No começo, a rádio teve dificuldades para elaborar e realizar conteúdos, redação de textos, locução, operação de áudio, linha musical, produção e apresentação de programas em equipe etc. Para garantir a proposta comunitária, foi preciso investir na capacitação das equipes e pessoas envolvidas.

¹⁰ Juçara Terezinha Zottis é coordenadora de projetos da Associação Cantareira e da rádio comunitária.

Foto: Juçara T. Zottis



Encontro de formação dos comunicadores da Rádio Cantareira FM. Maio de 2006.

A capacitação das pessoas foi um marco importante no processo inicial da organização da rádio comunitária para contribuir no processo de pensar sobre o que é um projeto comunitário de comunicação, a sua incidência na vida do povo e a formulação da linha editorial. Para tanto, criou-se o primeiro curso de comunicação para radialistas, que foi desenvolvido entre os meses de outubro a dezembro de 1995, com 60 horas de duração. Participaram desse curso 65 pessoas. O curso de comunicação passou a ser promovido anualmente e tornou-se um critério básico para quem quisesse fazer parte da equipe da rádio e produzir programas na emissora.

A experiência da Cantareira FM, tem procurado mostrar que a rádio comunitária democratiza a comunicação na medida em que proporciona espaço para o debate sobre múltiplos temas, favorece o diálogo e veicula informações de interesse local. Ela também estimula a organização do povo e a participação nas lutas por melhores condições de vida. Por meio de sua diversificada programação, a rádio interage com a população em assuntos relacionados à política, lutas populares, sexo, meio ambiente, direitos do cidadão, campanhas humanitárias, religião, educação, alimentação, higiene, cultura etc. (Juçara Terezinha Zottis)

Atualmente, integram a equipe de comunicadores da rádio comunitária Cantareira FM cerca de 40 pessoas voluntárias que acreditam nessa proposta de comunicação. São

jovens e adultos, professores, estudantes e trabalhadores que dedicam algumas horas por semana, gratuitamente, para produzir e apresentar programas na emissora.

A programação da rádio exige dos comunicadores qualificação, responsabilidade e perseverança. Contudo, mesmo assim, há uma constante renovação da equipe, o que requer contínua reflexão e renovação da capacitação sobre o processo de comunicação comunitária.

[...] a equipe se reúne uma vez por mês para avaliar questões relacionadas à programação, organização interna e sustentação financeira do projeto. Este espaço é fundamental para assegurar os princípios e o exercício da comunicação democrática que, na verdade, estão na contramão da história. Por isso, é preciso ter consciência pelo fato de ser um trabalho voluntário, que não deve ser feito de qualquer maneira. É necessário primar pela qualidade da programação e evitar tendências de ibope ou promoção pessoal, a qualquer custo. Não estando presos ao ibope, fazemos sondagem empírica pela participação dos ouvintes, referência do povo a programação da emissora e trabalhos de pesquisa que são desenvolvidos por universitários sobre a emissora. (Juçara Terezinha Zottis)

Como em tantas outras experiências congêneres, as dificuldades são muitas. Durante os 10 anos da Rádio Cantareira, muitos desafios foram enfrentados, porém ainda há muitas barreiras a serem vencidas, conforme conta Juçara Terezinha Zottis:

Hoje o projeto da rádio é uma realidade e tem possibilidade de sustentabilidade tanto do ponto de vista da programação como financeira. Mas estes dez anos também foram pautados por diversas dificuldades como a repressão da Anatel e da Polícia Federal, a criminalização das rádios pelas rádios e TVs comerciais e a dificuldade de conseguir a autorização do Ministério das Comunicações para funcionar como rádio comunitária. Durante esses dez anos de funcionamento da emissora, foi necessário adotar algumas estratégias, diante das perseguições da Anatel e da Polícia Federal, o que permitiu que a rádio não fosse fechada. Uma dessas estratégias foi entrar no ar durante a semana a partir das 18 horas.

Outra dificuldade no movimento de luta pela regulamentação das rádios comunitárias foi lidar com as rádios que se dizem comunitárias, mas não tem o projeto comunitário, bem como é bastante difícil mobilizar a comunidade em defesa da regulamentação da rádio e pela luta da democratização da comunicação. Internamente há pressão por parte de alguns comunicadores para aumentar a potência da rádio, a exemplo de rádios comerciais. Faltam recursos financeiros para melhorar os equipamentos da emissora, pagar luz, telefone, água e de contratar assistência jurídica para orientar quanto à documentação e do processo da emissora.

O relacionamento dos membros da equipe, em certos momentos foi conflitivo, principalmente quanto à proposta de rádio comunitária, que não visa lucros e os programadores precisam ser voluntários, ou seja, não poderiam transformar os programas em projetos pessoais e fonte de renda. Outra dificuldade deu-se quando começamos a informatizar a rádio, e 85% da equipe não sabia mexer com os programas básicos do computador, isso passou a ser uma preocupação e tivemos que dar formação na área técnica, ou seja, ensinar a operar os programas de áudio. Enquanto isso, foi necessário manter todo o equipamento analógico funcionando, para não perder as pessoas que não sabiam trabalhar com o computador. (Juçara Terezinha Zottis)

A Rádio Cantareira construiu, nesses 10 anos de história, um projeto com missão e objetivos claros. Segundo Juçara Terezinha Zottis, esse processo foi feito de maneira coletiva e com a participação da comunidade e de toda equipe dos comunicadores que atua na emissora.

A rádio tem por missão desenvolver um projeto de comunicação alternativa – rádio comunitária – contribuir para a democratização dos meios de comunicação tendo em vista mediar a voz do povo, das comunidades e organizações populares; proporcionar, informação, cultura, entretenimento; ser um laboratório de aprendizado em rádio. (Regimento Interno da Rádio Cantareira)

Os objetivos da rádio Cantareira são:

- a) Ser um veículo de comunicação alternativo que favoreça o exercício da cidadania;
- b) Possibilitar aos ouvintes a informação e a versão críticas e coerentes dos fatos locais, nacionais e internacionais;
- c) Ser um espaço de debate, diálogo, questionamento da realidade sócio-política, econômica, religiosa e cultural do país e da América Latina;
- d) Veicular notícias, reportagens e entrevistas, documentários referente às lutas e organizações do povo que visa a melhoria da qualidade de vida;
- e) Estimular por meio dos programas a organização do povo e o fortalecimento das organizações populares que lutam por uma sociedade justa;
- f) Manter a independência e coerência quanto à programação e a versão dos fatos;
- g) Possibilitar aos estudantes um referencial de pesquisa onde o povo é sujeito do projeto e que tem uma proposta de comunicação alternativa;
- h) Garantir capacitação permanentemente com cursos, oficinas, seminários com os comunicadores que atuam na equipe de programação da emissora visando a construção de

uma linguagem própria de uma comunicação alternativa; (Regimento Interno da Rádio Cantareira)

Foto: Juçara T. Zottis



Estúdio da Rádio Cantareira FM 107,5
Locutor: Edwin Soria, do programa “La Voz da América”

3.3.2. Grade de programação da Rádio Cantareira FM 107,5

Segunda-feira

Horário	Programa	Locutor
18h00	Ave Maria	Antonio Francisco
18h20	Espaço das Comunidades	Antonio Francisco
19h00	Alegria Geral	Alberto dos Anjos
das 20h00 às 22h00	Agito Geral	Daniel Henrique e equipe

Terça-feira

18h00	Ave Maria	Juçara e equipe
18h20	Espaço das Comunidades	Pe. Bragheto
19h00	Musical MPB	Gravado
das 20h00 às 22h00	Magia Musical	Aguinaldo Rigatti

Quarta-feira

18h00	Ave Maria	Pastoral da Criança/Catarina
18h20	Espaço das Comunidades	Pastoral da Criança/Catarina
19h00	Musical MPB	Gravado
20h00 às 22h00	Você Sabia?	Anilson Brito/Neco Silva

Quinta-feira

18h00	Ave Maria	Juçara e equipe
18h20	Espaço das Comunidades	Juçara e equipe
das 19h00 às 22h00	Amizade Aberta	Anderson Braz

Sexta-feira

18h00	Ave Maria	Marlene e Equipe
18h20	Espaço das Comunidades	Marlene/Terezinha

das 19h00 às 22h00	La Voz de América	Edwin Soria
Sábado		
07h00	Festa Sertaneja	Osny Salvador
09h00	Meu Caro Amigo	Gilberto Cruz
10h00	Programa de informes	Equipe da rádio
11h00	Comunicação e Saúde	Regina, Ari e Rafael Galvão:
13h00	Pense e Dance	Geneis Maciel
14h00	Dance e Balance	Anilson Brito
16h00	Magia Musical	Equipe: Guina, Jorge, Ronaldo
18h00	Ave Maria	Juçara
18h20	Espaço das Comunidades	Juçara e equipe
19h00	Point 2000 versão 2005	Anderson Pinheiro
das 20h00 às 22h00	Corujão Sertanejo	Luiz Sebrian/Assis
Domingo		
07h00	Sucesso na Cantareira	Formigão/Souza
09h00	Doce Saudade	Formigão/Souza
11h00	Dinamite de Amor	Nelson Sampaio
13h00	Forró Gostoso	Jorge dos Santos
14h00	Postal Sonoro	Jorge dos Santos
15h00	Moacir Silva	Moacir Silva
18h00	Ave Maria	Juçara
18h20	Espaço Comunidades	Juçara
19h00	Golacho	Daniel Henrique e Equipe
das 20h00 às 22h00	Tempos Dourados	Luiz Sebrian
Estúdio de gravação¹¹		
Dia	Horário	Locutor
Sábado	das 10h00 às 17h00	Wanderson Cruz
Segunda/quarta/sexta	das 14h00 às 17h00	Josilaine Basseto de Lemos
Quinta/sexta	das 14h00 às 17h00	Felippe Camilo

3.3.3 Conteúdo e estrutura dos programas da Rádio Cantareira FM, 107,5¹²

Programa e horário	Descrição do programa
O Momento da Ave Maria das 18h00 às 18h20 diariamente	O programa é apresentado por pessoas da comunidade: Luzinete Góes, educadora popular de alfabetização de adultos; Mariane Góes, 12 anos, filha de Luzinete; Jair, jovem membro de um grupo de jovens da Igreja Nossa Senhora das Graças; João de Jesus, deficiente visual e membro Igreja Nossa Senhora das Graças; Juçara Terezinha Zottis, membro da Associação Cantareira; Marlene Francisca, membro da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe; Catarina dos Santos, membro da Pastoral da Criança, Antonio Francisco, membro da Igreja São Francisco de Assis. O programa se caracteriza por trazer a oração da Ave Maria, a leitura e reflexão de um texto bíblico, com ênfase na teologia da libertação.

¹¹ O estúdio é um espaço a parte da rádio e funciona como apoio para gravações (vinhetas, spots, apoios culturais) utilizadas na programação da emissora. É um espaço que os demais projetos da Associação Cantareira e a comunidade em geral utilizam para produzir e gravar materiais como pequenos programas educativos, músicas, peças de teatro, informes etc.

¹² Todos os programas estão abertos para reportagens por telefone, a qualquer momento.

Espaço das Comunidades das 18h20 às 19h00 diariamente	Equipe de apresentadores: Segunda-feira: Luzinete Góes, educadora popular de alfabetização de adultos. Terça-feira: Anderson Bueno, da Pastoral da Juventude. Quarta-feira: Catarina dos Santos, da Pastoral da Criança. Quinta-feira: Juçara Terezinha Zottis, da Associação Cantareira. Sexta-feira: Marlene Francisca, membro da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe. Sábado e domingo: Juçara Terezinha, membro da Associação Cantareira. É um programa em dois momentos: os primeiros 30 minutos são destinados à apresentação de um tema específico e os 10 minutos seguintes são dedicados às notícias das comunidades e da região. Em cada programa é tratado um tema que envolve a vida das comunidades, entidades sociais, pastorais, movimentos. Muitos são pautas que as lideranças comunitárias enviam para a rádio, outras são suscitadas nas reuniões da equipe e do conselho comunitário ou comentários das lideranças. Aos sábados é sobre a liturgia da Igreja Católica. A participação da comunidade acontece por meio de entrevistas no estúdio, por telefone ou por carta. Também há gravações externas sobre o tema. Durante os 30 minutos também são veiculados <i>spots</i>, programetes e vinhetas institucionais ou produzidas anteriormente sobre temas de cidadania, além de três ou quatro músicas com conteúdo ligado ao tema. Momento das notícias da Comunidade As notícias são acontecimentos das comunidades das igrejas locais, pastorais, movimentos populares, entidades sociais, projetos que vão acontecer. Também são veiculados anúncios de emprego e outros. São em média 15 a 20 notícias por dia em blocos intercalados por <i>spots</i> e vinhetas institucionais.
Esporte e informação das 19h00 às 20h00 segunda e quarta-feira	O programa é apresentado por Reinaldo Santos, professor de futebol, e um grupo de jovens que fazem parte da equipe de futebol. O programa aborda a temática do esporte com ênfase para o futebol. São tratados informações dos times locais e campeonatos regionais. O futebol brasileiro é comentado com convidados no estúdio. Toca os hinos dos clubes, música Black. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Magia Musical das 20h00 às 22h00 segunda e terça-feira	O programa é apresentado por Aguinaldo Rigatt, técnico químico; Ronaldo Lemos, pedreiro, e Jorge Reinaldo, educador social. O programa aborda temas ligados à juventude e à organização das instituições sociais. Intercalado com música samba-rock. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
De Volta ao Passado das 20h00 às 22h00 quarta-feira	O programa é produzido e apresentado por Anilson Brito, carteiro, e Neco Silva, encarregado de gráfica e cantor popular. O programa toca músicas do passado. Em sua maioria são pedidos dos ouvintes que ligam para o programa para conversar sobre temas que recordam o passado. É um programa para o público da 3ª idade. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Amizade Aberta das 19h00 às 22h00 quinta-feira	O programa é produzido e apresentado por Anderson Braz, corretor de planos de saúde e membro da Pastoral da Comunicação da Região Brasilândia. Faz comentários sobre saúde, trabalho, comunicação, educação, família, esporte, lazer, comportamentos, sexualidade e outros. Uma vez por mês, faz um debate sobre o tema mais solicitado pelos ouvintes do programa e convida outros comunicadores. O estilo musical é axé, sertanejo romântico, dance e black. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.

La Voz da América das 19h00 às 22h00 sexta-feira	O programa é produzido e apresentado por Edwn Sória, boliviano, auxiliar de escritório, membro da Pastoral do Imigrante. O programa é apresentado em espanhol e direcionado à vida do povo latino que vive no Brasil. Na Brasilândia há muitos peruanos, bolivianos, argentinos, paraguaios, colombianos e outros latinos. Muitos latinos em situação de irregularidade ligam para o programa dele para pedir orientações de como fazer para conseguir a permissão. Ele explica como funcionam as relações diplomáticas com cada país. Gênero musical: músicas dos países andinos, folclóricas com mensagens sobre as culturas dos países Latino-americanos. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Festa Sertaneja das 07h00 às 09h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Osny Salvador, vigia. Durante o programa, há mensagens e textos motivacionais, mensagem do amanhecer. Apresenta de hora em hora recados das reuniões, eventos, festas, cursos, cultos etc. O gênero musical é o sertanejo raiz. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Meu Caro Amigo das 09h00 às 11h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Gilberto Cruz, técnico em construção civil e gerente de condomínio, e Meire Cruz, técnica em administração. A cada programa é abordado um tema da conjuntura preparado previamente pelo apresentador e debatido no estúdio com ouvintes e colegas da equipe convidados. As músicas do gênero MPB permeiam o debate com conteúdos que tem haver com o assunto em pauta. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Comunicação e Saúde das 11h00 às 13h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Regina Galvão, enfermeira, Ari Galvão, químico e sindicalista, e Rafael Galvão, 13 anos, filho de Regina e Ari. Gênero musical: MPB, sertanejo raiz e infantil. É um programa que tem por objetivo informar a população de como é possível se prevenir de doenças. Os cuidados com a água, os alimentos, stress, campanhas de vacinação e outros. Também há debates ao vivo no estúdio com pessoas convidadas da comunidade e especialistas em determinados assuntos de saúde. Há também entrevistas gravadas de médicos especialistas sobre o tema do programa. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Pense e Dance das 13h00 às 14h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Genes Maciel, gráfico. Gênero musical: MPB, Chorinho. É um programa que trata dos direitos e informa como o trabalhador pode reivindicar seus direitos no sindicato ou na justiça. Fala da conjuntura política, econômica, religiosa e cultural do Brasil. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Dance e Balance das 14h00 às 16h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Anilson Brito, carteiro. Um programa voltado para o público em geral. Faz debates no estúdio com convidados sobre temas que a comunidade sugere. Apresenta o programa com um sotaque bem baiano. No gênero musical valoriza os cantores regionais, também toca músicas da Bahia que estão nas paradas de sucesso e de outros estados do Nordeste e do Norte. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.

Magia Musical das 16h00 às 18h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Aguinaldo Rigatt, técnico químico, Ronaldo Lemos, pedreiro, e Jorge Reinaldo, educador social. Esse programa valoriza a produção musical local. Trazem bandas e grupos musicais para entrevistas ao vivo no estúdio. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Corujão Sertanejo das 19h00 às 22h00 sábado	O programa é produzido e apresentado por Luiz Sebrían, vendedor, Assis Francisco, mecânico, e Omar Mata, funileiro. Comentam sobre as principais notícias políticas, econômicas, culturais, religiosas que foram destaque na semana. Intercalando com músicas dos anos 70. Tem um quadro da saudade que alguém conta por carta ou telefone, uma história do passado que deixou saudade. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Doce Saudade das 7h00 às 11h00 domingo	O programa é produzido e apresentado por Orlando Garcia, motorista particular, e Oswaldo de Sousa, mecânico. É um programa criativo com personagens virtuais, pois o apresentador é também um humorista. Gênero musical: sertanejo e músicas antigas dos cantores e cantoras que já morreram. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Dinamite do Amor das 11h00 às 13h00 domingo	O programa é produzido e apresentado por Nelson Sampaio, vendedor de automóveis. É um programa estilo “brega”. Tem pouca locução e toca muita música de Amado Batista, Roberto Leal, Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Moacir Franco etc. Destaca notícias do jornal do dia. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Forró Gostoso das 13h00 às 15h00 domingo	O programa é produzido e apresentado por Jorge Santos, taxista. É um programa só de forró. Traz bandas de forró da região que cantam ao vivo. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Moacir Silva das 15h00 às 18h00 quarta-feira	O programa é produzido e apresentado por Moacir Silva, dançarino, Iana Silva e equipe de jovens de um coral. Faz entrevistas com cantores solo, duplas e grupos de diversos gêneros musicais. É um dos programas que os evangélicos mais participam. Toca diversos gêneros musicais como sertanejo romântico, MPB, Gospel etc. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Festa da Cantareira das 19h00 às 20h00 domingo	O programa é produzido e apresentado por Daniel Henrique, técnico em confecção têxtil. É um programa voltado para o público juvenil. Toca todo tipo de música. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.
Show da Noite das 20h00 às 22h00 domingo	O programa é produzido e apresentado por Silvio Araújo, encarregado de almoxarifado. É um programa romântico, com músicas e melodias antigas, em que o locutor declama poemas e lê cartas dos ouvintes que contam histórias românticas. O ouvinte pede a música por telefone. O programa veicula vinhetas da rádio, apoios culturais, <i>spots</i> e algumas notícias e recados gravados.

3.4 Exemplos de atuação das rádios na realidade comunitária local

De acordo com as características comuns apresentadas pelas rádios comunitárias, analisaremos como elas estão inseridas nas suas comunidades, como possibilitam a participação da população e qual sua contribuição na construção da cidadania e da democracia naqueles locais.

A Rádio Esperança surgiu na Vila Esperança a partir da necessidade daquela comunidade, como conta um de seus idealizadores:

Quando eu pensei a sociedade em 1992, na quarta ou quinta reunião, conforme registrado em ata, a gente tinha um sonho de botar voz na comunidade, e a gente chamava a comunidade e dizia: um dia teremos uma rádio comunitária para justamente fazer a informação, levando a informação para a comunidade. Essa foi uma meta, um planejamento que eu coloquei em ata. Depois de dois anos realizamos o sonho da rádio, de levar as informações para a comunidade. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

A Rádio Cantareira FM, também nasceu da necessidade de comunicação das comunidades, dos grupos culturais, das Associações, dos movimentos populares e das organizações que lutam pela qualidade de vida no bairro.

Por ser uma região de periferia, os meios de comunicação convencionais como jornais e rádio não divulgavam as ações da comunidade e o povo não tinha acesso. Havia muita necessidade de comunicação das atividades dos movimentos populares, das pastorais sociais; um grupo de pessoas representantes destes seguimentos se organizou para pensar um projeto de comunicação alternativa. Após um tempo de pesquisa e algumas reuniões, chegamos à conclusão de que a rádio comunitária era o melhor meio para atingir a região. (Juçara Terezinha Zottis, Rádio Cantareira)

As duas rádios têm, portanto, preocupação com o conteúdo de sua programação, para que se consiga tematizar o que se vive na comunidade, a saber, os problemas, as demandas, os projetos individuais e coletivos. Tanto a Rádio Cantareira quanto a Rádio Esperança pertencem a organizações não-governamentais (ONGs) que têm inserção social e atuação quanto a questões de saúde, educação e organização para melhorar a infra-estrutura dos bairros, trazer reflexões e orientações em geral, enfim, informar os moradores. O rádio é, nesses casos, um meio de comunicação que está interligado com as lideranças comunitárias,

com outras organizações da comunidade, como os movimentos populares, e com as lutas e articulações que estes realizam na comunidade.

Eu trago as notícias da cidade, do centro de Cubatão, eu vou lá e participo de todo tipo de reunião que está acontecendo na cidade, nos movimentos populares, o que estiver acontecendo na cidade eu sou comunicado para estar sempre passando para a população. As autoridades também me respeitam nesse sentido, eles me ligam dizem: ‘Miúdo, vai acontecer assim, assim na Prefeitura ou na Cultura ou na Assistência Social’, o que vai acontecer eles me passam, eles sabem que tenho habilidade em me comunicar rapidamente com a cidade. Tudo o que acontece na cidade, eu jogo no ar, eu jogo na Nova Esperança. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

A comunidade é uma fonte rica de acontecimentos que são veiculados na rádio comunitária. Tem muita informação para o rádio. Primeiro tem os acontecimentos das comunidades, como reuniões da saúde, conselhos para acompanhar as escolas, fóruns, reuniões das redes de associações comunitárias, divulgação dos cursos para jovens, eventos culturais e religiosos, enfim, prestação de serviço. As informações chegam até a rádio através dos projetos que são desenvolvidos na própria Associação Cantareira, pelos jornais comunitários e por meio de cada comunicador que na sua maioria também participa de outras atividades no seu bairro e trazem as informações para o rádio. (Juçara Terezinha Zottis, Rádio Cantareira)

A gente aqui se preocupa para não passar muitos comerciais, mas sim informações para a população, tudo que eles querem saber; por exemplo, para as mães, os pais ficar sintonizados nas horas vagas quando eu venho do centro da cidade, qualquer informação eu jogo no ar, então vamos dizer que 50 % escuta e um faz a corrente passando a informação para outro. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

3. 5 A comunidade participa da programação na rádio comunitária

A participação da comunidade na rádio comunitária, seja por carta, telefone ou ao vivo, significa ampliação da voz e da vez dos moradores. Essa participação influi na organização da emissora e na definição da sua linha editorial, além de trazer pautas e temas a serem apresentados e debatidos. A participação implica que a emissora promova formação técnica dos comunicadores comunitários.

Uma das formas de participação da comunidade é por cartas enviadas pelo correio ou entregues pessoalmente para o comunicador, que também é da comunidade, ou diretamente na emissora. São cartas muito importantes, porque pautam o programa e a emissora. Trata-se de uma forma de participação efetiva, pois quem escreve passa da condição de receptor para a de emissor, com poder de inserção de matérias.

Abaixo segue a transcrição de cartas de três ouvintes aos programas da Rádio Cantareira FM, 107,5.

São Paulo, 19 de outubro de 2005

Ao apresentador Gilberto Cruz

Programa: Meu Caro Amigo

Estou escrevendo para dizer que o tema sobre o problema dos esgotos a céu aberto que vocês falaram no programa do sábado passado teve uma repercussão danada aqui na Favela do Icarai onde vivem mais de 2000 famílias.

Aqui as famílias vivem no meio do esgoto. Nós não temos saneamento básico. Os ratos se alimentam do esgoto. Eles aparecem entre os buracos dos canos furados ou quebrados do esgoto.

Mas, gostaria sugerir para os próximos programas que falassem sobre a desnutrição infantil. Aqui na Favela do Icarai são centenas de crianças de 0 a 5 anos que estão abaixo do peso e desnutridas. A Pastoral da Criança não está dando conta de atender tanta criança. Seria bom convidar o pediatra do Posto de Saúde ou a coordenadora de saúde da região para explicar por que a prefeitura não está dando atendimento a estes casos e encaminha para a Pastoral da criança.

Irani da Luz

Líder comunitária da Pastoral da Criança

Telefone: 3923-5443

Prezados apresentadores Ari Galvão e Regina Galvão

Programa Comunicação e Saúde

Sei que o programa Comunicação e Saúde está tratando do câncer de mama. As orientações do programa têm ajudado muitas mulheres aqui da comunidade do Jardim Vista Alegre. Tem umas que criaram coragem e foram marcar o exame de mamografia no posto de saúde. Outras estão fazendo o auto-exame que também

ajuda. Acho que o jeito como vocês falam do assunto não assusta as mulheres, pelo contrário elas encontram coragem para fazer o exame. Muitas não vão fazer o exame de medo.

O problema que eu gostaria que vocês comentassem no programa é a falta de médicos e a demora em conseguir os exames aqui no Posto de Saúde. Não tem outro jeito de fazer os exames. Tem que passar pelo Posto.

Tem mulheres que ficam até cinco meses na fila e depois demora outro tanto para receber o resultado. O exame do papanicolau demora até seis meses para chegar o resultado no posto. Isso está colocando em risco a vida destas mulheres. Além de desanimá-las pela demora.

São Paulo, 20 de dezembro de 2005

Lucivane Pereira de Oliveira

Jardim Vista Alegre

Olá amigos da equipe do programa Espaço das Comunidades

Sou Marinete Barreto, educadora popular e participo da comunidade Nossa Senhora Aparecida.

Estou muito preocupada com o problema da destruição ambiental que está acontecendo na da Serra da Cantareira por causa dos aterros clandestinos aqui no Jardim Damasceno. São caminhões e caminhões de entulho que entram todos os dias no aterro e ninguém faz nada. A prefeitura interditou no dia 3 de setembro as entradas do aterro, chamou a imprensa, fez um estardalhaço, até o secretário do meio ambiente esteve no local. Mas ninguém foi preso e horas depois eles quebraram os obstáculos e continuam até hoje com as atividades.

A população não pode abrir a boca porque são ameaçadas de morte. A prefeitura não garante a fiscalização. Os donos continuam soltos e aprontando no bairro.

Espero que vocês possam falar desse assunto nos próximos programas.

São Paulo, 15 de janeiro de 2006

Marinete Barreto

Jardim Damasceno

Como se pode observar, os ouvintes apontam nas cartas sugestões para próximos programas e também denúncias. Fazem da rádio comunitária uma aliada para expressar a sua

indignação, ampliar a sua voz, fazer protesto e reivindicar os seus direitos. Cobram, pelo rádio, respostas e ações das autoridades para que haja uma interferência na realidade, encaminhamentos de solução para os problemas.

Somente essas três cartas de três bairros, Vila Icarai, Jardim Vista Alegre e Jardim Damasceno, levantam várias pautas e apontam para a realidade em que o povo vive nos bairros. Os temas que aparecem nas cartas são bastante significativos para a vida das pessoas. Quem escreve tem preocupação com a coletividade. Os temas que aparecem são: saúde das crianças, desnutrição infantil, ratos, esgoto, saúde da mulher (o câncer de mama e o exame de mama) e o depósito clandestino de lixo na Serra da Cantareira.

Nas cartas acima decritas há cobrança ao poder público. Isso aparece quando um membro da Pastoral da Criança cobra explicações do posto de saúde em relação às crianças desnutridas. Também há denúncia quanto ao atendimento, no exemplo em que cita o tempo de demora para marcar exames e para receber os resultados.

Observa-se, nas cartas enviadas à Rádio Cantareira, a denúncia sobre o silêncio forçado da população que não pode falar sobre o aterro clandestino de entulho na Serra da Cantareira. Ainda há a denúncia de que a Prefeitura não fiscaliza essa área.

Pode-se perceber que as lideranças dos bairros têm consciência do uso do meio de comunicação popular, não como aquele que soluciona problemas, mas como um aliado, um mediador na luta diária pela melhoria do bairro.

Os relatos de membros das rádios ora analisadas apontam que há um esforço dos líderes dessas emissoras para que esse processo participativo seja efetivado, assim como há um esforço para seja preservado o projeto de comunicação alternativo.

A rádio comunitária é um laboratório de aprendizagem; além das pessoas poderem falar no rádio, elas recebem capacitação na área da comunicação e se envolvem com os problemas da comunidade, da sociedade. Por exemplo: na rádio comunitária há um apresentador que é boliviano e fala em espanhol dos problemas que os países da América Latina estão vivendo e principalmente da imigração latina em São Paulo e a problemática e luta para sua legalização e trabalho aqui. Ele denuncia as condições de trabalho que são submetidos milhares de irmãos bolivianos aqui no Brasil, seja por brasileiros ou pelos próprios bolivianos.

Um aspecto importante que a Rádio Cantareira desenvolve é a formação continuada das equipes de comunicadores. Os cursos também são abertos à comunidade. Temos cursos em nível 1, 2 e 3. Para nos organizarmos e tomar as decisões, a equipe se reúne uma vez por mês para avaliar questões da programação; a organização interna e a sustentação financeira do projeto. São tratados desde como adquirir novos equipamentos ou mandar para o conserto, até novos programadores e programas. Este espaço é fundamental para assegurar o exercício da comunicação democrática. (Juçara Terezinha Zottis, Rádio Cantareira)

José Severino da Silva aponta que a participação efetiva-se principalmente com a ida dos ouvintes diretamente até a emissora, levando recados anotados em papel, ou com a participação por telefone, por gravações de programas com líderes comunitários sobre os projetos sociais desenvolvidos na comunidade e representantes das diferentes áreas do poder público.

O ouvinte fala no ar, ele fala com a voz dele mesmo para a comunidade. Ele é daqui e esta soltando a voz e dizendo para sua comunidade. Jornalismo Comunitário que eu entendo é nós estarmos levando a coisa correta e verdadeiramente para a comunidade, porque às vezes a comunidade está acomodada. Por ela estar acomodada a cidadania não é exercida. Vou dar um exemplo: na UBS [Unidade Básica de Saúde] está lá na recepção o cidadão que ganha pelo município para atender e o cidadão que chega lá às vezes é maltratado, ele não chega lá nem doente, mas por maus tratos sai até doente, com uma dor de cabeça uma enxaqueca, e ele chegando até a nós diz: “ó Miúdo está acontecendo isso, lá na UBS”; eu vou direto no secretário de saúde e conto a ele, mas primeiro, falo no ar para a comunidade, para que todos procurem seus direitos. Todos têm de dizer: eu quero ser bem tratado. Então é isto o que considero jornalismo: é a comunidade participar, é ela estar levando e dizendo a verdade a todos. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

Ainda nos relatos dos membros das rádios se observa a ênfase para um conteúdo de crítica ao poder público, principalmente no que se refere à prestação de serviço e à necessidade de que órgãos do poder público informem os moradores:

Eu me preocupo em levar o jornalismo para essa comunidade. Então nós temos aqui o médico da família, que dá uma entrevista, faz uma palestra, fala sobre AIDS, e a comunidade está ouvindo. Aí vem outro médico que fala da tuberculose. Esse é o jornalismo que eu considero importante ao prevenir a população justamente em relação ao que pode acontecer. Surge a dengue e nós trazemos a equipe da dengue, para dar uma palestra justamente sobre como prevenir; se temos problema com a lei, trazemos um advogado e o advogado fala: se você cometer tal infração você vai ser penalizado em tal

artigo. Acompanhamos também o trabalho da prefeitura. Quando o Prefeito erra, nós dizemos: o Prefeito errou. A gente como cidadão tem que entender isso e precisa fazer a crítica construtiva. Isso para nós é uma forma de jornalismo em nossa comunidade. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

A rádio comunitária também é destacada como um meio que tem despertado curiosidade por parte de muitos estudantes de comunicação, como relata Juçara Terezinha Zottis:

O projeto comunitário da rádio Cantareira tem sido muito procurado por estudantes de graduação e mestrado com o objetivo de pesquisar e conhecer como a rádio está organizada, que tipo de equipamentos utiliza. Quem são os programadores, como tem conseguido ficar no ar por mais de 10 anos. É interessante que aos poucos as experiências de rádio comunitária estão sendo descobertas pelas faculdades e universidades, até porque a comunicação comunitária está ainda muito incipiente nos cursos de formação de profissionais na área de comunicação. Vale registrar que na PUC de São Paulo há uma disciplina específica, na graduação de jornalismo, sobre rádio comunitária.

Atualmente, as rádios comunitárias têm sido um importante canal de difusão de informações e campanhas de interesse público. Há uma gama de programas produzidos por instituições que os distribuem às rádios comunitárias. As produções chegam às rádios em fitas K7, CDs, MDs ou mesmo já podem ser gravadas a partir dos *sites* da internet.

A programação da rádio também inclui a reprodução de programas e programetos com temáticas variadas que recebemos por correio ou baixamos da internet. Esses programas são muito importantes porque tem conteúdo informativo para os ouvintes e também porque já vem produzidos, o que facilita na programação da rádio que se aborde temas bem diferentes, como por exemplo: campanha contra a violência doméstica, vozes da terra, pastoral da criança, plantão saúde, ciranda da cidadania, saúde da mulher, carretel de invenções, potyrão, guia de políticas públicas, mulheres em ação, rádio comunitária, entre outros. Esses programas são intercalados na programação diária da emissora. (Juçara Terezinha Zottis, Rádio Cantareira)

Quanto à importância das rádios para comunidade, tanto na periferia de uma grande metrópole, como São Paulo, quanto em um bairro litorâneo do Estado, o relato dos membros

dessas emissoras aponta para a rapidez na chegada das informações para a população e para a facilidade de acesso.

Um dos meios de maior agregação dos habitantes da Vila Esperança vem sendo a rádio comunitária. Por intermédio da rádio, os moradores tomam consciência de cada evento promovido pelas Sociedades de Melhoramentos que existem nos bairros próximos e são convocados a participar.

Temos também outros meios de comunicação: o boca-a-boca, a panfletagem e os cartazes que são colocados na escola, em locais visíveis. Mas a rádio é que chega primeiro, rapidamente. Ela tem capacidade de mexer com a população e mantém informados os moradores, mesmo em relação a questões que não dizem respeito diretamente a eles. (José Severino da Silva, Rádio Esperança)

Nas comunidades acontecem muitas coisas. Há muitas articulações com os órgãos do poder público que dizem respeito à vida das pessoas e a rádio é um meio de comunicar o que está acontecendo ou mesmo de chamar as pessoas para participar. Por exemplo: informar dia, hora e local das reuniões dos conselhos gestores das unidades básicas de saúde, reuniões do movimento de alfabetização de jovens e adultos, comunicar os locais de inscrição para estudar em cursos supletivos; semana de cinema; programação da casa de cultura, programação dos centros esportivos, jogos escolares, festas e eventos culturais como festas juninas, bailes juvenis, reuniões dos grêmios escolares, divulgação de oficinas de artesanato, projetos de geração de renda, celebrações/cultos das igrejas, informar as reuniões com as instituições públicas, campanhas de solidariedade e humanitárias, divulgação de mutirões diversos como os de limpeza da rua, córregos, escolas etc.

A rádio chega até o ouvinte e o ouvinte também liga, escreve ou vem para a rádio trazer as informações, recados, contribuições e denúncias. Um exemplo de denúncia aconteceu no Jardim Damasceno, quando as pessoas ligavam para a rádio para dizer que os caminhões estavam descarregando entulho em aterros irregulares na Serra da Cantareira. Também recentemente as denúncias de venda irregular de terrenos em área de preservação ambiental e ainda a falta de medicamentos, obrigatórios nas unidades de saúde, a falta de vagas para as crianças nas creches e no ensino fundamental. (Juçara Terezinha Zottis, Rádio Cantareira)

3.6 A gestão das rádios comunitárias

As rádios comunitárias funcionam, normalmente, com poucos recursos financeiros para adquirir e manter os equipamentos¹³, cuidar do espaço físico, da energia elétrica, de água, telefone, internet, material de escritório, gastos com pessoal que recebe ajuda de custo para operacionalizar a emissora, principalmente a parte técnica. Daí a necessidade de promover eventos para angariar fundos.

Há, ainda, os apoios culturais provenientes do comércio local, que ajudam a manter financeiramente as emissoras. Muitas emissoras, para conseguir manter-se no ar, recebem contribuições e doações de organizações e projetos parceiros.

Nas emissoras comunitárias, os comunicadores/apresentadores/locutores, os produtores e a coordenação são voluntários, disponibilizando algumas horas por semana no projeto. Sobre a gestão nas rádios pesquisadas, pode-se constatar:

Na Rádio Esperança, a gestão financeira é feita por um administrador-geral designado pela diretoria da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança, e há um conselho geral da rádio, que se reúne semestralmente para avaliação e encaminhamentos das diretrizes da emissora. A rádio recebe apoio financeiro da Petrobras em projetos de meio ambiente. Realiza promoções, almoços, festivais e shows para arrecadar fundos e manter o projeto de rádio comunitária.

Na Rádio Cantareira, a diretoria da Associação é responsável pela gestão financeira, e as decisões e encaminhamentos são tomados coletivamente pelos comunicadores nos encontros mensais. Há uma coordenadora-geral e cada comunicador também contribui com uma ajuda em dinheiro (conforme sua possibilidade, não há valor estabelecido) para as despesas da rádio, conforme relata Marcos Gouveia, tesoureiro da Associação Cantareira:

São promovidas, rifas, bingos, festas juninas. Na Cantareira FM há uma caixa comum que fica no estúdio da emissora onde os programadores colocam um envelope com o nome do

¹³ Para que uma rádio comunitária funcione são necessários alguns equipamentos mínimos: transmissor, antena, torre, cabos, mesa de som, aparelho de CD, microfones, CDs, aparelho toca-fitas. Atualmente, as rádios já estão equipando-se com computadores com programas para rádio, compressor de áudio e outros aparelhos para facilitar e melhorar a qualidade técnica.

programa a sua contribuição mensal para ajudar a manter o projeto de comunicação de rádio. Há algumas pessoas das comunidades que espontaneamente colaboram com alguns trocados para manter a programação. As comunidades apóiam os eventos, ajudam organizar promoções para a arrecadação financeira, são feitas algumas parcerias, seja promoção conjunta com comunidades ou equipamentos para angariar fundos.

O que chama atenção é que, na lógica do capitalismo, quem trabalha deve receber pelo trabalhado, porém há algo notável com os programadores que, além de produzirem e apresentarem o programa, colaboram financeiramente. Realmente são pessoas que amam o que fazem, são os chamados “radio-amantes”.

Por outro lado, membros da Rádio Cantareira relatam que ainda há pessoas na comunidade que desconhecem as características da rádio comunitária. É preciso criar situações nas quais os próprios comunicadores comunitários ajudem a esclarecer quais são as características da rádio comunitária e sua filosofia de trabalho, que emprega comunicadores são voluntários. O relato de um jovem, membro da rádio e técnico de áudio ilustra essa situação:

há pessoas, radialistas ou aventureiros que se apresentam para trabalhar na emissora comunitária e logo perguntam quanto a rádio paga para o locutor fazer um determinado programa. Então a gente explica a filosofia da emissora comunitária, onde se trabalha em mutirão, sem receber salário. Alguns ficam desanimados, outros se apresentam para fazer esta nova experiência e acabam compreendendo as características do trabalho da rádio comunitária e tornam-se voluntários. (Wanderson Cruz)

Uma das formas de gestão ainda pouco utilizadas no Brasil, tanto na comunicação comunitária quanto em outras áreas, é a formação dos conselhos. Essa prática visa agrupar diferentes protagonistas da comunidade para acompanhar e contribuir com o funcionamento de determinado projeto.

Na proposta das rádios comunitárias, a constituição do conselho comunitário de comunicação é uma importante estratégia para mobilizar os vários segmentos organizados na região da abrangência da rádio, para contribuir e manter desde a linha editorial até as formas de sustentabilidade da rádio.

Ainda bastante incipiente é a organização do Conselho Comunitário de Comunicação da Rádio Cantareira, que está em processo de experimentação de suas atribuições, como relata Juçara Terezinha Zottis:

O conselho de Comunicação Comunitário da Rádio Cantareira FM 107,5 tem a missão de acompanhar toda a grade da programação da emissora e avaliar se os conteúdos veiculados nos programas estão em acordo com a missão da rádio.

É um conselho formado por 13 representantes da comunidade. São pessoas representantes de organizações sociais juridicamente constituídas, além da equipe de coordenação da rádio e o presidente da Associação Cantareira mantenedora da emissora. O Conselho é mais uma forma institucional de participação da comunidade na gestão da qualidade da programação da emissora.

Já o Conselho da Rádio Nova Esperança é formado pelos programadores e locutores, por algumas lideranças dos bairros vizinhos, organizadas ou não em entidades. O conselho se reúne a cada quatro meses para uma avaliação do projeto rádio, ligado aos demais projetos da Associação Melhoramentos, e depois confia à coordenação da emissora as decisões operacionais, conforme nos informou José Severino da Silva.

Vale lembrar que o contexto da Vila Esperança difere muito do contexto da Rádio Cantareira. Daí a necessidade de adequação da organização.

3.7 Descrição dos programas de rádio

O programa “A Voz da Comunidade”, da Rádio Nova Esperança FM, vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 9h30, desde o início da emissora, há três anos. O objetivo do programa é informação, educação, conscientização, cidadania. O responsável é José Severino da Silva. Trata-se de um programa que tem uma linha editorial definida que segue “os doze mandamentos da comunidade, envolvendo a cidade”: *emprego, saúde, educação, transporte coletivo e alternativo, esporte e lazer, habitação, desenvolvimento social, cultura, crianças, adolescentes e idosos, segurança, meio ambiente, cidadania*.

Esse programa incentiva e divulga trabalhos comunitários (festas, cursos, atividades culturais, mutirões, reuniões, memória histórica), incentiva a participação do povo em campanhas, movimentos populares e informa a população.

É um grande programa que engloba vários quadros pré-produzidos, dada a necessidade de profissionais principalmente na área da saúde e do direito. Vale dizer que os programetos são reproduzidos no horário do programa por vários dias, e depois são trocados por outros temas, mas sempre dentro dos doze temas. Este é basicamente o carro chefe da emissora em jornalismo comunitário.

A produção do programa é mista: parte é feita no estúdio da emissora, com apresentação do locutor, José Severino, que entrevista pessoas ao vivo, e outra parte é gravada quando algum palestrante vem até a Vila e dá uma entrevista veiculada posteriormente no programa. Grande parte do programa é gravada com voluntários especialistas em determinados temas, que não podem ir até a emissora no horário do programa. Essa estratégia de produção garante qualidade, conteúdo, variedade e economia. Parte dos programetos é reproduzida durante o dia na programação da emissora, além do horário fixo do programa.

Os programas ligados à saúde, ao direito e à família são gravados. Aproveita-se quando um profissional de determinada área realiza palestras nos bairros da região, geralmente convidado pelas associações e escolas; a equipe de produção da rádio vai até o local, grava a palestra e faz uma entrevista com o palestrante. Essas palestras são editadas e reprisadas no dia seguinte na emissora, que recebe ligações, quase sempre confirmando a importância e a necessidade de veicular tal matéria.

Outra experiência muito boa se dá quando o médico da saúde e da família responde a questões da população ao vivo na rádio; isto geralmente acontece às terças-feiras, das 8 às 10h. O Dr. Jorge Carvalho de Santana responde a questões dos ouvintes que ligam para a emissora, a rádio recebe entre 20 a 30 ligações por programa. (José Severino da Silva, Rádio Nova Esperança)

Vale dizer que o médico e a equipe de saúde também atendem os moradores em consultas depois do programa, ali mesmo, em um espaço próximo da rádio. Esse atendimento à população do bairro estimula a equipe médica a abordar no programa de rádio esclarecimentos, orientações e dicas de prevenção sobre doenças e sintomas que aparecem durante as consultas.

O programa *Meu Caro Amigo*, da Rádio Cantareira, vai ao ar aos sábados das, 9h às 10h. É apresentado por Gilberto Cruz e co-produzido pela sua esposa, Meire Cruz. O

programa está no ar desde o dia 13 de abril de 2000. Aborda temas da conjuntura sócio-política, religiosa e econômica, em forma de debate com convidados no estúdio e com a participação do ouvinte pelo telefone. O programa também toca músicas que favorecem a compreensão do tema debatido. A preferência musical é a Música Popular Brasileira (MPB).

Gilberto Cruz é Tecnólogo em Construção Civil, gerente de condomínio, casado. É voluntário na rádio comunitária e reside no Jardim Guarani, região noroeste da capital paulista, distante a um quilômetro e meio da emissora de rádio. Ele comenta como faz a produção do programa e quais são os critérios de seleção para as fontes:

Para a produção, seleciono previamente as músicas, colocando-as numa sequência. Penso nas perguntas que farei ao entrevistado e seleciono alguns textos e poemas para a introdução do programa. Minha esposa Meire também ajuda na seleção de textos. As fontes, muitas vezes, são as próprias pessoas que conheço. Quando não há entrevista, o programa ganha um teor mais jornalístico, e as fontes passam a ser: Jornal Cantareira, Correio da Cidadania, e alguns sites como Adital, Agencia Pulsar, Folha on line, entre outros.

O meu público são homens e mulheres acima de 40 anos, das mais variadas profissões: taxista, vigilante, vendedores, dona de casa. As formas de participação são várias. Geralmente o ouvinte liga para opinar sobre o assunto que está em pauta. Ele pode falar no ar ao vivo ou apenas dizer o que pensa e ouvir a citação no programa. Para as entrevistas não há um critério específico, toda pessoa pode ter algo interessante para contar desde que seja bem explorado. O que não significa, necessariamente, entrevistar qualquer um. Já entrevistei psicólogas, pedagogas, vendedores ambulantes, donas de casa. Dou preferência a pessoas que residem na região Brasilândia.

O programa “Espaço das Comunidades”, da Rádio Cantareira FM, vai ao ar diariamente, das 18h20 às 19h, apresentado por Juçara Terezinha Zottis, com a participação de pessoas da equipe da emissora e pessoas da comunidade, por telefone ou em entrevista no estúdio. O *Espaço das Comunidades* é um dos primeiros programas na Cantareira no ar desde o início da emissora, em 1995. O programa existe para contemplar as necessidades das comunidades e dar às suas organizações um espaço para veicular informações e notícias. A produção e a apresentação do programa são feitas por uma equipe, cuja articuladora é Juçara Terezinha Zottis. Em cada dia da semana, diferentes pessoas colaboram e participam do programa.

O ouvinte acompanha notícias, reflexões e opiniões sobre temas que envolvem a vida das comunidades da região. O ouvinte participa com sua opinião sobre os assuntos em pauta no programa. Ele liga, envia mensagens pelo correio eletrônico, manda uma carta ou bilhete ou, ainda, pode ir até o estúdio da emissora e participar ao vivo do programa. O público desse programa é constituído por pessoas envolvidas em comunidades, entidades e organizações. Geralmente são lideranças comunitárias

O programa está organizado em dois blocos. O primeiro apresenta temas de caráter formativo-reflexivo, que possibilitam a formação da opinião pública. Provoca debate ao apresentar temas sobre a realidade da região. O povo se identifica com o tema tratado e emite sua opinião por telefone.

A lauda/pauta do programa propõe que, no desenvolvimento do conteúdo sejam tocadas músicas relacionadas com o tema apresentado. Também são veiculados *spots* institucionais sobre saúde, educação, segurança, meio ambiente, política, cidadania e outros. Há ainda as vinhetas que ajudam na dinamização do programa e na caracterização da emissora.

No segundo bloco são veiculadas notícias de utilidade pública, convites, informes das comunidades, das associações, de fóruns regionais, de grupos culturais, entre outros. Esses comunicados são enviados à emissora pelas organizações da região, pelos moradores, ou são coletadas nas comunidades pela equipe de produção do programa.

3.7.1 O foco da notícia e dos fatos

No jornalismo comunitário, o foco das notícias e dos fatos está na comunidade. Nos programas analisados, são apresentados fortemente os problemas locais vividos pela população. Isso pode ser comprovado quando, no programa “Espaço das Comunidades” é feita a denúncia sobre a Serra da Cantareira:

(JUÇARA TEREZINHA): Vamos falar sobre os problemas que os aterros irregulares em funcionamento no entorno da Reserva da Biosfera estão provocando. Um destes aterros está localizado perto (cerca de dois mil metros) da Vila Isabel, onde está a Rádio Cantareira FM 107,5. Trata-se do aterro do Jardim Damasceno, que é possível ver de longe, a clareira no

meio da mata. Este aterro está em atividade há mais de 12 anos. É uma área particular, de vinte e quatro mil e quatrocentos metros quadrados, situada aos pés da Serra da Cantareira.

No programa “Meu Caro Amigo” constata-se a presença do jornalismo comunitário quando o locutor lança mão de um jornal da região, chamado *Jornal Cantareira*, lê e comenta uma matéria que fala dos 30 anos de serviço no bairro das Obras Sociais no Jardim Vista Alegre. Trata-se da vida do povo e da história das obras sociais construídas por seus moradores. A música que toca em seguida fala do Brasil e de sua realidade.

(GILBERTO CRUZ): Taí a matéria deste mês de novembro do Jornal Cantareira; é muito interessante e vale a pena comentar. Numa região esquecida pelo poder público, ações sociais como as obras sociais do Jd. Vista Alegre tem de ser enaltecidas. Como é bonito ver pessoas preocupadas com o bem-estar da comunidade em que vivem, atendendo às suas necessidades. E vale a pena lembrar também que a Rádio Cantareira e o Jornal Cantareira foram fundados nesse bairro, no Jardim Vista Alegre, há dez anos atrás. Daí a importância histórica que tem o Vista Alegre no contexto da região Brasilândia.

Além de se referir à luta das obras sociais durante os 10 anos, o apresentador registra que dois veículos de comunicação foram criados no referido bairro, ou seja, a Rádio Cantareira e o *Jornal Cantareira*. Isso demonstra que os meios de comunicação popular nascem com a luta popular e com a necessidade de comunicar, além de incitar o ouvinte sobre o que está fazendo para melhorar o seu bairro:

(GILBERTO CRUZ) Há muita gente fazendo algo de bom nos seus bairros. E você o que está fazendo para o bem o seu bairro?

O programa “Meu Caro Amigo” faz uma entrevista com o migrante Anilson Brito, que veio do interior da Bahia, o que demonstra a preocupação com a cultura dos migrantes, seus sonhos, buscas e realizações.

3.7.2 A entrevista

Nas entrevistas aparecem a temporalização e a espacialização da vida da comunidade, quando, por exemplo, no programa “Meu Caro Amigo”, o locutor refere-se ao Jardim Vista Alegre e a sua história. Resgata-se a memória histórica da narradora e do bairro.

A entrevista feita com o migrante Anilson Brito, no programa “Meu Caro Amigo”, retrata questões importantes sobre a situação da vida das pessoas do local. Nesse caso, há ênfase em contar história de vida de pessoas que saem do seu estado natal em busca de melhor condição de vida na metrópole e apresenta quais são as dificuldades encontradas.

As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe “criador da história” a partir do momento em que se dá conta, mesmo minimamente, que transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionando elementos da vida social. Então ele pára e reflete sobre sua vida – e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com frequência – se vê como um ator social [...] (LE VEN apud CARNICEL, 2005, p. 73)

Não basta apenas ater-se à técnica da entrevista, sem levar em consideração o envolvimento humano das pessoas – nada que um bom diálogo não possa superar. Uma boa entrevista exige inter-relação, cumplicidade. O entrevistador sempre tem um objetivo definido; quando busca entrevistar alguém tem em vista uma pauta para o jornal, o rádio etc.

Não é só o entrevistado que ouve, não só o entrevistado que fala. Não é um monólogo, evidentemente, ou um depoimento para a história. E muito menos um inquérito! É um diálogo, mesmo que um diálogo entre desiguais. Hoje o entrevistador, – historiador/cientista social – não ignora o sentido da fala como palavra que também institui um espaço público. (LE VEN apud CARNICEL, 2005, p. 74)

(GILBERTO CRUZ): E o que levou você a vir para São Paulo, mais especificamente aqui na região da Brasilândia?

(ENTREVISTADO): Olha como no sonho de todos os nordestinos, a cidade de SP é como um espelho vou dizer assim, ela é uma cidade grande, vista pelas pessoas como a cidade da esperança. Nós nordestinos de um modo geral saímos do Nordeste com o intuito de vir pra cá mudar de vida, tentar crescer na vida; só que a nossa vinda acaba sendo uma ilusão, pois quando a gente chega em SP não é nada daquilo que a gente pensava. Não é nada daquilo. Veja, por exemplo, os meios de comunicação: eu digo que a novela a televisão mostra os pontos pitorescos, o luxo, as casas nobres da cidade de São Paulo, vamos dizer assim, Av. Paulista e tantos outros lugares bonitos, mas não se mostra a realidade completa da cidade, não mostra a periferia, as favelas.

Uma palavra sobre a entrevista radiofônica como um dos gêneros jornalísticos muito utilizados no rádio:

A entrevista é dos gêneros jornalísticos que mais tem adaptabilidade ao rádio e às características específicas do veículo. É uma das fórmulas mais ágeis para dar a conhecer uma informação ou para aprofundar o conhecimento dos fatos e suas conseqüências, assim como para se aproximar da personalidade dos protagonistas das “histórias”. Na entrevista se produz um universo comunicativo muito complexo, no qual intervém a comunicação interpessoal e, portanto, bidirecional, e por outro lado, fluxos comunicativos unidirecionais diretos e distintos. A entrevista em todos os seus tipos e modelos é formalmente um diálogo que representa uma das fórmulas mais atraentes da comunicação humana. Produz-se uma interação mútua entre o entrevistado e o entrevistador, fruto do diálogo. Essa interação-natural na comunicação humana a nível oral – exerce um efeito de aproximação no ouvinte, que se sente incluído no clima coloquial, ainda que não possa participar. (PRADO, 1989, p. 57)

Os três programas que estamos discutindo fazem entrevista, valendo-se dessa técnica fácil, ágil, atraente e econômica. Valoriza o diálogo e é democrática. Proporciona a oportunidade de expressão de pensamento, idéias, projetos e a livre expressão, além de possibilitar o diálogo com os ouvintes pelo telefone. Desenvolve o raciocínio e o debate.

No programa “Espaço das Comunidades”, esse gênero de jornalismo comunitário está presente quando a apresentadora entrevista o professor Edson, que esclarece sobre a terminologia utilizada pelo ambientalista. Em seguida, recolhe opiniões, com a participação dos ouvintes pelo telefone, ou seja, dá oportunidade de manifestação sobre o tema em questão: a destruição da natureza em torno da Serra da Cantareira.

Outra demonstração de jornalismo comunitário pode ser observada no programa “A Voz da Comunidade”, quando o apresentador José Severino abre o programa anunciando a participação da equipe *Médico da Família*. Diante da precariedade da saúde do povo, o programa vai direto à necessidade da população. Trata-se de um programa informativo e interativo, caracterizando uma prestação de serviço ao povo da comunidade.

(JOSÉ SEVERINO) É isso aí, na Nova Esperança FM nós estamos aí com a equipe do “Médico da Família”, com o Doutor Jorge, a nossa enfermeira Ester, a auxiliar Évelin e os agentes comunitários, que estão aí também todas as terças-feiras na Vila Esperança. E na segunda-feira na Ilha Bela, o Médico da Família estará atendendo aí a comunidade. Então você venha, participe. A gente dá a seqüência através da Nova Esperança FM, a serviço da comunidade para que justamente cada cidadão e cidadã tenham informação da saúde na sua casa.

(DOUTOR JORGE) – Bom, nós hoje estaremos falando sobre a tuberculose. É uma doença temida por todos, é uma doença que realmente vem assustar as mães principalmente por causa dos seus filhos. Na verdade a tuberculose é uma doença antiga, muito conhecida, que pode ser tratada. Milhares de pessoas continuam adoecendo e até morrendo por causa da tuberculose. Para evitar a tuberculose é preciso tomar alguns cuidados e ter informações a respeito dessa patologia. A tuberculose é transmitida pelo ar, por uma bactéria chamada Bacilo de Koch, que ataca principalmente os pulmões.

A pessoa que está doente por causa da tuberculose expõe o bacilo através da tosse, através do falar, do cantar, do respirar, do conversar e, ao expelir esse bacilo, este pode ficar no ar por várias horas e aí a pessoa que está conversando com uma outra pessoa doente, contaminada, ao abrir sua boca, pode receber esse bacilo e contrair a doença. Locais fechados e sem ventilação facilitam muito a transmissão da doença. Uma pessoa bem alimentada e com boas condições de saúde geralmente tem bem menor probabilidade de desenvolver a doença. Agora, uma pessoa que é fraca, uma pessoa subnutrida, uma pessoa idosa, ou geralmente aquela pessoa alcoólatra ou que usa drogas tem o organismo debilitado, então ela não vai ter a mesma defesa, e aí pode contrair facilmente a doença que se instalará nessa pessoa e muitas vezes, a depender da resistência, pode até levar à morte.

Há aí linguagem que favorece o entendimento daquela comunidade. Tanto o apresentador como o doutor Jorge utilizam palavras e exemplos para ajudar a comunidade a entender a importância e a necessidade de cuidar da saúde.

O programa, construído na forma de um mosaico de programetos com entrevistas, informa a comunidade abordando temas como tuberculose, saúde da mulher, câncer no colo do útero, papanicolau, comportamento no trânsito, drogas, fumo, nicotina, álcool, maconha, cocaína, inalantes, heroína, HIV, acidentes no lar, produtos químicos, animais de estimação, entre outros, envolvendo a comunidade, principalmente porque são ligados ao cotidiano das pessoas. As informações deste programa atingem diretamente as necessidades da comunidade. Nesse caso, o meio rádio é utilizado pelos profissionais da saúde para proceder a esclarecimentos à população, entre os quais problemas de saúde, além de orientar as pessoas em relação aos cuidados preventivos que podem evitar complicações mais graves.

O jornalismo identificado no programa “Espaço das Comunidades” é de interesse das comunidades porque noticia acontecimentos como: a manifestação popular nacional, em forma de protesto em relação à política econômica do país, que acontece no dia 7 de setembro, em Aparecida do Norte com o nome “Grito dos excluídos”; interdição de terras irregulares, mutirão bíblico, locais e horários dos cursos de alfabetização de jovens e adultos,

reuniões dos alcoólicos anônimos, reuniões com lideranças comunitárias. Esse tipo de jornalismo não faz parte da pauta de uma emissora convencional de médio e grande porte.

3.7.3 Agenda temática

A agenda temática dos programas aborda questões locais, regionais e nacionais. Por exemplo, no programa “Meu Caro Amigo”, o entrevistado aborda a influência da grande mídia, ao dizer que esses meios, tanto em suas novelas como em outros programas, veiculam temas como beleza, luxo, fascinação, as mil e uma oportunidades; para ele, a grande mídia reproduz um discurso e propaga ilusões, espetaculariza a grande metrópole e não fala da vida difícil da maioria dos migrantes. A denúncia desses migrantes é que a mídia não representa a realidade, os lugares onde o povo mora, as condições subumanas a que são submetidos os migrantes pobres, que do Norte e Nordeste vêm em busca de uma vida melhor.

Ainda no Programa “Meu Caro Amigo”, no segundo bloco da entrevista, o locutor muda o tema e fala da questão da política como bem comum, ligado à *fé* e à *política*, certamente uma influência das comunidades de base da Igreja Católica e da teologia da libertação, da mística das comunidades eclesiais da década de 1970. É um tema polêmico e crítico, que aborda a questão da fé ligada à prática da política, da ação social à fé ativa, comprometida com a vida do povo. O entrevistado faz considerações sobre a necessidade de que as diversas denominações religiosas precisam incentivar seus fiéis a atuar em seu bairro para melhorar a vida.

O programa como um todo possui coerência, coadunando o enquadramento dos temas, a música e o objetivo final, que é debater questões ligadas à vida das pessoas da região. Há uma postura crítica, que atinge vários públicos. No começo do programa, há referência ao povo em geral, ao abordar questões gerais do conhecimento, a lideranças, pessoas que já possuem certa militância popular e religiosa e, finalmente, à juventude.

Não se pode dizer que se trata de um programa de rádio totalmente original, pois ele sofre influências da grande mídia, principalmente quando faz um quadro de perguntas e respostas com o entrevistado, conhecido como “bate bola”. Por outro lado, é um programa sério, com uma produção de qualidade, pois atende às características básicas de linguagem, conforme aponta Meditsch (2005, p. 329):

Linguagem radiofônica é o conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos sistemas expressivos da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, cuja significação vem determinada pelo conjunto dos recursos técnicos/expressivos da reprodução sonora e o conjunto de fatores que caracterizam o processo de percepção sonora e imaginativo-visual dos ouvintes.

Os programas em análise utilizam músicas, vinhetas e efeitos sonoros. As músicas produzem uma mudança no tempo narrativo, sem a necessidade de usar palavras. Ainda a música, como linguagem da emoção, estimula uma recepção afetiva e emotiva no ouvinte. Os programadores muitas vezes não têm consciência das dimensões de determinado programa, daquilo que pode provocar nas pessoas.

O rádio oferece proximidade e intimidade, portanto, verossimilhança. Credibilidade. Dez pessoas podem ouvir juntas uma mesma mensagem radiofônica, mas ela será apreendida individualmente, como manifestação pessoal. Experiência privada num meio de comunicação de massas. Essa é uma das suas vantagens intrínsecas, razão pela qual McLuhan considera o rádio como um meio “quente”, ao contrário da tevê que, para ele, é “fria”. (MEDITSCH, 2005, p. 11)

O rádio, além de ser um meio de comunicação rápido é dinâmico e imediato. Se o comunicador sabe a notícia e tem certa experiência em contar notícias de maneira ordenada, não precisa necessariamente redigi-la, basta ter as principais informações que o texto será construído na hora, verbalmente. Ao se referir ao rádio, Prado (1989, p. 15) assim o descreve:

O rádio é o sistema de distribuição de mensagens mais extenso, ágil e barato com que conta a sociedade atual. Nenhum outro meio pode competir com a sua mobilidade e é por isso que a notícia veiculada pelo rádio é a primeira.

3.7.4 A conscientização, a mobilização e a transformação social são propostas nos programas?

Constata-se, nos três programas em análise, que há uma proposta de conscientização, de resgate histórico e de proposição à população de ações necessárias para melhorar a vida da comunidade. Essas proposições são abordadas não só pelos apresentadores, mas por lideranças, autoridades, pessoas que expressam, em entrevistas e debates, seu olhar sobre a

realidade. No programa “Espaço das Comunidades” isso pode ser observado quando se refere à natureza, ao meio ambiente e à proposta de mobilização em defesa da Serra da Cantareira.

O programa “Meu Caro Amigo” utiliza mensalmente uma reportagem publicada no Jornal Cantareira. No programa em análise, o comunicador utilizou a edição do mês de setembro de 2005, que conta a trajetórias de uma das organizações sociais mais antigas do distrito. Ele se refere aos 30 anos de serviços prestados pelas Obras Sociais do Jardim Vista Alegre, de 1975 a 2005. Ao ler a reportagem no ar, também faz comentários sobre a importância da mobilização popular e das organizações sociais para a realização de melhorias na comunidade. O programa apresenta um quadro social pertinente, ligado à história, à vida, à cultura do povo.

Já o programa “A Voz da Comunidade” mobiliza a comunidade, quando apresenta e esclarece os sintomas de certas doenças e convida o povo a fazer consultas e exames e a reivindicar os seus direitos junto aos equipamentos públicos. Quando nos programas se convida a população para participar de eventos, cursos, festas, essas são formas de envolvimento, de contratos culturais e comunicacionais em que se convida o ouvinte a participar de uma série de atividades. Nos programas tem-se presente que a sociedade é maior do que a pequena comunidade, o grupo ou entidade, que há outras formas de vivência e de pensamento. Há vários depoimentos de pessoas das comunidades que, ao participar de determinadas atividades no bairro, referem-se ao aviso dado na emissora comunitária. Por exemplo:

Eu vim para o mutirão de reforma da sede da Associação Cantareira porque ouvi o convite na nossa rádio. (Marinete Barreto dos Santos, moradora do Distrito de Brasilândia)

3.8 O jornalismo comunitário favorece a democratização da comunicação

Há várias formas de participação, seja a participação espontânea, direta, a participação orientada, dirigida. Conforme sistematiza Santos (2003, p. 467):

a) todos os cidadãos têm o direito de participar, sendo que as organizações comunitárias não detêm, a esse respeito, pelo menos formalmente, *status* ou prerrogativas especiais;

b) a participação é dirigida por uma combinação de regras de democracia direta e de democracia representativa, e realizam-se através de instituições de funcionamento regular cujo regimento interno é determinado pelos participantes;

c) os recursos de investimento são distribuídos de acordo com um método objetivo baseado em uma combinação de “critérios gerais” critérios substantivos, estabelecidos pelas instituições participativas com vista a definir prioridades e de “critérios técnicos” – critérios de viabilidade técnica ou econômica, definidos pelo Executivo, e normas jurídicas federais, estaduais ou da própria cidade, cuja implementação cabe ao Executivo.

Constata-se que há participação nos programas quando os programadores levam até o estúdio pessoas que ajudam esclarecer os ouvintes sobre assuntos técnicos, terminologia, depoimentos e emitem sua opinião. No programa “Espaço das Comunidades”, verifica-se isso quando o professor Edson explica sobre a terminologia utilizada na área de meio ambiente para esclarecer conceito de ecossistema.

No programa “Meu Caro Amigo”, o programador leva ao estúdio o migrante Anilson Brito, que, ao ser entrevistado, fala de seus sonhos, de sua condição de migrante nordestino, que veio para a cidade grande em busca de uma vida melhor. No programa “A Voz da Comunidade”, o apresentador leva ao estúdio o médico da família, a enfermeira e agentes de saúde para debater sobre situações do cotidiano da vida da comunidade. Também participam do programa advogados e técnicos da Prefeitura, que informam a comunidade sobre temas de interesse público.

Observa-se que a participação direta, livre e democrática ocorre nos três programas, quando há, durante a programação, a participação de pessoas por telefone, que entram nos debates e emitem opiniões, dão sugestões ou solicitam esclarecimentos; há participação na forma de envio de bilhetes, cartas e também ao vivo no estúdio.

Essa dinâmica de fazer um programa jornalístico construído a partir da vida da comunidade é viável e possível nas emissoras comunitárias que se pautam na filosofia de que a participação do povo é fundamental para o exercício da democracia da comunicação. Vale ressaltar que não se trata de usar o meio rádio para falar qualquer coisa, mas de contribuir com o debate e emitir opinião que contribua, esclarecendo sobre o que está em discussão na agenda temática. Aqui se faz necessário enunciar todos os atores sociais e públicos envolvidos no assunto. O debate, além de identificar as conseqüências de determinado problema, tem de denunciar os causadores e apontar as omissões do poder público.

4 Considerações finais

A presente pesquisa analisou a construção da comunicação e do jornalismo comunitários nas rádios comunitárias. Para isso, duas rádios comunitárias foram visitadas e estudadas, uma na cidade de São Paulo, região noroeste, e outra na Vila Esperança, Cubatão, no litoral paulista.

No primeiro capítulo foram apresentadas as características da comunicação popular, o papel dos meios de comunicação alternativos na democratização da comunicação e a contribuição para o exercício da cidadania.

No segundo capítulo, contextualizaram-se as principais etapas do processo comunicacional estudado, até chegar à rádio comunitária. Apresentou-se o movimento pelo direito à radiodifusão comunitária, a legislação que rege essa modalidade de comunicação e a repressão da Anatel e da Polícia Federal a esse meio alternativo.

No terceiro capítulo foi caracterizado o jornalismo comunitário, apresentado o contexto sociogeográfico e histórico do surgimento das rádios comunitárias em estudo. Foram apresentadas exemplificações de construções do jornalismo nas rádios comunitárias e a sua importância no exercício da cidadania e na democratização da comunicação.

Saliente-se que nosso propósito não foi examinar em detalhe a programação de cada rádio, mas tematizar de modo geral como se constroem a comunicação e o jornalismo comunitários, exemplificando esses processos com um exame mais detido de alguns programas. Pode-se observar que as principais características do jornalismo comunitário estão enraizadas nas práticas das rádios comunitárias.

No jornalismo das rádios Cantareira FM e Nova Esperança FM o foco das notícias e dos fatos está na comunidade, nos problemas cotidianos vivenciados pela população, suas conquistas, comemorações, reivindicações, festejos.

Pode-se notar que o jornalismo nas rádios é importante para desenvolver pautas advindas da comunidade, possibilitar que as lideranças comunitárias e cidadãos comuns apontem as prioridades a serem veiculadas, denunciadas.

Constatamos que o jornalismo comunitário é feito por pessoas da comunidade: lideranças, jovens e adultos que trabalham em diferentes profissões e que se sentem atraídos pela comunicação alternativa e na prática compreendem essa forma de comunicar. Eles também sabem das necessidades da população, porque moram na comunidade e se tornam parceiros, sensibilizados pela necessidade de fazer uma comunicação que seja transformadora.

Observou-se, ainda, que a participação da comunidade nas rádios acontece de diversas maneiras: por carta, telefone, ao vivo no estúdio, gravando entrevistas e colaborando em reportagens; também sugerem pautas aos comunicadores quando os encontram no bairro.

No movimento das rádios comunitárias há muitas dificuldades. É preciso que o serviço de radiodifusão comunitária seja regulamentado em todos os municípios do país e as pessoas que atuam em emissoras comunitárias não sejam criminalizadas. É necessário maior investimento em formação técnica e política dos comunicadores e desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade financeira das rádios.

O estudo possibilitou observar e registrar progressos das rádios comunitárias adiante da legislação nacional e maior organização do movimento pela democratização da comunicação. Também se observa que esse meio de comunicação contribui para o exercício da cidadania da população, construída quando as pessoas da comunidade participam.

Observou-se que as práticas de jornalismo contribuem para que as lideranças comunitárias tenham espaço para se expressar, denunciar e cobrar do poder público ações para melhorar a vida da comunidade.

A comunicação comunitária tem sua fonte na vida do povo, nas suas culturas. O povo é protagonista dessa comunicação. Ele é emissor e receptor. O povo decide o que deseja veicular a partir das necessidades e das prioridades de ação das organizações populares.

A preocupação com a vida popular aparece claramente quando se verifica o conteúdo da programação da rádio comunitária. São pautadas situações reais da vida do povo, como saúde, educação, meio ambiente, culturas, migração, direitos, violência, lazer. Diante dessa realidade, os moradores percebem que a rádio comunitária é uma mediadora de sua expressão e de sua necessidade de comunicação.

A participação dos cidadãos tem ampliado a voz e a vez para um número cada vez maior de moradores, desde a sugestão de pautas, a organização, a definição da linha editorial, o desenvolvimento da capacitação/formação técnica e geral dos comunicadores.

Outra forma de participação que ainda é incipiente é o conselho de comunicação, que acompanha com atenção e carinho a programação e zela para que de fato seja desenvolvida uma programação que garanta o projeto da comunicação comunitária.

As práticas analisadas mostram que, apesar da precariedade de estrutura logística e a perseguição às emissoras comunitárias, há uma população significativa procurando caminhos alternativos, a partir do direito do cidadão de fazer a sua própria comunicação.

A prática do jornalismo comunitário estimula os comunicadores comunitários a ter outro olhar sobre a comunicação, um olhar crítico que desperta o povo para a comunicação como direito humano, para o exercício da cidadania. O povo se organiza em ONGs, movimentos, grupos e percebe que há possibilidades de praticar um jornalismo com seus próprios meios.

A democratização da comunicação passa pelo jornalismo comunitário, pois esse tem compromisso com a mobilização e organização popular, com a conscientização que visa a transformação social.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

BALDRESCA, Raecler. *Da radiodifusão comunitária no contexto do estado democrático de direito brasileiro*. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola, 2004.

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

BEOZZO, José Oscar (org). *Comunicações: ética e cidadania*. São Paulo: Paulus, 2006.

BLAZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Paulinas, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRANCO, Murgel Samuel. *O meio ambiente em debate*. 26. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BRANDÃO, Macedo Marinez Vilela. *À sombra das torres da cidade: industrialização, habitação e meio ambiente em Cubatão*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

BRANT, João. [No Brasil...]. *Jornal Brasil de Fato*, [S.l.], ago. 2005. n. 128.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Alexandre de Moraes. 21 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

CALDAS, Maria das Graças Conde. *O latifúndio do ar: mídia e poder na nova república*. Tese de doutorado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Democratização na radiodifusão: da utopia à esperança com o compromisso público do PT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, n. 28, 2005, Rio de Janeiro. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

CALLADO, Ana Arruda; DUQUE ESTRADA. Maria Ignez. *Como se faz um jornal comunitário*. Petrópolis: Vozes/Ibase, 1985.

CARNICEL, Amarildo Batista. *O jornal comunitário como estratégia de educação não-formal*. Tese de doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARTILHA de radiodifusão. São Paulo: Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, 2004.

CARVALHO, Paulo Braz de. Quem tem medo da rádio comunitária? *Jornal O Bairro*, São Paulo, dez. 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, José Guilherme. *Quilombos midiáticos: promovendo a igualdade racial*. Brasília: Abraço, 2005. Texto apostilado.

CELADEC. *Jornalismo popular*. São Paulo: Paulinas, 1984.

CEMI. *No ar... uma rádio popular*. São Paulo: Cemi – Centro de comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista, 1984.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária não é crime: direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso*. São Paulo: Ícone, 2002.

COGO, Denise Maria. *No ar uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.

COMPARATO, Fabio Konder. É possível democratizar a televisão? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORAZZA, Helena. Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas. São Paulo: Sepac-Paulinas, 2000.

COUTO, Joaquim Miguel. *Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CUNHA, Albertino Aor da. *Telejornalismo*. São Paulo: Atlas, 1990.

DOMINGUES, Joelza Ester; LEITE, Layla Paranhos. *Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: FTD, 1983.

DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilla. Comunicação e cidadania na virada do século: movimentos sociais e espaço público em frequência modulada – FM. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Pedro Gilberto. *Leitura crítica da comunicação: do emissor ao receptor*. São Paulo: Loyola, 1986. (Cadernos LCC, 1)

_____. *O direito de ser*. São Paulo: Paulinas, 1989.

_____. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Paulinas, 1990.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. *Mídia & democracia*. Porto Alegre: Imprensa Evangraf, 2005.

GUILHERME, Lúcia Márcia. *Desenvolvimento industrial e contradições urbanas: Cosipa, um caso de implantação industrial em Cubatão*. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

GUTIERREZ, Francisco. *Linguagem total na pedagogia dos meios de comunicação*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão, guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IVO FILHO, Koedel. *Desenvolvimento, meio ambiente e realidade social em Vila Esperança, Cubatão*. Dissertação de mestrado – Universidade de São Marcos, São Paulo, 2004.

KAPLUN, Mário (Uruguai). *Continuidades y rupturas en las búsquedas de un comunicador-educador*. Ponencia presentada en el IV Congreso Internacional de Pedagogía de la Imagen, La Coruña, Espana, 1995.

LOPES, Maria Imaculata Vassollo. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Política de Radiodifusão Comunitária no Brasil: exclusão como estratégia de contra-reforma*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Sociedade tecnológica*. São Paulo: Vozes, 1994.

MARTINS, Benedito Rostan Costa. *Alô, alô, Amazônia: oralidade mediada pelo rádio: análise de produções radiofônicas na Amazônia*. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MATTELART, Armand. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTIA, Olivar Maximino; LAZZAROTTO, Valentin Ângelo. *Comunicação popular: perfil, história e alternativas de fala de um povo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular/UFFC, 2001.

_____. *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular/UFSC 2005. v. 1.

MELO, José Marques de. *Imprensa comunitária no Brasil: comunicação e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Retratos brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa. In: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA (Org.). *Antologia do Prêmio Torquato Neto*, ano 2. Rio de Janeiro: Rioarte, 1985. v. 1.

MOREIRA, Vital. *O direito de resposta na comunicação social*. Coimbra: Coimbra, 1994.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2002.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. *O mito na rádio: a voz e os signos de renovação periódica*. São Paulo: Annablume, 1993.

OLIVEIRA, Débora Caldas de. *O papel da Fenaj na luta pela democratização da comunicação no Brasil*. Dissertação de mestrado – Universidade Metodista, São Paulo. 1997.

ORLANDI. Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Mídia comunitária*. *Revista Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 30, 1998.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis: 2º edição, Vozes, 1999.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anuário Unesco/Umesp de comunicação regional. Ano 6, n. 6, 2002

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania? In: VII CELACOM/ENDICOM 2004 (VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação/V Encontro de Ensino e Investigação da Comunicação nos Países do Mercosul). São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação Regional, 2004.

PONTUAL, Pedro. Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o governo municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: a experiência do MOVA-SP 1989-1992. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

PRADO, Emilio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos, 15).

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *O Brasil pode dar certo: reflexões sobre o momento nacional*. São Paulo: Paulinas, 1994

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação & pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *Rádios comunitárias*. Belo Horizonte: DelRey, 2001.

SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TAVARES, Reinaldo C. *Histórias que o rádio não contou*. São Paulo: Negócios, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no movimento de educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.

Documentário em vídeo

VIANA, Filho. Documentário em vídeo. *Cultura Organizacional*. Rio de Janeiro, 1996.

Revistas

Eixos de luta e a central de movimentos populares. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 85, ano 85, nov./dez. 1991.

INTEGRAÇÃO. Curitiba, n. 41, ano 7, 2003. Bimestral.

Informativos

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PMC. *Informativo: recontagem da população em 1986*.

ATA da Assembléia Geral de Fundação da Sociedade de Melhoramentos da Vila Esperança. 20 maio 1992. Someve.

PREFEITURA Municipal de Cubatão. Boletim Informativo sobre o município de Cubatão, 2002.

Boletim Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, de janeiro de 2005.

Jornais

Tribuna de Santos, Santos, 24 abr. 1990. Caderno baixada e litoral, p. 6.

Tribuna de Santos, Santos, 26 jan. 2000. Caderno Cidades, p. B3.

Tribuna de Santos, Santos, 27 set. 1999. Caderno Cidades, p.B2.

Sites

Associação Brasileira de Rádios Comunitárias: www.abraconet.org.br

Ministério das Comunicações – Rádio Comunitária: www.radcom.mc.gov.br

Ministério das Comunicações: www.mc.org.br

Associação Mundial das Rádios Comunitárias: www.amarc.org.br

Associação Mundial das Rádios Comunitárias – Brasil: www.brasil.amarc.org.br

Casa Macunaíma de Comunicação: www.casamacunaima.fsb.org.br

Portal da Prefeitura de Cubatão: www.cubatão.sp.gov.br

Documentos

Relatório Sobre a Situação dos Processos de Pedido e Outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária: **Um Ponto de Vista da Sociedade Civil Sobre o Conflito Pelo Direito à Comunicação no período de 06/08/1998 – 07/04/2006**. Produzido pelo Grupo de Trabalho junto ao Ministério Público Federal com representantes das seguintes entidades: Abraço/SP – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – SP, Coletivo 8 de Dezembro de Comunicação e Cultura, Grupo Tortura Nunca Mais – SP, Gabinete do deputado estadual Simão Pedro Chiovetti coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Radiodifusão Comunitária, Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

ANEXO 1 – Programas de rádio analisados

1.1 Programa “Meu Caro Amigo” – Rádio Cantareira FM 107,5

INTRODUÇÃO – Poema

Música: Watermark (Enya)

A caminho com Maiakovski
(por Bertold Brecht)

“Na primeira eles se aproximam
e roubam uma flor de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que, um dia,
o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz,
e conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.”

ABERTURA

Música: Meu Caro Amigo (Chico Buarque)

Gilberto Cruz: Nove horas, dois minutos. Bom dia São Paulo, bom dia região Brasilândia que acordou na expectativa de mais um belo dia. Eu sou Gilberto Cruz e este é o programa Meu Caro Amigo. Hoje, sábado, 12 de novembro de 2005. E a edição de hoje vai trazer muita coisa boa, eu quero falar um pouco de política. Você já deve estar saturado com os escândalos e denúncias que surgem a cada dia, mas os políticos são muito pouco criativos, as frases que sabem dizer atualmente são: “Eu não sabia” ou “Não recebi nenhum recurso do Valerioduto”.

Vamos passar então a ouvir frases mais bem humoradas. Por exemplo:

- Se você estiver se sentindo sozinho, abandonado, achando que ninguém liga pra você, experimente atrasar um pagamento.
- Nunca peça a um economista seu número de telefone. Ele responderá sempre com uma estimativa.
- O problema do despertador paraguaio é que o alarme é falso.
- Se você ainda não encontrou a pessoa certa, divirta-se com a errada.
- O Rio é o estado mais colorido do país: o mar é azul,. O jardim Botânico é verde, a Governadora é Rosinha, o Comando é Vermelho...

Relaxe, o nosso programa está só começando.

MÚSICAS

Agora só Falta você (Maria Rita)

A Paz (Gilberto Gil)

Gilberto Cruz: Programa Meu Caro Amigo. Ouvimos Maria Rita – agora só falta você e Gilberto Gil – a paz.

Vamos agora ao Jornal Cantareira deste mês que tem uma matéria que fala a respeito dos 30 anos de lutas e serviços prestados à comunidade do Jardim Vista Alegre.

“Foi um tempo de aflição. Entre morros, o bairro crescia, cada dia aumentava o número dos que chegavam em busca de um canto pra morar. Era assim o Jardim Vista Alegre na década de 1970. A pequena, porém ativa, comunidade católica de N. Sra. das Dores se preocupava com a situação. Agentes de pastoral, preocupados com o bem-estar da população procuravam viver no dia-a-dia a opção preferencial pelos pobres, sem assistencialismo, tornando-os construtores de sua própria história.

“As ruas não tinham asfalto, não tinham água encanada, nem rede de esgoto, não tinha posto de saúde, nem escola”, lembra Zita Vidal da Silva Andrade, uma das primeiras lideranças do bairro. Foi neste contexto que foi fundada, em 1975, as Obras Sociais do Jardim Vista Alegre, uma das primeiras entidades fundadas por iniciativa da Igreja Católica na Brasilândia. O objetivo foi melhorar o trabalho social desenvolvido com as famílias, adolescentes, crianças e potencializar a organização do povo.

Nesta época a escola de ensino fundamental mais próxima era na Brasilândia. Não havia creches na região e as mães não tinham onde deixar as crianças, para trabalhar. A Obra Social foi uma forma de garantir a continuidade dos trabalhos com as famílias e oferecer um espaço de atendimento aos adolescentes e crianças que ficavam pelas ruas.

Um dos primeiros convênios com a prefeitura foi o projeto de artesanato com os adolescentes de sete a 14 anos que hoje é o NSE (Núcleo Sócio Educativo), bem como o projeto do leite e de cestas básicas com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), o curso de alfabetização de adultos, o Clube de Mães, bazares, promoções e eventos culturais.

Olha, daqui a pouco você; continue na sintonia, nos vamos a segunda parte hãã... desta matéria, matéria do jornal Cantareira do mês de novembro. Vamos ouvir música e daqui a pouco voltamos com o programa Meu Caro Amigo.

Música: Brasil (Cazuza).

Gilberto Cruz: Muito bem, voltamos, ouvimos Cazuza com Brasil e vamos voltar ao nosso texto, o tema do Jornal Cantareira: 30 anos de lutas e serviços prestados à comunidade.

“A entidade teve uma participação efetiva na rede que envolvia 14 bairros da Brasilândia na luta pela regularização dos terrenos, água, esgoto, pavimentação das ruas, escolas, creches postos de saúde e hospitais da na Região.

‘A Igreja Católica teve um papel fundamental na organização das Obras Sociais e sua trajetória nestes 30 anos de história’, ressalta Zita. Ela lembra o padre Alberto Morini das Irmãs Tereza Rit, Natalina e Orneia que ajudaram na fundação da entidade e depois padre Ivo Paoloni, que trabalhava nos Jardins Carumbé e Damasceno e por um tempo atendeu a comunidade do Vista Alegre.

Chegamos a ter até um posto de saúde da entidade que funcionava na rua Nortelândia, 93, onde está, onde hoje está a casa paroquial.

No início dos anos de 1980 chegaram as Irmãs Vicentinas, Elza Tereza, Célia e Odília que dão continuidade e ajudaram a implantar em 1981 a primeira creche, Nossa Sra das Dores. Anos depois foi implantada a segunda creche.

Hoje a entidade é mantenedora das duas creches que atendem 210 crianças, um núcleo Sócio Educativo com 400 adolescentes, o projeto Agente Jovem no Jardim dos Francos com 100 jovens, o projeto de alfabetização de jovens e adultos, o programa Alimenta São Paulo com a distribuição de leite e cestas básicas e diversos cursos, de oficinas de capacitação e culturais.

Como faz historicamente, há 30 anos, a entidade Obras Sociais, continua envolvida nas lutas populares por melhorias na qualidade de vida da população.”

Fonte: Jornal Cantareira, novembro de 2005, edição n. 74, p. 7.

Gilberto Cruz: Taí a matéria deste mês de novembro do Jornal Cantareira, muito interessante e vale a pena comentar. Numa região esquecida pelo poder público, ações sociais como as obras sociais do Jd. Vista Alegre têm de ser enaltecidas. Como é bonito ver pessoas preocupadas com o bem-estar da comunidade em vivem, atendendo às suas necessidades. E vale a pena lembrar também que a Rádio Cantareira e o Jornal Cantareira foram fundados nesse bairro, no Jardim Vista Alegre, há 10 anos atrás. Por isso a importância histórica que tem há... o Vista Alegre no contexto da região Brasilândia.

Música: O passageiro (Capital Inicial)

Gilberto Cruz: Muito bem 107,5 voltamos com programa Meu Caro Amigo aqui pela Cantareira FM e vamos à participação da ouvinte que está no ar aqui vai falar conosco. Bom dia, Clarice.

Ouvinte: Bom dia, caro amigo, como vai você?

Gilberto Cruz: Tudo bem, Clarice. Clarice, nós estávamos conversando aqui no intervalo, né e você parece que gostou da reportagem que nós lemos a respeito das obras sociais do Jd. Vista Alegre. Gostaria então que você comentasse aqui pros outros ouvintes também ficarem conhecendo o seu pensamento a respeito disso.

Ouvinte: Olha, é, a igreja católica teve muita, teve uma participação muito grande na contribuição que esses bairro crescesse e a igreja foi assim um ponto fundamental porque houve organizações, obras sociais nessa trajetória de 30 anos né, então eu achei muito importante porque houve assim uma colaboração muito grande da entidade que é nossa Igreja Católica, e porque nesses bairros não tinha nada: não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto, não existia nada. Saúde, posto de saúde então era uma lamentação.

Gilberto Cruz: E você conheceu bem essa situação né?

Ouvinte: E como. As pessoas que viveram aqui de 30 anos pra frente, né; que de 30 pra cá que as coisas foram melhorando, mas de 30 pra trás era uma tristeza, era uma lamentação. A escola pra você ter idéia a escola, a única escola que a gente tinha destes bairros aqui era ali onde é a 45 agora e escola continua lá né, graças à Deus.

Então quer dizer, foi assim uma luta muito grande dessas pessoas. Inclusive existem nomes aqui que a gente pode citar, porque essas pessoas devem ser lembradas né? Tem da Dona Zita Vidal Silva de Andrade, tem das irmãs que foram que ajudaram, tem o nome dos padres que ajudaram, então, inclusive tem uma obra, tem uma obra muito grande que acolhe crianças, você vê creche, creche hoje

em dia você não acha creche de maneira nenhuma né? E essas irmãs elas fundaram duas creches são assim uma coisa assim bárbara. Fornece cesta básica, fornece leite, então Gilberto.

Essas creche elas são de crianças de 7 a 14 anos, tem educação pra adultos, tem cestas básica, é uma coisa assim fabulosa viu? Essas escolas são, ajudou muito na região inclusive posto de saúde, hospital na região, que dizer que agora a gente tem tudo, graças à Deus, é só andar um pouquinho a gente tem tudo né? Graças à essas pessoas, graças à essas pessoas que vieram de tão longe pra ajudar a gente, então é uma coisa assim maravilhosa. Pra você ter noção de quanto que isso é bom, existe 100 jovens no projeto de alfabetização, já pensou? Adultos, criança, criança então tem 210 criança nesse núcleo né, é muito importante isso viu? Foi assim uma coisa muito boa mesmo que fizeram.

Gilberto Cruz: Quer dizer você também tá, conheceu a realidade de lá, não é mesmo?

Ouvinte: Conheci a realidade de lá e participei né, não assim em obras em contribuição, mas também no sofrimento porque a gente também aqui também não tinha água, a gente também não tinha luz, a gente também aqui não tinha nada dessas coisas aqui.

Gilberto Cruz: Aí no Jardim Guarani, não é isso?

Ouvinte: Em Brasilândia, essas adjacências aqui, por aqui, não tinha nada. Guarani então quando eu vim pra cá já 40 anos não tinha nada. Pra você ter noção, pra você ir na Brasilândia pegar uma condução, você tinha que levar um sapato, ou roupa qualquer coisa pra você poder trocar ali em cima, ce entendeu?

Gilberto Cruz: Sei...

Ouvinte: [...] Trocando pra você trocar porque era tombo, essa, (conversa ao fundo) essa Lázaro Amâncio aqui de Barros que tem hoje, ela era essa subida continuava e essa descida né, você quando tava lá no topo você descia arrastando na lama, ou então até no meio da canela de barro quando a pessoa era bem firme era até na canela de barro, foi uma vida muito sofrida. Essas pessoas que contribuíram tão de parabéns.

Gilberto Cruz: Tá ok, obrigado Clarice pela sua participação.

Ouvinte: Obrigada a você e agradeço muito essas pessoas pela luta, pelo desempenho que tiveram. Foram pessoas assim que colaboraram demais mesmo as pastorais né, as pessoas foram muito muito assim como diz o outro: não tenho nem palavras para dizer o quanto elas foram maravilhas nesse empreendimento.

Gilberto Cruz: Tudo bem, obrigado Clarice.

Ouvinte: Eu que te agradeço. Antes tenho que ressaltar, tem que eu esqueci [...] Não poderia deixar de ressaltar e te dizer: a comunidade N.Sra. das Dores, viu, que é uma das pessoas que entrou de cabeça nesse projeto e batalhou pra que tudo isso continuasse e chegasse onde a gente tá hoje, viu?

Gilberto Cruz: Tá ok, obrigado. Obrigado por você expor aí o que, o que você conhece a respeito desse assunto; pelo jeito você não ficou só na teoria, você conviveu, participou, isso é que é importante.

Ouvinte: Eu convivi com isso e não foi pouco tempo não, eu convivi com isso 18 anos com esse sofrimento de não ter água, de não ter luz, 18 anos Gilberto.

Gilberto Cruz: Pois é, agora a gente tem que ir atrás de mais conquistas.

Ouvinte: Não a gente como diz, hoje em dia a gente tem tudo, mas a gente quer melhorar.

Gilberto Cruz: Melhorar sempre mais.

Ouvinte: sempre mais, sempre mais.

Gilberto Cruz: Tá certo. Clarice obrigado, um ótimo dia e continue na sintonia da programação da Cantareira FM.

Ouvinte: Ce sabe que não precisa nem falar, né? Eu não desgrudo.

Gilberto Cruz: Tá ótimo.

Ouvinte: Tudo de bom pra você e pra sua família.

Gilberto Cruz: Pra você também. Tchau.

Música: Go Back (Titãs)

Vinheta de passagem – 107,5

Vinheta: Ler é essencial

Vinheta de passagem – Meu caro amigo

Música: Na rua, na chuva na fazenda (casinha de sapê) – Kid Abelha

ENTREVISTA:

Gilberto Cruz: Kid Abelha – Na rua, na chuva na fazenda (casinha de sapê) e antes Titãs – Go Back. E agora o programa Meu Caro Amigo traz sabe quem? Uma liderança comunitária da Região, vamos conversar com ele. Bom dia, Anilson Brito.

Entrevistado: Bom dia Gilberto, bom dia ouvintes da Cantareira FM, é um prazer imenso estar aqui..

Gilberto Cruz: Anilson, eu gostaria de começar a nossa conversa perguntando um pouco sobre a sua origem, a sua história.

Entrevistado: É Giba, eu nasci na Bahia, sou de uma família de cinco irmãos, nasci lá na cidade de Paratinga, uma cidade do oeste da Bahia, que tem mais ou menos uns 35 a 40 mil habitantes, uma cidade meia pacata, é pouco desenvolvida vou dizer assim principalmente no lado do trabalho entendeu, eu moro aqui com duas irmãs e com meus sobrinhos que vieram também que vieram pra cá, aqui pra cidade de SP e assim a nossa cidade é uma cidade pequena como acabei de falar né?

Gilberto Cruz: E o que levou você a vir para São Paulo, mais especificamente aqui na região da Brasilândia?

Entrevistado: Olha Giba, como o sonho de todos os nordestinos, né, a cidade de SP ela tem como um espelho, vou dizer assim, ela é uma cidade grande, entendeu, as pessoas olham como a cidade da esperança, no sentido de você sair de lá você vê a situação lá como eu falei pra você o desemprego é muito grande, não tem um campo de trabalho pra gente então nós nordestinos vou dizer de um modo

geral generalizando todos nós saímos de lá com o intuito de vir pra cá mudar de vida, tentar crescer na vida; que esse é o intuito de todo nordestino só que a nossa vinda acaba sendo uma ilusão uma ilusão por motivo porque a gente acaba chegando em SP, não é nada daquilo que agente, que a gente pensa. Não é nada daquilo.

Então por exemplo: os meios de comunicação eu digo assim que a novela a televisão ela mostra a pontos pitorescos, o luxo, sei lá, as casa nobres da cidade de SP, vamos dizer assim, Av. Paulista e tantos outros lugares bonitos mas aquilo a realidade de SP ela não mostra que é a periferia, e outros lugares as favelas, e tudo isso e às vezes a gente acaba se iludindo em vir pra cá pra procurar um meio de vida melhor.

Gilberto Cruz: Você é uma das lideranças comunitárias do bairro, conte como é este seu trabalho junto à Igreja e a sua comunidade.

Entrevistado: Olha eu quando cheguei aqui já me engajei, sabe, sou sempre aquela pessoa ligada à religião, sempre convivi assim nas comunidades ajudando, então eu por exemplo sou catequista, trabalho na comunidade na Vila Terezinha já sou catequista há mais de sete anos sabe, é, faço com todo amor e carinho o que eu faço sabe, porque é sempre bom você estar engajado na comunidade, você estar trabalhando com a comunidade, você estar fazendo algo de bom pra primeiro pra agradar a Deus não pra agradar vamos dizer assim os humanos né, vamos dizer assim, mas agradar a Deus. Quando você faz algo assim eu acho que é muito interessante, porque você ta caminhando junto com a comunidade, você ta conhecendo pessoas diferentes, ta vendo como é, como que é o trabalho. Principalmente na Brasilândia, na Brasilândia é um lugar muito, que existe muita, vamos dizer assim, muitas favelas, muitas pessoas pobres, a periferia sempre tem algo a mais para que a gente possa trabalhar para melhorar a situação.

Gilberto Cruz: E por que atividades como esta, que são desenvolvidas na periferia raramente aparecem na mídia?

Entrevistado: Olha porque na realidade isso aí não dá audiência, pra os meios de comunicação, os meios de comunicação eles não ganham nada com isso. Os meios de comunicação na realidade querem mostrar, mostrar beleza né, o que é de bom, o que agrada, como eu falei, o que agrada as pessoas que vem de fora, os turistas, aquela coisa toda. Então se você mostra algo que não é de, de não é agradável, vamos dizer assim, as periferias, as favelas, a por exemplo: existe a violência, tudo isso então as pessoas acha que aquele lugar não é bom, não é legal, não é maravilhoso. Então as pessoas querem procurar, querem tar sempre sabe lugares bom maravilhoso, essa coisa toda. Então acho que a mídia não ganha nada com isso em mostrar a realidade da periferia sem dúvida alguma porque, e às vezes mostra, mostra quando, quando é a violência, por exemplo: achar que na periferia só tem violência, acha que na periferia só tem bandido, isso aí às vezes ela mostra, mas as coisas interessantes que tem, os trabalhos comunitários que existem na periferia é impossível, a mídia ela é incapaz de mostrar esses trabalhos.

Gilberto Cruz: Muito bem. Estamos entrevistando Anilson Brito, uma liderança comunitária aqui da região Brasilândia que participa de uma comunidade católica. Vamos fazer uma pequena pausa, ouvir uma música e daqui a pouco nós voltamos com o programa Meu Caro Amigo.

Música: Alvorada Voraz (RPM)

Gilberto Cruz: Ouvimos RMP com Alvorada Voraz e voltamos a nossa entrevista com a liderança comunitária Anilson Brito aqui no programa Meu Caro Amigo pela Cantareira FM. Anilson Brito: dá para conciliar fé e política?

Entrevistado: Nossa e como dá viu, olha. Vou dizer assim. A fé ela abrange, vou dizer assim, muitos sentidos, sentido amplo da palavra, por exemplo: a pessoa de fé ela tem coragem, a pessoa de fé ela tem esperança, a pessoa de fé ela consegue alcançar os objetivos, a pessoa de fé ela consegue eh, vencer os obstáculos. Já no contexto político, vou dizer assim, se você, é, faz uma política pra o bem comum, porque assim a política você vive ela no dia a dia, a política cotidiana aquela tudo o que você faz na vida cê tá fazendo política.

Quando ela é voltada, seja uma política partidária, aí sim, quando ela é voltada pra o bem comum da humanidade, aí sim a gente tem, a gente consegue, conciliar eu acho que fé e política. Mas quando ela é voltada pra os bens próprios, vou dizer assim, de políticos, de candidatos, quando se torna não uma política e sim uma politicagem, aí sim, eu acho que num dá pra conciliar não porque Jesus foi uma pessoa de fé, ele pregou o que a justiça, ele pregou tantas coisas boas.

E quando você eh, mistura o que não é bom com coisa ruim não dá certo, entendeu? Acho que assim você, fé e política se unem, eu acho que dá conciliar quando é uma política, vamos dizer assim, voltada pra o bem comum da humanidade, aí sim com certeza dá pra conciliar.

Gilberto Cruz: Falando ainda nesse tema: a fé sem obras é morta. Comente.

Entrevistado: É mesmo né? A fé sem obra é morta. Isso é uma palavra bíblica. E às vezes hoje em dia, as pessoas acha que ter fé é só louvar a Deus, acreditar que Deus existe e dizer assim: hoje eu sou uma pessoa de fé, hoje eu largo de lado tantas outras coisas que eu fiz de errado e taí sou uma pessoa de fé. Mas ter fé, vou dizer assim, é você também praticar, praticar as boas obras. Porque se você não pratica as boas obras você não adianta você ter fé. Então a miséria taí, a fome taí, o desemprego taí, a falta de moradia taí, e nós o que é que nós fazemos pra mudar esse quadro aí Nós praticamente não fazemos nada. Então Jesus Cristo ele não quer que você só tenha fé mas pratique essas boas obras, que você vai avante também, que você evangeliza, mas através da evangelização você possa também colocar em prática tudo isso porque a bíblia ensina assim pra você evangelizar mas também pra você colocar em prática, pra que se torne uma fé verdadeira, porque o cristão é esse o cristão é aquele que tem fé e também pratica as obras na época que Jesus tava na Terra ele praticou, ele lutava por justiça é isso que nós temos que fazer as boas obras são essas essas sim.

Gilberto Cruz: Muito bem Anilson, já que você é uma liderança comunitária, participa da igreja católica, acho que a próxima pergunta a gente tá um pouco meio que nesse tema, vamos falar sobre Deus. Como seria a vida sem Deus?

Entrevistado: Nossa vida, a vida sem Deus como se diz, né? Um rio sem águas, né; ou seja, o dia sem luz. Tudo escuro porque é eu acho que Deus é o alicerce da nossa vida, eu acho que pra você construir a casa, a casa só é segura quando você constrói um alicerce bem construído, constrói e faz bem feito, aí sim a casa é segura. Mas se você faz uma casa que não tem alicerce ela acaba o que? Se desmoronando. É igual a nossa vida. Se você não coloca Deus em 1º lugar na nossa vida, que ele seja o alicerce, que ele seja o começo de tudo; aí sim não adianta, não adianta a pessoa querer viver sem

Deus achar que Deus não tem sentido que Deus não existe, que Deus não é o ser Supremo. Eu acho que acho que é só ilusão, sabe, eu acho que Deus tem que tar em 1º lugar na vida de cada ser humano. A gente não pode deixar ele em 2º plano e sim toda vida a gente tem que colocar Deus em 1º plano aí sim a vida dá certo.

Gilberto Cruz: Muito bem, entrevista com Anilson Brito aqui pela Cantareira FM no programa Meu Caro Amigo. Vamos, vamos fazer uma pausa novamente, Anilson, e daqui a pouco você não desligue o rádio fique sintonizado que daqui a pouco nós vamos conhecer um pouco mais da personalidade de Anilson Brito, um bate bola jogo rápido com ele na nossa etapa final da entrevista. Daqui a pouco.

Música: Perfeição (Legião Urbana)

Gilberto Cruz: Ouvimos Legião Urbana – perfeição. E voltamos a nossa entrevista de hoje com Anilson Brito, grande liderança aqui da região Brasilândia. Vamos conhecer um pouquinho mais do perfil dele. Vamos ao bate bola jogo rápido:

Entrevistado: Já?

Gilberto Cruz: Tá preparado?

Entrevistado: Tô preparado. Vamos ver né? Vamos tentar. Acho que sim.

Gilberto Cruz: Vamo lá. Um lugar.

Entrevistado: Minha casa.

Gilberto Cruz: Cor.

Entrevistado: Branca.

Gilberto Cruz: Comida.

Entrevistado: Qualquer uma.

Gilberto Cruz: Sendo comestível...

Entrevistado: Isso.

Gilberto Cruz: Um livro.

Entrevistado: Capitães da Areia, de Jorge Amado

Gilberto Cruz: Capitães de Areia?

Entrevistado: É capitães de Areia, de Jorge Amado

Gilberto Cruz: Uma paixão.

Entrevistado: Minha esposa, meu filho, e minha mãe principalmente.

Gilberto Cruz: Brasil.

Entrevistado: Pais do futuro.

Gilberto Cruz: Que nunca chega....

Gilberto Cruz: Verdade.

Entrevistado: É o fundamental.

Gilberto Cruz: Política.

Entrevistado: Conscientização.

Gilberto Cruz: Muito bem, Anilson eu gostaria de agradecer imensamente a sua presença aqui no programa Meu Caro Amigo e peço para que você deixe uma mensagem aos nossos ouvintes.

Entrevistado: A mensagem que eu deixo é que os jovens, principalmente se conscientizem, pra que possa olhar mais um pouco a situação do nosso povo brasileiro, não só os jovens, vão dizer assim, mas todos nós brasileiros temos que ser mais amigos, mais cristãos, é mais, é mais solidários, uns ajudando aos outros porque o mais importante pra cada um de nós nessa vida ao amor e Deus fala muito de amor, entendeu quando você se der ao outro, você encontra sim o verdadeiro amor. Então é isso que eu deixo: muita paz, saúde é o que eu desejo de coração.

Gilberto Cruz: Obrigado e assim chegamos ao final de mais um programa Meu Caro Amigo. Semana que vem tem mais. Um forte abraço fique com Deus e até lá.

1.2. Programa A Voz da Comunidade – Rádio Nova Esperança

locação masculina: A Rádio Nova Esperança FM – 87,5, apresenta o programa “A voz da Comunidade” que vai ao ar todos os dias das oito horas e trinta minutos às nove horas e trinta minutos. Ligue e participe pelo telefone 3361-7320.

A Rádio Comunitária Nova Esperança 87,9 tem como objetivo os doze mandamentos da comunidade envolvendo a cidade:

- Emprego
- Saúde
- Educação
- Transporte Coletivo e Alternativo
- Esporte e Lazer
- Habitação
- Desenvolvimento Social
- Cultura
- Criança, Adolescente e Idosos
- Segurança
- Meio Ambiente e
- Cidadania

Projeto Saúde Vila Esperança, Ilha Bela, Sítio Novo e adjacências com o Doutor Jorge Carvalho de Santana, enfermeira Ester Negrine Resende e auxiliar de enfermagem Évelin Aparecida Braga.

Objetivo: integração dos moradores do bairro no programa Saúde da Família: Educar crianças e famílias para uma conscientização da necessidade de conservar a saúde, prevenindo doenças provenientes da falta de higiene e de uma adequada orientação, inclusive sobre alimentação, a fim de conseguir ambientes de pessoas saudáveis e conscientes de suas responsabilidades.

Aspectos a serem desenvolvidos:

- Plantio e consumo de verduras;
- Medicina alternativa;
- Estudo sobre alimentos e plantas medicinais;
- Orientação para uma alimentação saudável;
- Noções sobre prevenção para doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis;
- Educação para higiene pessoal, ambiental e familiar;
- Noções sobre doenças adquiridas pela falta de higiene;
- Orientação sobre destino, armazenagem e reciclagem do lixo e as conseqüências da exposição do mesmo;
- Conscientização para a conservação e preservação do meio ambiente.

Atividades:

- Campanhas;
- Limpeza e conservação de praças, ruas e córregos;
- Jardinagem;
- Solidariedade entre os moradores do bairro;
- Apoio às campanhas de vacinação;
- Combate à leptospirose entre outras;
- Conservação de equipamentos e aparelhos públicos;
- Cultivo da horta;
- Estudo de solos, verduras e adubos;
- Plantio e cuidados básicos de hortifrutigranjeiros;
- Aproveitamento e consumo dos produtos da horta;
- Cultivo e uso de plantas medicinais;
- Preservação e conservação do espaço físico do bairro;
- Cuidado e limpeza do jardim, da calçada e da praça;
- Plantio de flores e árvores;
- Cuidado e limpeza das paredes e muros;
- Estudo dos tipos de flores e árvores para adequado plantio no local;

- Seleção de lixo;
- Reciclagem do lixo;
- Destinação e armazenagem do lixo;
- Transformação artística do lixo reciclado;
- Cursos, palestras;
- Visitas a centros tecnológicos e de produção e tratamento de alimentos;
- Curso para as mães;
- Curso de Culinária, conservação de alimentos, conservas e congelamento.

Atividades complementares:

- Leitura;
- Relatórios;
- Confecção de cartazes;
- Panfletos de conscientização – elaboração e distribuição;
- Palestras;
- Cursos para aproveitamento da sucata;
- Cursos para agentes comunitários e líderes de bairro;
- Filmes;
- Avaliação;
- Avaliação do projeto como um processo educativo e de incentivo a continuar avançando com novos passos.

Recursos Humanos:

- Voluntários da área da saúde, enfermagem, farmácia, medicina, professores de biologia, ecologia, ambientação, pessoal do centro de saúde do bairro, médicos, enfermeiros, assistentes, dentistas e psicólogo;
- Equipe de educadores;
- Pessoas convidadas para complementar o trabalho;
- Palestras de educação para a preservação do meio ambiente com pessoal do Departamento de lixo urbano;
- Trabalho das famílias e crianças.

Recursos materiais:

- Materiais cedidos pela Prefeitura Municipal de Cubatão;
- Tambores para a reciclagem do lixo;
- Apostilas;

- Folhetos para orientação, entre outros;
- Instituto Agrônomo: sementes, mudas, adubos;
- Departamento de Parques e Jardins: plantio de árvores, limpeza de terrenos baldios, córregos e praças;
- Colaboração das próprias famílias com mudas de plantas medicinais, flores, verduras, com ferramentas e com o trabalho voluntário.

Metodologia:

- Ação – Reflexão – Ação;
- Aprender vendo, fazendo e pensando;
- Participativa.

Duração: abril de 2004 a Dezembro de 2005.

Coordenadores:

A equipe do programa de Saúde da Família do Bairro Vila Esperança.

Rádio Comunitária Nova Esperança – 87,9. Telefone 3361-7320.

Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”

Rosângela: Está entrando no ar o programa “Médico da Família” com o Doutor Jorge, a Enfermeira Ester e a auxiliar Évelin e os agentes comunitários Cida, Nete, Adenilda, Rosângela e o nosso diretor técnico Bola, que estará sendo transmitido pela 87,9 e se vocês quiserem medir sua pressão, saber como está sua diabetes é só se dirigir até a Nova Esperança FM, aqui no ponto final. E os ouvintes também poderão estar participando pelo telefone 3361-7320, fazendo suas perguntas. Este é um trabalho da Sociedade de Melhoramentos da Vila Esperança em conjunto com a Prefeitura Municipal de Cubatão.

Rosângela: Bom dia Doutor Jorge.

Doutor Jorge: Bom dia Rosângela, bom dia você que mora no City Novo, você do Vale Novo, Vale Verde, Vila Natal, Vila Nova, Água Fria, Costa Monique e Sítio Queiroz, Ilha Bela, Conjunto Mário Covas, Jardim Nova Esperança e toda Vila Esperança e adjacências. Bom dia você que está trabalhando, você que está em casa, você que está indo para a escola, é um prazer estar entrando na sua casa através da Rádio Nova Esperança, ok?

Rosângela: Bom dia Ester.

Ester: Bom dia Rosângela, bom dia ao Bairro da Vila Esperança.

Doutor Jorge: Bom, nós hoje estaremos falando sobre a tuberculose. É uma doença temida por todos, é uma doença que realmente vem a assustar as mães principalmente por causa dos seus filhos. Na verdade a tuberculose é uma doença antiga, muito conhecida que pode ser tratada. Milhares de pessoas continuam adoecendo e até morrendo por causa da tuberculose. Para evitar a tuberculose é preciso

tomar alguns cuidados e ter informações a respeito dessa patologia. A tuberculose é transmitida pelo ar, por uma bactéria chamada Bacilo de Koch que ataca principalmente os pulmões. A pessoa que geralmente está doente por causa da tuberculose ela vai eliminar o bacilo através da tosse, através do falar, do cantar, do respirar, do conversar e, ao expelir esse bacilo, este pode ficar no ar por várias horas e aí a pessoa que está conversando com uma outra pessoa doente, contaminada, ao abrir sua boca conseqüentemente pode receber esse bacilo e contrair a doença. Locais fechados também, sem ventilação, facilitam muito a transmissão da doença.

Uma pessoa bem alimentada e com boas condições de saúde geralmente vai ter bem menor probabilidade de desenvolver a doença. Agora, uma pessoa que é fraca, uma pessoa subnutrida, uma pessoa idosa, ou geralmente aquela pessoa alcoólatra, aquela pessoa que usa drogas, então ela tem o organismo debilitado, então ela não vai ter a mesma defesa, e aí pode contrair facilmente a doença que irá se instalar nessa pessoa e muitas vezes, a depender da resistência, se for resistência bem franca, então pode até levar à morte.

VINHETA – Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Miúdo: E agora nós vamos chamando a nossa enfermeira Ester e juntamente a Comunidade e também o Doutor Jorge, a Évelin e os agentes comunitários. Bom dia Ester.

Ester: Bom dia Miúdo. Bom dia Comunidade da Vila Esperança, todos que estão nos ouvindo, o Sítio Novo, o Vale Novo, da Ilha Bela, do Vale Verde, da Vila Nova, da Vila Natal, todos os bairros que estão nos ouvindo, eu gostaria de estender um bom dia e agradecer pela audiência de todos.

Hoje nós vamos falar também sobre um assunto muito importante, principalmente para todas as mulheres. Não que os homens agora tenham que desligar o rádio, não é nada disso, esse assunto é muito importante, até mesmo se a esposa não está em casa, para você esposo gravar bem e depois passar todas as informações pra ela. É isso mesmo, Miúdo?

Miúdo: É isso aí, então a gente pede a todos os moradores que estão sintonizados na 87.9 que preste bastante atenção com esta informação deste programa “O Médico da Família” onde vai estar nossa enfermeira Ester, juntamente com o Doutor Jorge, a Évelin, e a sua equipe, a nossa, dando uma trajetória para a Comunidade da Vila Esperança.

Ester: Bom, hoje nós vamos falar sobre o câncer de colo uterino. É uma doença que acomete muitas mulheres, principalmente na idade entre os 35 e 49 anos. Esse problema, o câncer, ocorre quando as células se modificam e formam um tumor no colo do útero. Isso demora muito tempo para se desenvolver, leva cerca de 10 a 20 anos. Só que existe uma forma de estar se prevenindo, ou estar descobrindo esse problema antes, que é fazendo o exame preventivo chamado Papanicolau. Esse exame é realizado pegando uma amostra das células existentes no colo do útero e verifica-se se elas estão alteradas. Esse exame deve ser realizado anualmente, todas as mulheres que já estão na fase dos 35 em diante. Se esse exame der... o teste não der nenhuma alteração em um período de dois a três anos, elas podem estar fazendo de dois em dois anos. Caso ocorra alguma alteração, esse exame deve ser repetido de seis em seis meses. Todas as Unidades Básicas de Saúde fazem esse exame, ele é gratuito, não tem custo nenhum, todas as mulheres devem fazer a partir do momento que já tenha sua

primeira relação sexual, até mesmo antes, existe um meio diferente também, com aparelho diferente, que também pode ser realizado.

VINHETA – Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Ester: Esse exame ele é realizado se observando o colo do útero e colhendo o material que tem ali, com uma espátula é retirada a secreção. Essa secreção é colocada em uma lâmina e então é levada ao laboratório. Esse exame não só identifica o câncer uterino, mas ele identifica também doenças sexualmente transmissíveis, ou outras alterações das células. Por isso que é muito importante estar fazendo porque se ocorrer de estar identificando qualquer outro problema vai iniciar o tratamento precocemente, não só da mulher mas também do homem, se for o caso de uma DST e quanto mais cedo for descoberto, mais fácil de estar fazendo o tratamento, menos gastos e mais eficiente vai ser o resultado.

Miúdo: É isso aí, na Nova Esperança FM nós estamos aí com a equipe do “Médico da Família” com o Doutor Jorge, a nossa enfermeira Ester e a auxiliar Évelin e os agentes comunitários que estão aí também todas as terças-feiras na Vila Esperança. E na segunda-feira é na Ilha Bela, o Médico da Família estará atendendo aí a comunidade. Então você venha, participe, e aí a gente dá a sequência através da Associação Nova Esperança FM, a serviço da comunidade para que justamente cada cidadão e cidadã tenha informação da saúde na sua casa.

Música: Chico Buarque

VINHETA – Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Ester: Bom, voltando ao assunto, antes de dar continuidade eu queria informar a todos que estão nos ouvindo que no próximo dia 31, numa segunda-feira, às 9 da manhã na Escola Ulisses Guimarães, vai ter uma palestrinha sobre doenças sexualmente transmissíveis por algumas pessoas lá da Vigilância Sanitária, então todos os que estão ouvindo, que têm interesse de estar aprendendo um pouquinho mais a respeito desse assunto estão convidados a estar lá às 9 da manhã na Escola Ulisses Guimarães.

VINHETA – Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Miúdo: É isso aí na Nova Esperança. Aqui está justamente as informações da equipe de saúde do Doutor Jorge, a nossa enfermeira Ester, toda terça-feira nós estamos aqui a partir das 11 horas, justamente levando as informações da área da saúde.

VINHETA – Rádio Comunitária Nova Esperança – 87,9, telefone 3361-7320.

Ester: Espero que todas as mulheres tenham entendido direitinho, elas podem estar ligando pra gente para dizer as dúvidas delas, que na medida do possível nós vamos estar respondendo todas as perguntas, porque esse é um assunto muito atual, muito importante. Até, há uns 15 dias atrás, teve uma campanha do exame preventivo do Papanicolau e a Unidade da Vila Esperança atendeu muitas mulheres que precisavam estar fazendo, que o exame estava atrasado. Ontem, também, nós conversamos com algumas ali na Ilha Bela e muitas delas falaram pra gente que não fazem o exame já tem uns três, quatro anos, então isso faz com que elas estejam correndo risco de não estar descobrindo o problema e estar cada vez retardando mais, e quanto mais tarde for descoberto, mais perigoso fica e mais difícil o tratamento.

Miúdo É isso aí, na Nova Esperança FM – 87.9 nós estamos mandando para a nossa comunidade as informações pra você que está aí na sua casa, né? Nós só não atendemos telefone a cobrar porque às vezes as pessoas estão ligando aí a cobrar e a gente tem que pagar a conta e é o Serviço de Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM – 87.9, a serviço da Comunidade.

VINHETA – Rádio Comunitária Nova Esperança – 87,9, telefone 3361-7320.

Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Miúdo: É isso aí, na Nova Esperança FM 87,9. Nós continuamos a programação aqui justamente falando para nossos ouvintes que estão ligadinhos na 87.9, com a nossa enfermeira Ester, justamente dando sequência a programação.

Ester: Hoje já chegou aqui uma perguntinha pra gente estar respondendo, uma dúvida da nossa amiga Cida e a Évelin vai estar fazendo a pergunta.

Évelin: Bom dia Miúdo, bom dia Ester, bom dia todos ouvintes da Comunidade Vila Esperança. Ester, uma pessoa com câncer uterino pode engravidar?

Ester: Bom, na verdade se ela já sabe que está com câncer uterino ela não deveria engravidar, ela não deve engravidar porque a partir do momento que ela está com uma patologia, com um tumor, ela precisa estar tomando medicamentos fortes, às vezes uma quimioterapia, radioterapia, então ela não deve estar engravidando, porque esse tipo de medicação não deve ser tomado no período da gravidez. Só que se caso ocorrer, ela não sabe que está com câncer e descobrir ela já estando grávida, vai ser um pré-natal de alto risco, ela não vai mais estar fazendo na Unidade Básica de Saúde, ela vai estar sendo encaminhada para o CAISMI que fica lá próximo ao Hospital Modelo, grudado lá, mas na verdade ela não deve engravidar não, tá?

Até eu gostaria de dizer... tem algumas mulheres que pensam que no período da gravidez não pode estar se fazendo o exame Papa Nicolau, mas o exame pode ser feito sim e o ideal é que ele seja feito logo no início da gestação, para se caso ela tiver alguma infecçãozinha, alguma alteração celular, pode estar se tratando também na fase da gestação.

Temos mais alguma pergunta Évelin?

Évelin: Sim, Ester, temos mais uma. Uma pessoa que nunca teve relação sexual pode desenvolver o câncer de útero?

Ester: Sim, ela pode estar desenvolvendo sim, porque não tem uma relação propriamente dita com a gravidez. O tumor de colo uterino, como eu falei anteriormente, os fatores de risco, ele pode estar sendo causado por uma... pode acontecer com uma mulher que já teve várias infecções, que teve o início da atividade sexual cedo, então não tem relação com o número de gravidez não.

O Miúdo vai colocar uma música agora pra gente ouvir.

Música do Fagner

VINHETA – Estamos apresentando o programa “A Voz da Comunidade”.

Miúdo: É isso aí, na Nova Esperança FM – 87.9. Nós vamos para a consideração final da nossa amiga Ester, que já deu esse relato e justamente depois nós voltaremos aí terça-feira que vem dando sequência aí com o Doutor Jorge que está preparando um documento pra gente mandar para a Ministra do Meio Ambiente. Então aqui a gente está fazendo a nossa parte e a comunidade faça a sua parte aí do outro lado. Ester.

Ester: Bom, antes de encerrar eu gostaria de fazer os últimos convites à comunidade que está nos ouvindo. Gostaria de informar que essa semana, de segunda a sexta-feira está havendo uma campanha de dislipidemias no Paço, então as pessoas que quiserem estar medindo o colesterol pode estar se dirigindo lá no período da manhã, das nove ao meio-dia que tem várias equipes situadas lá, várias pessoas vão estar fazendo o testezinho e você pode estar verificando lá. Relembrando também no dia 31 às nove da manhã na Escola Ulisses Guimarães também haverá palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis. Agora, para finalizar, eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que estão nos ouvindo e também dizer que na próxima semana estaremos aí falando sobre um assunto novo para vocês. Um bom restante de dia a todos. Um abraço.

Doutor Jorge: Eu queria inclusive informar a todos que estão em acompanhamento conosco da pressão, diabetes, e aquelas pessoas que gostariam de fazer alguma consulta, alguma orientação médica, nós estamos aqui no ponto final, na Comunidade Nova Esperança FM, e você pode vir aqui medir sua pressão, fazer o controle, passar por alguma avaliação médica conosco, nós estaremos aqui até quinze para uma para atender as pessoas da comunidade, aqueles que têm feito controle de pressão conosco nós estamos lhe aguardando aqui no ponto final, aqui na Rádio, ok?

Miúdo: É isso aí, um abraço a toda comunidade que está ligadinha na 87.9. Um abraço ao doutor Jorge, à nossa amiga Évelin, à Éter, ao Alex que hoje está aí fazendo a programação também, voluntário para comunidade da Vila Esperança, é um programa que fica o CD gravado e aí a gente agradece a toda comunidade e você vem aí para o salão que já já o doutor Jorge estará presente atendendo às vinte pessoas que vão estar no salão vendo a sua conclusão, ok? A gente fica por aqui e vamos soltando a programação normal da Associação Comunitária Nova Esperança FM – 87.9, a serviço da comunidade.

Música: Oração – Bom dia, boa tarde, boa noite

Essa mensagem tem o apoio cultural da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM – 87.9, a serviço da comunidade.

Música – Martinho da Vila

Propaganda Ferrovia Centro Atlântica

No ar “Painel da Cidade”: as notícias de Cubatão no seu rádio.

Ano passado, a CMT – Companhia Municipal de Trânsito – atuou de forma intensa para melhorar o sistema viário de Cubatão.

Mudou a direção do tráfego em ruas e avenidas movimentadas.

Investiu na sinalização.

Construiu uma ciclo faixa de 1.500 metros na Vila Natal. Enfim, provocou diversas alterações que mexeram com a rotina de toda a população.

Segundo o superintendente da CMT – Édison Joaquim de Freitas, foram medidas necessárias que agora são melhor compreendidas pela comunidade, mas algumas, como o estacionamento regulamentado na região central da cidade provocou polêmica no começo.

Nesse sentido, a CMT tem o programa “Educando para o trânsito” que funciona no Parque Anilinas.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da Cidade”.

Você sabia que mais de trinta mil pessoas morrem no trânsito todos os anos. São mais de 80 pessoas por dia, ou seja, a cada 18 minutos uma pessoa morre no trânsito brasileiro. E você? Sabe por que os acidentes acontecem?

Na grande maioria das vezes, 8 em cada 10 acidentes, são causados pela imprudência de motoristas e pedestres. Então não seja a próxima vítima, fique atento, preste atenção em algumas dicas que vamos dar, afinal, o trânsito seguro depende da mudança de nosso comportamento.

Quem pode levar e buscar os filhos na escola todos os dias já reparou de que lado coloca a criança no caminho? Seu filho deve ser seguro pelo pulso, bem firme, e deve ficar sempre do lado da calçada ou das casas, protegido do movimento da rua. Em locais sem calçada procure andar rente aos muros, sempre no sentido contrário dos carros, assim você pode ver quando vem um veículo e se proteger.

Quem não pode levar e buscar deve orientar, ensine, chame a atenção das crianças para os perigos do trânsito. Não esqueça que no centro da cidade a sinalização é diferente. Lá tem semáforo, tem faixa para pedestre e também muito mais veículos circulando.

Então estamos combinados, todos somos responsáveis, se cada um fizer a sua parte, o trânsito aqui no nosso bairro com certeza vai ser mais seguro e lá no centro seremos exemplo de cidadãos. Assim você vai poder dizer bem alto: “Trânsito seguro é responsabilidade de todos. Eu colaboro.”

VINHETA – Painel da cidade

Se você é ciclista, cuidado. Aqui no bairro tem muita gente que anda de bicicleta, não é? Então, vamos organizar. Temos o dever de proteger nossas crianças de acidentes, por isso procure andar sempre na mão de direção dos carros, afinal a bicicleta também é um veículo de locomoção. A bicicleta também pode machucar alguém no caso de um atropelamento. Respeite as regras, ande sempre na mão de direção, bem pelo cantinho para se proteger dos carros. Não se distraia, você é um piloto nessa hora. Não ande pelas calçadas e preste atenção nas crianças. E não esqueça que as regras do bairro continuam valendo ao pedalar no centro. Ande sempre pela mão de direção e nunca pelas calçadas.

Então estamos combinados, todos somos responsáveis, se cada um fizer a sua parte, o trânsito aqui no nosso bairro com certeza vai ser mais seguro e lá no centro seremos exemplo de cidadãos. Assim você vai poder dizer bem alto: “Trânsito seguro é responsabilidade de todos. Eu colaboro.”

VINHETA – Painel da cidade

Atenção morador, o calor e a chuva aumentam os riscos da cidade viver uma epidemia de dengue. Evitá-la depende de todos nós. O mosquito transmissor da doença precisa de água acumulada para reproduzir, por isso mesmo deixe em ambiente coberto ou então elimine do seu quintal todos objetos que possam acumular água de chuva: pneus, latas, vidros, garrafas, copos descartáveis, sacos plásticos. Os vasos de planta também não podem juntar água. E não se esqueça, a caixa d’água precisa estar bem tampada. Acabar com os criadouros do mosquito da dengue é uma questão de consciência. A luta contra a dengue é de todos nós.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Drogas:

Droga é qualquer substância que não seja alimento que prejudica o funcionamento da sua mente e corpo. Certas drogas chamadas de psico-ativas podem mudar o nome de uma pessoa pensar, sentir e atuar.

Estimulantes:

São drogas que deixam as pessoas mais agitadas, tiram o sono, aumentam a agressividade principalmente com os familiares e tiram o apetite.

VINHETA – Painel da cidade

Depressoras:

São drogas que provocam sono, confusão mental, dificuldade de raciocinar, coordenar as idéias, dificuldades em aprender e causam tremores musculares.

VINHETA – Painel da cidade

Alucinógenos:

São drogas que mudam a forma da pessoa ver, sentir e ouvir. Relacionamos abaixo algumas das drogas mais usadas:

VINHETA – Painel da cidade

Nicotina: é uma substância encontrada no cigarro e que tem grande poder de causar dependência. Nicotina é um estimulante que aumenta as batidas do coração, causa estreitamento dos vasos sanguíneos e obriga o coração a trabalhar com mais dificuldade. O tabaco fumado causa problemas respiratórios, além de deixar as mãos com odor desagradável e amareladas. Mancha os dentes, pode causar câncer, doenças no coração e, por fim, a morte. De fato, a prevenção ao fumo é uma das principais medidas para se enfrentar muitas mortes no Brasil. O número de pessoas que morrem diariamente em todo o mundo pelos efeitos do fumo equivale ao choque de dois jumbos lotados a cada dia. Quem não fuma mas respira perto de pessoas que fumam é chamado de fumante passivo e isto é perigoso para a saúde. A fumaça do cigarro também polui o ar.

VINHETA – Painel da cidade

Bebida alcoólica:

É uma droga depressiva. Quando uma pessoa ingere uma bebida alcoólica esta é absorvida pela circulação sanguínea na sua passagem do estômago para o intestino. Bebendo álcool as pessoas podem: ficar embriagadas, perder a coordenação, equilíbrio, ficar violentas ou sonolentas, ter dificuldade em aprender e recordar, mudar o comportamento, causar acidentes, aborrecer as pessoas e se chatear facilmente com elas. O uso do álcool pode levar à dependência, formação do hábito, doença ou morte, os riscos e os perigos a quem estamos sujeitos quando nos envolvemos com álcool, especialmente para pessoas jovens, é muito grande. Jovens com menos de 18 anos não podem beber, inclusive isso é crime em nosso país, previsto na Lei 8.069 de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente.

VINHETA – Painel da cidade

Maconha:

É uma droga que altera a mente. Possui muitos nomes usados na gíria, alguns deles são: baseado, erva, grama, pacaú, etc. As pessoas que usam maconha têm: reflexos lentos, memória reduzida, dificuldade para concentração, incapacidade para pensar, alterações no senso de tempo e espaço, estudantes que

usam maconha têm dificuldade para se lembrar do que aprenderam, são lentos, têm pouca iniciativa e podem ficar dependentes da droga.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Cocaína:

É um estimulante com alto poder de tornar as pessoas dependentes. Normalmente é aspirada pelo nariz, mas pode ser fumada na forma de pedra, também conhecida como crack. E, por último, pode ser injetada. Quando usada regularmente, a cocaína causa confusão mental, impossibilitando as pessoas de pensarem claramente, provocando também grande irritação. O uso constante de cocaína causa problemas respiratórios, cardíacos e até a morte.

VINHETA – Painel da cidade

Inalantes:

São substâncias químicas como a cola de sapateiro, a gasolina e outros solventes que podem ser inalados. Temos aproximadamente duas mil substâncias inalantes. O uso inadequado de qualquer inalante pode causar às pessoas dependentes sérios danos, muitas vezes de caráter permanente. Até a morte pode acontecer, mesmo que seja a primeira vez que se esteja inalando tais drogas.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Heroína:

É extraída da papoula do oriente. Trata-se de um opiáceo feito de ópio. Provoca sonolência, queda de pressão sanguínea e da respiração. Diminui a sensibilidade e a atividade do estômago e do intestino. Com o uso repetido perde-se a fome, perdem-se os cuidados consigo mesmo e, entregue ao vício, o usuário em semanas torna-se socialmente imprestável, além de acabar com a própria saúde.

Todas as drogas são substâncias perigosas que podem afetar a sua saúde, o seu desempenho escolar, a sua família e as suas amizades. Elas podem limitar suas escolhas para o resto da vida, afetando e muito o seu futuro.

Esse informativo tem o apoio da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM 87,9, a serviço da comunidade.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Propaganda Ferrovia Centro Atlântica

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

HIV:

Fique sabendo porque é um direito seu.

Talvez não seja fácil fazer o teste, porém você precisa saber que a AIDS não tem cura, mas tem tratamento e você pode ser feliz de qualquer jeito.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Quando fazer o teste?

É importante fazer o teste você que está fazendo o pré-natal ou se você correu risco de ser infectado ou transar sem camisinha, ou compartilhar seringas ou agulhas. Lembre-se, se você correu risco, seu parceiro também deve ser avisado, especialmente se você tem alguma doença sexualmente transmissível, pois na maioria dos casos o tratamento precisa ser conjunto para ser eficaz.

VINHETA – Painel da cidade

Ninguém vai ficar sabendo o resultado?

O resultado do teste é secreto e o que você discutir dentro do serviço de saúde é sigiloso. Só você fica sabendo o resultado e só conta para quem achar melhor.

VINHETA – Painel da cidade

Quanto tempo depois de correr risco eu posso fazer o teste?

Após correr risco você precisa esperar três meses para fazer o teste, é a chamada janela imunológica, ou seja, o tempo que seu organismo leva para produzir os anticorpos que podem ser encontrados no teste.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Recebendo o resultado: Se o resultado for negativo:

Saiba que você não está imune à doença e que é fundamental o uso do preservativo. Novas situações de risco exigirão um novo teste.

VINHETA – Painel da cidade

Se o resultado for positivo:

Saiba que a AIDS tem tratamento gratuito e que ele é um direito seu. Não tire nenhuma conclusão precipitada. É fundamental esclarecer todas as suas dúvidas sobre o HIV e a AIDS. Você precisa planejar a sua vida baseando-se em informações corretas e nunca em mitos boatos e fofocas.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

A criança e o adolescente HIV positivo têm os mesmos sonhos, as mesmas dúvidas e a mesma vontade de viver de todas as crianças e adolescentes.

As crianças e adolescentes soropositivos têm o mesmo direito de acesso à educação que as outras têm.

Têm o mesmo direito ao lazer que as outras têm.

É preciso criar condições para que essas crianças e adolescentes vivam com suas famílias.

Garantir sua total inclusão na sociedade.

Essa é a nossa luta.

Projeto Reviver e UNICEF – Tecendo o futuro de crianças e adolescentes HIV positivo.

Ligue: 6692-1112. 6692-1112

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Use sempre camisinha. Confira algumas dicas para usar o preservativo corretamente:

Guarde a camisinha em local seco e longe da luz do sol;

Não pressione a embalagem guardando-a no bolso ou na carteira;

Coloque-a com o pênis duro, apertando a ponta para sair o ar, desenrolando até o final;

Retire a camisinha com o pênis ainda duro.

Em Cubatão, para fazer exames procure o CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento na Avenida Pedro José Cardoso, 267, Rua da Cidadania – conjunto 13, fone: 3372-5591.

Esse informativo tem o apoio da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM – 87.9, a serviço da comunidade.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Prevenção de acidentes no lar:

Quando se trata de prevenção de acidentes no lar temos razões muito fortes para nos proteger, pois nas suas ocorrências os acidentes domésticos também podem levar à morte. Porém, com detalhes de desprezo aos cidadãos, porque dentre as 29 normas regulamentadoras dedicadas à saúde e segurança

do trabalhador não existe uma norma que trate da segurança no lar. No entanto, prevenir acidentes no lar é diferente, pois não há normas que obrigue morador ou dono da residência a tomar medidas de prevenção contra eles, não existindo sequer notificação nos órgãos oficiais quando se trata de acidentes graves ou fatais nas residências.

VINHETA – Painel da cidade

Os acidentes ocorridos nos lares são avaliados nos pronto-socorros como uma ocorrência comum. Diariamente nos hospitais pessoas e mais pessoas dão entrada nos pronto-socorros vítimas de acidentes domésticos causados pelos mais diversos motivos, dentre os quais: intoxicação, queimaduras com produtos químicos, ingestão de veneno, explosão por vazamento de gás, queimadura com panela contendo água ou óleo quente, queimadura por fogos de artifício, choque elétrico, quedas em pisos escorregadios, lesões cortantes por faca de cozinha, incêndios por inflamáveis ou mesmo óleo de cozinha.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Atenção com produtos químicos:

Geralmente as crianças são vítimas de intoxicação por produtos químicos dentro de casa. Podemos citar dentre os mais freqüentes: água sanitária, removedor, querosene, álcool, gasolina e soda cáustica.

Os produtos químicos geralmente utilizados em limpeza possui muitas vezes uma infinita quantidade de substâncias agressivas ao organismo humano. Devem ser manipuladas com critério, inclusive com o uso de luvas para evitar o contato com a pele. Quando ocorrer derramamento de algum produto químico, lave o local abundantemente com água. Não manipule quaisquer produtos inflamáveis próximo à chama. Nunca incendeie plásticos pois muitos deles têm propriedades de desprender gases tóxicos durante a queima.

Nota: nunca provoque vômito nos casos de crianças e idosos, em vítimas inconscientes e em convulsões, pois existe o perigo de aspirações de secreções e engasgamento da vítima, em vítimas com sangramento oral, com forte dor e ardência na boca e garganta, em vítimas que ingerirem derivados de petróleo, alvejantes de uso caseiro, água sanitária, soda cáustica, desinfetantes, água de cal e iodo.

VINHETA – Painel da cidade

Animais de estimação:

Para evitar acidentes, mantenha sempre seu animal de estimação vacinado, pois estatísticas mostram que animais domésticos são os principais responsáveis pela transmissão da raiva. A mesma se faz através da saliva, pela mordedura ou arranhadura de animais infectados.

VINHETA – Você está ouvindo “Painel da cidade”

Primeiros Socorros:

Como ajudar os casos de vítimas de choque elétrico.

Muita atenção para separar a vítima do contato com a eletricidade, desligando-se a chave geral ou retirando a vítima do contato elétrico, isto é, puxando-a para fora da corrente, não esquecendo de utilizar pano seco, borrachas ou pedaços de madeira para a remoção.

VINHETA – Painel da cidade

Esse informativo tem o apoio cultural da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM – 87.9, a serviço da comunidade.

VINHETA – Painel da cidade. Cidade a cada dia melhor.

Música: Que país é esse? (Legião Urbana:)

Propaganda Ferrovia Centro Atlântica

A rádio comunitária é uma realidade.

Comunicar é um direito de todos, está na Constituição brasileira.

Na rádio comunitária é você quem faz a comunicação e nós estamos aqui para aumentar o alcance da sua mensagem.

Juntos somos mais fortes, não deixe ninguém calar a nossa voz.

Rádio comunitária não derruba avião, não atrapalha sinais de comunicação, não faz mal a ninguém, só mexe com os nervos de quem não gosta de democracia, porque quem trabalha em rádio comunitária sabe que ser cidadão é ter voz e vez.

Campanha em defesa das rádios comunitárias e cidadãs. A onda que está ao nosso alcance.

Acabamos de apresentar o programa “A voz da comunidade” pela Rádio Comunitária Nova Esperança – 87,9, a rádio a serviço da comunidade.

1.3 Programa Espaço das Comunidades – Rádio Cantareira FM 107,5.

Data: Dia três de setembro de 2005 – Terça Feira

Rádio: Cantareira FM 107,5

Horário: 18h20 às 19h

Apresentação: Juçara Terezinha Zottis

Téc.: Trilha de abertura

Loc. 1: A Rádio Cantareira FM 107,5 apresenta o programa Espaço das Comunidades (aumenta a trilha)

Tec.: música de abertura do programa

Juçara Terezinha: Hoje vamos conversar sobre problemas relevantes da nossa região que estão tirando o sono de muita gente das comunidades do entorno da Serra da Cantareira. Trata-se da existência de aterros irregulares no entorno da Serra da Cantareira que estão provocando a destruição da biodiversidade formada por diversos ecossistemas como o solo, água, atmosfera e os seres vivos que ali habitam. Diversas espécies de animais silvestres estão ameaçadas de extinção.

Estes e outros problemas estão provocando um verdadeiro desastre ambiental na Serra da Cantareira, considerada pelo Unesco (Organização das Nações Unidas) como Reserva da Biosfera – Patrimônio da Humanidade, Pulmão Verde da Cidade de São Paulo.

Aqui no estúdio está o Edson Manoel dos Santos da comunidade Vila Terezinha, ele é professor de Biologia que vai nos ajudar esclarecer o que é uma Reserva da Biosfera e sua importância. O que é biodiversidade e ecossistemas – Boa noite Edson Manoel, tudo bem?

Edson Manoel: Boa Noite Juçara e ouvintes do programa espaço das comunidades. É uma grande alegria estar aqui para contribuir com o programa de hoje que esta tratando de um assunto muito polêmico, mas necessário. Por isso aceitei participar para falar sobre a Reserva da Biosfera, Biodiversidades e o que são os ecossistemas.

Juçara Terezinha: A Unesco atribui a determinadas áreas do globo, consideradas de relevante valor ambiental e humano, o título de Reserva da Biosfera. Existem hoje no mundo cerca de 440 Reservas da Biosfera, formando uma grande rede internacional.

No Brasil uma destas Reservas, está na Serra da Cantareira e muitos projetos como a construção do trecho norte do Rodoanel estão engavetados porque os ambientalistas alegam que estes projetos irão provocar um impacto ambiental. Uma ameaça a Reserva da Biosfera e pode provocar a destruição de muitas espécies deixando o ecossistema fragilizado. Afinal Edson, o que consiste uma Reserva da Biosfera?

Edson Manoel: Das 440 reservas do mundo, 4 estão no Brasil, sendo a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do Cerrado, as duas reservas do Pantanal, da Amazônia legal e do Cinturão Verde que a de São Paulo – da Serra da Cantareira. Estas reservas representam 15% do território nacional que soma um milhão e trezentos mil metros quadrados de terra.

As Reservas da Biosfera têm por objetivo gerir corretamente seus recursos naturais e buscar o desenvolvimento sustentável através da pesquisa científica, da conservação, da biodiversidade, da promoção social e da integração dos diversos agentes atuando dentro e ao redor de cada Reserva.

Juçara Terezinha: Você comentou sobre uma questão importante. O que é mesmo biodiversidade?

Edson: A diversidade biológica, ou biodiversidade, refere-se à variedade de vida no planeta Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da

fauna e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas.

Juçara Terezinha: A biodiversidade refere-se então à variedade de vida no planeta Terra, a fauna a flora que formam o ecossistema. Mas afinal o que são os ecossistemas e para que servem?

Edson: Ecossistema é o conjunto formado pelo solo, água, atmosfera e pelos seres vivos que ali habitam. Todos esses elementos estão ligados entre si. A alteração de um desses elementos pode provocar alterações em vários outros. Por exemplo, após a derrubada de uma floresta os animais, que nela vivem e dela dependem para se alimentar, reproduzir e se esconder, também serão destruídos.

Juçara Terezinha: Então a biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza.

Edson: Sim, porque é responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas, é fonte de imenso potencial de uso econômico. A biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e, também, a base para a estratégica indústria da biotecnologia.

Juçara Terezinha: As funções ecológicas desempenhadas pela biodiversidade são ainda pouco compreendidas pela sociedade.

Edson: Este é um grande desafio para a humanidade. Porque a diversidade biológica possui, além de seu valor intrínseco, valor ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético. Com tamanha importância, é preciso evitar a perda da biodiversidade.

Juçara Terezinha: Professor Edson Manoel, obrigado pela sua participação no programa Espaço das Comunidades, esclarecendo estes termos técnicos que muitas vezes, ouvimos, ouvimos e não sabemos a sua importância na luta pela preservação do Planeta. Um abraço.

Edson: Agradeço o convite e dizer que estarei a disposição deste programa e dos demais programas da Rádio Cantareira FM 107,5, a comunitária da Brasilândia.

Juçara Terezinha: Sabendo da riqueza que é a Serra da Cantareira com sua diversidade biológica é preciso lutar contra qualquer projeto mirabolante que venha ameaçar este paraíso ecológico.

No próximo bloco vamos conversar sobre os problemas causados pelos aterros irregulares que existem na Serra da Cantareira, que há anos atormenta a vida de milhares de moradores dos bairros do entorno. Por isso, alô lideranças do Jardim Damasceno, Jardim Paraná, Vista Alegre, Princesa continuem ligados porque há boas notícias no próximo bloco sobre o processo do aterro do Jardim Damasceno. Também teremos a participação ao vivo no estúdio do Anderson Bueno coordenador da Pastoral da Juventude da Região Brasilândia. Em quanto isso, você ouve a música a Natureza com Leci Brandão e o Grupo Pixote

Téc.: *Spot A Natureza*

Téc.: Vinheta de passagem

Téc.: BG do espaço das Comunidades

Juçara Terezinha: Estamos de volta depois desta bonita música, a Natureza, com nosso programa Espaço das Comunidades que vai ao ar todos os dias das 18h20 às 19h pelas ondas comunitárias da Rádio Cantareira FM 107,5. Ligue 3923-2560 e dê sua opinião ao vivo sobre os temas que estamos conversando.

Juçara Terezinha: Neste bloco vamos conversar sobre os problemas causados pelos aterros irregulares que existem no entorno da Reserva da Biosfera da Serra da Cantareira. Está aqui no estúdio Anderson Bueno, coordenador da Pastoral da Juventude da Região Brasilândia, que vai também falar sobre este assunto. Boa noite Anderson, tudo bem com você?

Anderson: Boa noite ouvintes do programa espaço das comunidades que por sinal hoje esta de parabéns pela importância do tema. Estava ouvindo no rádio do caro a primeira parte do programa e gostei muito do papo do Edson sobre a Reserva da Biosfera, a biodiversidade e que são os ecossistemas.

Juçara Terezinha: Vamos falar sobre os problemas que os aterros irregulares em funcionamento no entorno da Reserva da Biosfera estão provocando. Um destes aterros está localizado á cerca de dois mil metros aqui da Vila Isabel onde está a Rádio Cantareira FM 107,5. Trata-se do aterro do Jardim Damasceno que de longe dá para ver a clareira no meio da mata. Este aterro está em atividade há mais de 12 anos. É uma área particular de vinte e quatro mil e quatrocentos metros quadrados, situada aos pés da Serra da Cantareira.

Anderson: Também é importante ressaltar que a área onde foi implantado o aterro clandestino fica no topo de um morro que tem ao redor nascentes de águas, que são hoje apenas córregos de esgoto a céu aberto, totalmente poluídos que estão provocando inúmeros problemas de saúde da população que vive nesta região.

Isso é conseqüências destas ações predatórias de pessoas gananciosas e em compromisso com a conservação do planeta.

Juçara Terezinha: Anderson. Você tem informações de quantos caminhões entravam no aterro por dia?

Anderson: Segundo relato dos moradores eram dezenas de caminhões que entravam no aterro todo o dia. Por semana esse numero passava de 300 caminhões que despejam entulho no aterro.

Juçara Terezinha: Para garantir esta movimentação intensa de entra e sai de caminhões era necessário certo número de pessoas. Afinal, quem fazia parte do deste esquema?

Anderson: O que se sabe é que além dos proprietários do imóvel havia os que alugaram o terreno para a atividade, os donos dos caminhões de disk entulho que ao retirar o entulho das casas, cobravam cerca de R\$ 90,00 por caçamba e jogavam no aterro irregular, os olheiros, pagos para ficar de guarda nas entradas dos bairros Jardim Damasceno e Jardim Paraná que dão acesso ao aterro para fornecer informações pelo rádio amador aos motoristas e coordenadores do esquema quando pintavam fiscais ou reportagens no pedaço. Outra questão é a polícia militar que acompanhava do seu posto policial toda a movimentação da entrada e saída dos caminhões no Jardim Damasceno sem fazer nada e os fiscais da prefeitura que alegavam não conseguir fazer o flagrante.

Trilha musical

Juçara Terezinha: Mas o importante é que esta quadrilha foi surpreendida hoje pela manhã por uma ação conjunta entre a Subprefeitura da Freguesia do Ó, SMV (Secretaria Municipal do Verde), Cetesb (Controle de Ambiental de Saneamento de São Paulo), das Polícias: Florestal e metropolitana que interditaram as entradas do aterro do jardim Damasceno.

Esta ação é resultado da mobilização da população dos bairros próximos do aterro, agentes ambientalistas e ONGs da região comprometidas com a defesa do meio ambiente que formalizaram inúmeras denúncias junto ao poder público municipal e estadual.

É importante destacar que uma destas denúncias que levou a prefeitura a realizar esta ação foi uma matéria com foto de capa publicada no Jornal Cantareira na edição 71 de agosto deste ano. A foto estampada na capa, flagrou no dia 17 de agosto às 9h da manhã um caminhão despejando entulho no aterro. Essa foto não deixou dúvidas sobre a atividade irregular. A prefeitura não teve mais como apresentar argumentos. A foto acompanhada de uma carta sobre o aterro foi encaminhada pela internet a todas as estâncias do poder público municipal e estadual, aos meios de comunicação de massa e as agências de notícias da internet.

Outra informação importante é que durante a ação de hoje ninguém foi preso. Os responsáveis pelo aterro ao serem informados pelos olheiros da chegada da comitiva evadiram-se do local. O Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge que esteve acompanhando a ação disse: “que a prefeitura vai instaurar dois processos contra os responsáveis. Um diz respeito ao uso irregular e endividado de espaço urbano para especulação com fins comerciais sem autorização e outro por configurar a atividade ilegal de crime ambiental”.

Juçara Terezinha: A prefeitura não pode ficar só na investigação, é necessário exigir que os responsáveis recuperem a área ou a prefeitura decreta como área como de enterrasse social. Ali pode ser feito um centro de educação ambiental e cultural.

Obrigado Anderson pela sua contribuição e vamos para um intervalo com a música.

Téc.: Terra e raiz, do CD Ante em Movimento do MST

Téc.: Vinheta de Passagem

Téc.: *Spot* sobre lixo

Juçara Terezinha: Voltamos com o programa Espaço das Comunidades e hoje conversando sobre alguns dos problemas da Serra da Cantareira – pulmão verde da Cidade. Ligue e de a sua opinião sobre o assunto. Sua contribuição é muito importante. Nosso telefone é: 3923-2560.

Telefone tocando.

Estamos com uma ouvinte no ar: alô, quem fala? É Marinete Barreto do Jardim Damasceno. Olá Marinete Barreto tudo bem? Tudo bem.

Juçara Terezinha: Marinete Barreto é educadora popular e moradora há mais de 23 anos no Jardim Damasceno.

O que você achou da ação que interditou o aterro irregular do Jardim Damasceno nesta manhã?

Marinete: Fiquei feliz quando soube da notícia sobre a interdição do aterro. Era insuportável ver dezenas de caminhões todos os dias circulando pelo bairro carregados de entulhos, e não poder fazer quase nada. Muita gente tinha medo de abrir a boca e falar sobre o problema.

Juçara Terezinha: Marinete por que as pessoas tinham medo de falar sobre o problema?

Marinete: Por causa das ameaças que os responsáveis pelo aterro faziam as pessoas que abrissem a boca. Eu mesma, já fui ameaçada caso continuasse falando sobre o problema. Assim outras pessoas

também foram ameaçadas. Estas famílias não tem outro lugar para morar, o negócio é fazer de conta que não se vê nada. Assim eles agem livremente.

Mas gostaria de dizer que [...] além deste aterro que foi interditado hoje, é bom a Prefeitura fiscalizar melhor por que existem outros aterros em funcionamento no bairro. É urgente que a prefeitura fiscalize e feche estes aterros antes que se transformem em grandes problemas ambientais.

Juçara Terezinha: Qual a mensagem que você tem aos ouvintes da Rádio Cantareira?

Marinete: Gostaria de deixar um apelo aos moradores do Jardim Damasceno e outros bairros que não podemos ficar calados diante de situações graves como estas que colocam em risco a vida das pessoas e a destruindo o pulmão verde da cidade.

Juçara Terezinha: Obrigado Marinete

Marinete: Eu que agradeço a oportunidade de participar do programa Espaço das Comunidades da Rádio Cantareira FM 107,5.

Juçara Terezinha: Aí esta o apelo da Marinete Barreto aos moradores que não devem calar a voz. Devem exercer o papel de cidadania é um dever de todos. Por isso procurem os órgãos públicos responsáveis e exijam que eles tomem as providências necessárias. Mas a mobilização da população casada com a divulgação dos fatos nos meios de comunicação alternativos como rádios e TVs comunitárias, educativas, jornais de bairros, agências de notícias fortalecem a luta. Mas também é necessário conseguir espaços nos meios de comunicação convencionais para transformar um fato público. Só assim é possível acabar com estas ações predatórias. Lembrando que a humanidade é parte de um vasto universo em evolução.

“A terra é nosso Lar, esta viva e precisa da nossa ajuda. As forças da natureza, fazer da existência uma aventura exigente e incerta. Mas a terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação de uma comunidade de vida e de bem-estar da humanidade dependem de uma preservação de uma biosfera saudável com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas, animais, solos férteis, águas puras e limpas. O meio ambiente global com recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, da diversidade e beleza da terra é um dever sagrado”.

Neste clima de compromisso com a defesa da natureza vamos terminando nosso programa “Espaço das Comunidades”. Mas não desligue o rádio por que logo depois da mensagem Terra é Mossa Mãe, interpretada na voz de Cid Moreira teremos as notícias e recados das comunidades.

Tec.: Mensagem de Cid Moreira

Téc.: BG música espaço das Comunidades

Téc.: *Spot* sobre natureza. Trilha para as notícias e recados

Téc.: Vinheta: Notícias e recados das comunidades

Momento das notícias e recados das comunidades

Tec.: Trilha

Téc.: Vinheta: Notícias e recados das comunidades

Juçara Terezinha: Estamos de volta, agora com o momento das Notícias e Recados das comunidades.

Loc. 1: Aterro irregular no Jardim Damasceno é interditado.

Loc. 2: Foi interditado na manhã de hoje o aterro irregular no jardim Damasceno que funcionava em uma área particular desde 1989.

Loc. 1: A ação aconteceu depois de inúmeras denúncias dos moradores e organizações não-governamentais da Região sobre a atividade clandestina.

Loc. 2: Durante a ação ninguém foi preso, pois os responsáveis pelo aterro foram informados minutos antes da ação e se evadiram do local.

Loc. 1: O secretário municipal da secretaria do verde e meio ambiente, Eduardo Jorge informou que a prefeitura vai tomar todas as providências necessárias para punir os culpados pela depredação ambiental.

Loc. 1: Dia sete de setembro acontece o 11º Grito dos excluídos.

Loc. 2: Milhares de pessoas vão participar do Grito dos excluídos que acontece em diversas cidades do País.

Loc. 1: Em São Paulo o Grito terá início às 8h na Praça da Sé logo após haverá uma caminhada com destino ao museu do Ipiranga onde acontece às 11h o ato inter-religioso e grito com o tema.

Loc. 2: O grito também acontece às 10h em Aparecida do Norte.

Loc. 1: caravanas de ônibus das comunidades já estão organizadas para Aparecida.

Loc. 2: Caso você não reservou sua passagem procure a secretaria paroquial mais próxima da sua casa.

Loc. 1: Mutirão bíblico será no Jardim Damasceno.

Loc. 2: Este ano o Mutirão Bíblico que acontece no último domingo do mês de setembro como fechamento do mês bíblico será nos setores.

Loc. 1: Cada setor da região está organizando o encontro que tem como tema a profecia de Oséias.

Loc. 2: Aqui no setor cântaros o evento acontece dia 24 – domingo das 14h às 17h no salão da Igreja São José, rua Hugo Ítalo Merigo, 1.345 Jardim Damasceno.

Loc. 1: Alfabetização de Jovens e Adultos tem vagas

Loc. 2: Se você conhece pessoas no seu bairro que não sabem ler e escrever encaminhe-os para um destes endereços onde funcionam salas de Alfabetização de jovens e adultos da Associação Cantareira

Loc. 1: Na Vila Terezinha: a rua Jorge Palmiro Mercado, 185 no salão da Igreja Católica e na mesma rua, número 29 na Igreja Batista Renovada.

Loc. 2: No Jardim Carumbé: avenida Manoel Bolívar, 22 e Carumbé Alto na rua José Rosalvo da Silva, 154 e Rua Honorato das Neves, 154.

Loc. 1: Jardim Paulistano, rua Sítio d'Abadia, 175 e Vila Esperança, rua Desembargador Lauro Malheiros, 8.

Loc. 2: Jardim Damasceno: rua Diego Caseiro, 08 e Avenida Hugo Ítalo Merigo, 1.152.

Loc. 1: Jardim Guarani: Rua Geraldo Benedito da Silva, 50,

Loc. 2: Vila São Joaquim, Rua Ipioldes Martins Borges, 163

Loc. 1: Jardim Guarani, Rua Almotacel, 1260

Loc. 2: Vila Brasilândia, Rua do Farol, 664.

Loc. 1: Rua Joaquim Ferreira da Rocha, 506, favela da Guariroba.

Loc. 2: Rua Pérsio de Souza Queiroz filho, Viela 2, Vila Icaraí.

Outras Informações: ligue na Associação Cantareira: 3921-7586

Téc.: Trilha

Téc.: *Spot*

Téc.: Vinheta de passagem

Loc. 1: Rede Social Brasilândia realiza seu encontro mensal

Loc. 2: As lideranças das entidades que formam a rede social Freguesia/Brasilândia tem reunião agendada para esta 4ª feira dia cinco de setembro.

Loc. 1: A reunião acontece às nove horas, na sede da Associação Comunitária do Parque Mandy, rua Reverendo José Carlos Nogueira, 226 – Parque Mandy.

Loc. 2: Um dos objetivos desta reunião é fazer os encaminhamentos para o 1º seminário da Rede que acontece em novembro.

Loc. 1: Caso sua entidade não esteja na rede é só marcar presença neste dia e fazer o seu cadastro. Outras informações ligue: 6647-5151 e fale com William Medeiros do Senac.

Loc. 2: Projeto de educação Popular promove Semana do Cinema.

Loc. 1: Acontece de 19 á 23 de setembro a 3ª Semana do cinema do projeto de alfabetização de jovens e adultos da Associação Cantareira.

Loc 2 O filme conta a saga de uma família nordestina que deixa o sertão nordestino em busca de melhores condições de vida no Rio de Janeiro.

Loc 1: Evento acontece as 20h no salão da Associação Cantareira, rua Jorge Pires Ramalho, 71 Vila Isabel

Loc 2: Quarta Semana de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Loc 1: O fórum regional do MOVA (Movimento de Alfabetização de Adulto) em parceria com a secretaria municipal de Educação realizam de 12 a 16 de setembro a 4ª semana de Alfabetização na região Noroeste.

Loc 2 O evento contará com diversas atividade culturais e oficinas temáticas de intercambio entre educadores e educandos e profissionais envolvidos com o MOVA.

Loc 1: Curso de Comunicação Litúrgica na Região Ipiranga

Loc 2 Acontece dias 10 e 17 de setembro das 8h às 12h30 o curso de comunicação Litúrgica da Região Episcopal Ipiranga.

Loc 1: O curso destina-se as lideranças das comunidades e movimentos que desejam melhorar a comunicação.

Loc 2: O evento será realizado a rua Xavier de Almeida, 818, Ipiranga. Outras informações ligue: 274-1500

(Por telefone) Juçara Terezinha: Agora vamos atender Débora Aline, membro da Pastoral da Comunicação da Região Episcopal Brasilândia que tem informações sobre o Encontro Regional da pastoral da Comunicação. Boa Noite Débora Aline.

Débora Aline: Boa noite ouvintes da rádio Cantareira FM 107,7. O Regional Sul da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realiza nos dias 23, 24 e 25 de setembro em Caraguá o encontro regional da Pastoral da Comunicação.

Juçara Terezinha: Qual é o tema deste encontro e quem vai participar?

Débora Aline: o tema será as linguagens na comunicação que será assessorado pela Irmã Helena Corasa. A participação é limitada. Cada diocese ou Região Episcopal tem um número de vagas para os agentes da Pastoral da Comunicação. Aqui da Brasilândia irão quatro pessoas.

Juçara Terezinha: Obrigado Aline pela informação sobre o encontro estadual em Caraguá dias 23, 24 e 25

Juçara Terezinha: Temos outra ouvinte no ar. Alô quem fala?

Alessandra: Aqui é Alessandra Duarte do Fórum Regional do Mova.

Juçara Terezinha: Alessandra, quais as informações que você tem sobre o evento do fórum Noroeste que acontece dia 1º de outubro?

Alessandra: No dia 1º de outubro acontece a plenária regional do Fórum Noroeste do MOVA, às 15h no salão da Igreja Batista, Avenida João Paulo Primeiro, 1.206, vila Itaberaba.

Juçara Terezinha: Quais são os pontos de pauta desta Plenária do dia 1º de outubro do Fórum da Região Noroeste?

Alessandra: Um dos principais pontos de pauta é a avaliação da 4ª semana de alfabetização de Jovens e Adultos que aconteceu de 12 a 16 na região.

Juçara Terezinha: Obrigado Alessandra pelas informações.

Alessandra: Eu que agradeço o espaço.

Juçara Terezinha: Estamos chegando ao final do momento das Notícias e Recados das Comunidades. Agradecemos você que esteve sintonizado, a Aline, a Alessandra e que participaram do programa por telefone. Aos trabalhos técnicos de Wanderson Cruz e Felipe Camillo. Um abraço a todos e até amanhã às 18h20 com o programa espaço das comunidades e na sequência as notícias e recados da comunidade.

Tec: Vinheta de fechamento do programa.

ANEXO 2 – Parte da legislação sobre comunicação social e radiodifusão

2.1 Constituição do Brasil

Artigos relativos à *comunicação social*: 220, 221, 222, 223 e 224.

2.2 Parte da legislação da Radiodifusão Comunitária no Brasil

•**Lei 9.612, de 19.2.1998**: institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. (www.brasil.gov.br/ministerios)

•**Decreto 2.615, de 3.6.1998**: aprova, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

•**Portaria 244, de 8.5.2001**: aprova a Regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e o disposto no art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32, de 2 de maio de 2001 (DOU 30.5.2001).

•**Lei 10.597, de 11.12.2002**: altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19.2.1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

2.3 Documentos

Declaração Universal dos Direitos Humanos, São Paulo, Paulinas, 1978

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Relatório final da Comissão Especial de Estudos (CEE) sobre rádios comunitárias. Campinas: 2004

ANEXO 3 – Regimento interno da Rádio Cantareira FM 107,5¹

Este regimento foi elaborado, definido e aprovado em reunião ordinária, com a participação de todos os programadores, às 20h, no dia 12 de fevereiro, de 2003.

Art. 1º Quanto a Assiduidade e Pontualidade

- 1 – Não faltar aos programas com frequência e quando necessário que seja comunicada a coordenação e proposto substituto em tempo hábil;
- 2 – Ser pontual quanto ao início e término do programa.

Art. 2º Quanto aos Equipamentos

- 1 – Zelar pelos equipamentos e operacionalizar com o devido cuidado;
- 2 – Ao passar a mesa para a equipe do programa seguinte, informar sobre a situação dos equipamentos quanto a possíveis mudanças;
- 3 – Em caso de danificação do equipamento, estrutura de antena, informar imediatamente a coordenação para encaminhar os devidos consertos;
- 4 – Aprender a operacionalizar o rádio pelo computador;
- 5 – Quando encerrar a programação do dia, desligar todos os equipamentos inclusive o transmissor, apagar a luz e fechar todas as portas .

Art. 3º Quanto a Linguagem:

- 1 – Manter a linguagem da Rádio Comunitária;
- 2 – Garantir a ética na comunicação;
- 3 – Respeitar os ouvintes e participantes do programa;
- 4 – Fazer referências positivas aos colegas e seus programas, problemas de relacionamento deverão ser encaminhados para a coordenação e se necessário discutidos em reunião para encaminhamentos.

Art. 4º Quanto às demais Emissoras na Região:

- 1 – Respeitar as diversas iniciativas de comunicação na região;
- 2 – Evitar que o seu programa ou a emissora seja instrumentalizada para a divulgação de outras emissoras;
- 3 – Saber diferenciar projetos de comunicação comunitária entre os diversos projetos existentes;

Art. 5º Quanto ao programa de Rádio:

- 1 – Que seja garantido em todos os programas um espaço para um conteúdo mínimo, seja informação, notícia utilidade pública, editorial, entrevista, etc. Se é para tocar apenas músicas (antigo vitrolão) tocaremos pelo computador;
- 2 – Quanto ao atendimento do ouvinte pelo telefone, não falar mais do que **dois minutos no ar**, porque cansa o ouvinte, portanto seja objetivo e breve.
- 3 – Que a locução não seja muito longa, pois o ouvinte muda de emissora.

Art. 6º Quanto à qualidade musical na emissora:

- 1 – Tocar músicas que não discriminam as mulheres, as crianças, ou estimulam discriminação social e racial; em caso de dúvida convocar uma equipe incluindo a coordenação e fazer um debate sobre o conteúdo da letra;
- 2 – Priorizar a cultura popular, tocar as músicas dos artistas anônimos que estão sem apoio da mídia comercial, observar a qualidade: letra e a música.

Art. 7º Quanto aos apoios culturais:

- 1 – Fazer um contrato para a divulgação do apoio no qual deve constar o valor da contribuição, o número de inserções por dia e os horários;
- 2 – Gravar os apoios no estúdio para garantir qualidade. Agendar com o Wanderson o horário da gravação;
- 3 – Comunicar a coordenação à entrada ou saída de apoio cultural bem como o acerto financeiro;
- 4 – Verificar se os apoios culturais estão sendo veiculados conforme compromisso assumido como o anunciante.

Art. 8º Quanto à contribuição financeira ou promocional com o projeto de comunicação da emissora:

- 1 – Contribuir com o valor combinado em reunião dos programadores para garantir o pagamento das despesas básicas e reposição de equipamentos;
- 2 – Trata-se de trabalho voluntário, não configura vínculo empregatício.

¹ A Rádio Nova Esperança FM não possui regimento interno elaborado.

Art. 9º Quanto a sua participação no projeto da Rádio Cantareira:

- 1 – Participar da reunião mensal para acompanhar a avaliação da grade de programação, da situação financeira, admissão de novos programas, decisões que são tomadas e encaminhadas;
- 2 – As pessoas que desejam continuar no projeto rádio comunitária deverão estar cientes e de acordo com o regimento interno, caso contrário não serão aceitos a participação na emissora.

Art.10º Quanto ao processo formativo dos membros que atuam na Cantareira

- 1 – Participar dos cursos de locução e redação promovidos pela Associação Cantareira ou Universidade de Comunicação;
- 2 – As pessoas que desejam realizar programação na emissora deverão fazer o curso de locução básico e depois continuar com o curso de locução de nível II de aprofundamento. Ainda na medida do possível, procurar fazer o curso de radialista (locução) profissional na Rádio Oficina, Senac ou Faculdade.

Art. 11º Quanto ao espaço da Emissora:

- 1 – Manter em ordem e limpo o recinto e dependências da emissora, porque se trata de local público, a higiene, a saúde e a boa educação assim o requer;
- 2 – Evitar que o som do retorno da emissora esteja como o volume muito alto;
- 3 – Acolher com carinho e respeito os visitantes;
- 4 – Não permitir que haja bagunça no ambiente da emissora porque atrapalha a programação e incomoda os vizinhos;
- 5 – Garantir a segurança necessária para o bom funcionamento da emissora e desempenho da comunicação dos colegas.

Art. 12º Quanto à coordenação da emissora: * Fica assim estabelecida atual coordenação da emissora escolhida pelos programadores:

Coordenação Geral: Juçara Terezinha Zottis

Coordenação Interna: Luzinete Gois

Auxiliar de Coordenação e abrir a emissora diariamente: Wanderson Cruz

Departamento Comercial: Apoios Culturais: Gildo Dionisio, Meire de Araújo, Caetano Cruz, Cirilo Ângelo Epifanio.

**ANEXO 4 – DVD audiovisual do contexto das rádios Cantareira FM e Nova
Esperança FM**

ANEXO 5 – CDs com os três programas de rádio analisados

